

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DO NOROESTE FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
MESTRADO EM ENSINO

CARLOS EDUARDO FÍNGOLO TOSTES

**INICIATIVAS PARA INCENTIVO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM
MUNICÍPIOS DO NOROESTE FLUMINENSE**

Santo Antônio de Pádua

2020

CARLOS EDUARDO FÍNGOLO TOSTES

**INICIATIVAS PARA INCENTIVO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM
MUNICÍPIOS DO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientador:
Prof. Dr. Daniel Costa de Paiva

Santo Antônio de Pádua
2020

Ficha catalográfica automática - SDC/BINF
Gerada com informações fornecidas pelo autor

F497i Fingolo tostes, Carlos Eduardo
Iniciativas para incentivo à Educação Patrimonial em
municípios do Noroeste Fluminense / Carlos Eduardo Fingolo
tostes ; Daniel Costa de Paiva, orientador. Santo Antônio de
Pádua, 2020.
150 f. : il.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense,
Santo Antônio de Pádua, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGen.2020.m.01747551716>

1. Produção Intelectual. 2. Patrimônio Cultural. 3.
Educação Patrimonial. 4. Noroeste Fluminense. 5. Produção
intelectual. I. Costa de Paiva, Daniel, orientador. II.
Universidade Federal Fluminense. Instituto do Noroeste
Fluminense de Educação Superior. III. Título.

CDD -

CARLOS EDUARDO FÍNGOLO TOSTES

**INICIATIVAS PARA INCENTIVO À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM
MUNICÍPIOS DO NOROESTE FLUMINENSE**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ensino, do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Aprovada em 30 de junho de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel Costa de Paiva (Orientador) - UFF

Prof. Dr. Marcelo de Oliveira Dias - UFF

Profª Drª. – Amanda Luiza dos Santos Pereira - UNIP

Santo Antônio de Pádua
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me capacitar a cada dia através do Espírito Santo, pela inspiração, força, condições e coragem, que me proporcionou, durante toda esta longa caminhada.

Agradeço também a todos os Professores que me acompanharam durante a Especialização. Em especial ao Professor Dr. Daniel da Costa Paiva, pelas oportunidades, incentivo, orientação, apoio e confiança.

A minha Mãe pela educação, pelas orações e apoio incondicional, dedicados a mim durante toda vida, Pai (*in memoriam*).

Aos meus Irmãos e Sobrinhos, pelo carinho, pelo amor, apoio e muita compreensão por minhas faltas, a essa jornada que é o meu grande sonho.

Aos meus amigos, que compreenderam a importância deste momento, nas minhas ausências e prioridades.

E a todos os Colaboradores e Companheiros de Turma ou aqueles que de alguma forma, fizeram parte desta conquista.

Gratidão!

RESUMO

Na década de 30, se inicia a preocupação com a preservação dos bens culturais brasileiros, mediante a criação de órgãos e políticas públicas, que assegurassem o direito constitucional de acesso à cultura e o processo de patrimonialização no país. Na distinção dos patrimônios culturais materiais e imaterial, suas formas e legislações de proteção e acautelamento, de encontro ao desejo da sociedade a época de resguardar, resgatar e tutelar seu legado cultural e coleções artísticas, em suas garantias de participação coletiva e democrática, na valoração desses bens e nas reivindicações de seus direitos, perante a sociedade civil organizada. Reportando essa temática e a efetivação de mediações educacionais baseadas nas questões de manutenção desses bens, ocorreu o desejo de um trabalho regionalizado, voltado para as preocupações e questões, do território do Noroeste Fluminense, para a fruição e articulação, voltadas para práxis de Educação Patrimonial e sua amplitude de mediações e práticas pedagógicas, na rede escolar de municípios da região. Essa prerrogativa de desenvolver um projeto, através da Universidade, está respaldada em legislações pertinentes ao desenvolvimento de atividades correlatas ao patrimônio cultural, aqui encontrado, em prol da pulverização de seus históricos, processos evolutivos e conceitos, embasados por precursores estudiosos e pesquisadores, que já se debruçaram sobre essa temática. Desafiados pelo propósito de associar a academia, órgãos institucionais, entidades educacionais, grupos culturais e fazedores de cultura, para que juntos pudéssemos tecer e amarrar a construção de meios e parcerias, para o alcance desta proposta educativa, provocando um respeitoso entendimento, entre as partes e seus pares. Esta finalidade tem suas raízes firmadas em especial nos Museus brasileiros e respaldadas na evolução das entidades museológicas, a partir da criação de seus primeiros exemplares, como o Museu Histórico Nacional, instituição bicentenária, mas tomando outros ares e expansão na década de 80, no debate das mediações dentro e fora dos museus. Recentemente o IPHAN contemplou esta área da educação, para o patrimônio cultural em suas diretrizes e normatizações, para legitimar este processo educativo, dialógico e contemplativo da sociedade e os protagonistas da cultura, para além do campo museal. A Educação Patrimonial também tem o papel fundamental de resgatar as memórias e identidades dos ativos culturais, em contraponto com os antepassados e as práticas atemporais contemporâneas, no estabelecimento das relações de protagonismo no cenário atual, respeitando suas dinâmicas e processos de atuação, das referências culturais do cotidiano, dos detentores dos saberes e fazeres na comunidade. O projeto atende parte da demanda e das necessidades de dirimir dúvidas e o distanciamento das novas gerações em suas prioridades, perante a diversidade cultural brasileira e fluminense, abarcando todos os segmentos formadores do povo e da memória coletiva, definindo suas próprias e legítimas especificidades, nesta interlocução sociocultural, historicamente estabelecida e reconhecida, no alcance das expectativas almejadas.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Educação Patrimonial. Noroeste Fluminense. Mediação. Ações Educativas. Ações Efetivas.

ABSTRACT

In the 1930s, the concern with the preservation of Brazilian cultural goods began, through the creation of public bodies and policies, which ensured the constitutional right of access to culture and the process of patrimonialism in the country. In the distinction of material and immaterial Brazilian cultural heritage, its forms and laws of protection and protection, against the desire of society to safeguard, rescue and protect its cultural legacy and artistic collections, in their guarantees of collective and democratic participation, in the valuation of these assets and the claims of their rights, before organized civil society. Reporting this theme and the implementation of educational mediations based on the maintenance of these assets, there was a desire for regionalized work, focused on the concerns and issues, of the Northwest Fluminense

territory, for fruition and articulation, aimed at Heritage Education praxis and its range of mediations and pedagogical practices, in the school network of municipalities in the region. This prerogative of developing a project, through the University, is supported by legislation pertinent to the development of activities related to cultural heritage, found here, in favor of the pulverization of its histories, evolutionary processes and concepts, based on precursors scholars and researchers, who have already focused on this theme. Challenged by the purpose of associating the academy, institutional bodies, educational entities, cultural groups and culture makers, so that together we could weave and tie the construction of means and partnerships, to reach this educational proposal, provoking a respectful understanding, between the parties and their peers. This purpose has its roots established especially in Brazilian Museums and supported by the evolution of museological entities, from the creation of its first specimens, such as the National Historical Museum, a bicentennial institution, but taking on other airs and expansion in the 1980s, in the mediation debate inside and outside museums. Recently, IPHAN

contemplated this area of education, for cultural heritage in its guidelines and standards, to legitimize this educational, dialogical and contemplative process of society and the protagonists of culture, in addition to the museum field. Heritage Education also has the fundamental role of rescuing the memories and identities of cultural assets, in contrast to ancestors and contemporary timeless practices, in establishing the relationships of protagonism in the current scenario, respecting their dynamics and processes of action, of cultural references of everyday life, of the holders of knowledge and actions in the community. The project intends to meet part of the demand and the needs to settle debts and the distancing of new generations in their priorities, in light of the Brazilian and Fluminense cultural diversity, covering all segments that form the people and the collective memory, defining their own and legitimate specificities, in this socio-cultural dialogue, historically established and recognized, in reaching the desired expectations.

Keywords: Cultural Heritage. Patrimonial Education. Northwest Fluminense. Mediation. Educational Actions. Effective Actions.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
DPI	Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC
INEPAC	Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
TCE-RJ	Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
1.1 LOCAL DE FALA	19
1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	27
2 EDUCAÇÃO E CULTURA: UM PROCESSO PERMANENTE DE APRENDIZAGEM	29
2.1 CONHECIMENTO, CULTURA E EDUCAÇÃO	31
2.2 CULTURA, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGEM	32
2.3 ENSINO, ESCOLA E EDUCAÇÃO.....	33
2.4 UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DA CULTURA E EDUCAÇÃO DO NOROESTE FLUMINENSE/RJ.....	35
2.5 CULTURA E EDUCAÇÃO REGIONAL.....	43
3 ENSINO TRADICIONAL E A INTERDISCIPLINARIDADE DA CULTURA ATRAVÉS DO VIÉS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL	45
3.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL	50
4 REVISÃO SISTEMÁTICA	52
4.1 INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA DOS TRABALHOS OBTIDOS COM A METODOLOGIA DA ANÁLISE SISTEMÁTICA.....	55
4.2 ANÁLISE GERAL.....	66
5 INCENTIVOS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROPOSTA DE INSTRUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES ACESSÍVEIS	68
5.1 MATERIAL DIDÁTICO, DIVULGAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO.....	69
5.2 CIRCUITO DE PALESTRAS.....	71
5.3 RESULTANTES E PONDERAÇÕES: REQUISITOS DOS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES ASPIRADAS	
78	
5.4.1 PLANEJAMENTO E CONTRIBUIÇÃO DE AULAS PRODUZIDAS POR DOCENTES ENVOLVIDOS NO PROJETO	83
5.4.2 FEEDBACKS ÀS ESCOLAS PARTICIPANTES NO PROCESSO DE DESDOBRAMENTO DO PROJETO	84
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICES	95

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem em sua consistência a proposição de um projeto cultural, que prevê ações e atividades de envolvimento em um processo de construção, elaboração e aplicação de roteiro, para aplicabilidade de práticas de Educação Patrimonial, na Rede Escolar dos municípios do Noroeste Fluminense ou instituições culturais que manifestarem interesse. Nessa construção objetiva-se criar possibilidades para que o projeto possa ser implantado nos municípios, a partir de um circuito de ações afirmativas do contexto social local, envolvendo as pautas da cultura e da cidadania, agregando valor aos bens culturais existentes, promovendo a manutenção da memória coletiva e a promoção da identidade de municípios do Noroeste Fluminense.

Desta forma, também contribui para ações de preservação organizadas, por meio de plano de salvaguarda¹ do patrimônio cultural e das referências culturais² locais, mediante a realização de estudos de inventário³ destes bens, fomentando o debate municipal para a criação de legislação municipal de proteção do Patrimônio Cultural, como forma de conservar e salvaguardar o patrimônio cultural tombado ou registrado e demais legados encontrados.

Pretende-se ainda, contribuir para os profissionais da Educação, seja com instrução, instrumentos, como também com exemplos locais de Educação Patrimonial e os bens culturais dos municípios da região. Conforme as referências da educação básica, esta busca visa ao pleno exercício da cidadania e à prática de estudos pelo viés do patrimônio cultural brasileiro e suas potencialidades.

¹ Conjunto de ações e políticas para a proteção e salvaguarda do bem cultural. “O conhecimento gerado durante os processos de inventário e registro é o que permite identificar de modo bastante preciso as formas mais adequadas de salvaguarda. Essas formas podem variar da ajuda financeira a detentores de saberes específicos com vistas à sua transmissão, até, por exemplo, a organização comunitária ou a facilitação de acesso a matérias primas.” (IPHAN) Disponível em: . Acesso em: 10/02/2019.

² “A noção de “referência cultural” pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca de que todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada” (IPHAN, 2000, p. 19).

³ Ações sistematizadas para o reconhecimento das referências culturais, ou do bem cultural. Possui metodologias transversais com diferentes áreas do conhecimento.

Ainda em relação à busca da eficácia do Projeto, delimitamos previamente e iniciamos os trabalhos e pesquisas nos municípios de Itaocara, Itaperuna, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai, ofertando o acolhimento do Circuito de Palestras, para instruir e instrumentar Alunos, Professores e Gestores de Cultura, para melhoria do nível de conhecimento geral sobre a Educação Patrimonial nessas cidades da região Noroeste Fluminense e, também, especificidades importantes para engajamento e necessárias para um olhar crítico.

1.1 LOCAL DE FALA

Durante o tempo de atuação na área Cultural percebi a necessidade de estudos acadêmicos, para aprofundamento de algumas questões da gestão cultural e sensibilizar a população da cidade sobre o valor de nosso casario, monumentos, praças, paisagismo, urbanização, envolvendo o traçado das ruas e o calçamento, que nos remetem à época de formação do núcleo urbano de Miracema, então distrito de Pádua, tendo se emancipado por demonstrar suas riquezas, herança de nossos antepassados. É necessário perpetuar para as gerações futuras, mantendo assim nossa memória e identidade da coletividade.

Nesse contexto, por trabalhar no serviço público municipal desde 1992, lotado desde então na Casa de Cultura Melchíades Cardoso⁴, local sede do Departamento de Cultura, da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Miracema, acompanho a vida e trajetória cultural da cidade de Miracema de forma institucional, de gestão, seus desdobramentos e desenvolvimento no cenário local, seus Mestres e sujeitos envolvidos no processo de criação e fruição das expressões culturais, do Patrimônio Material e Imaterial. Acompanhamento este feito de forma ativa e participativa.

Em 19 de abril de 1990 foi criado o Centro Cultural Melchíades Cardoso, que ampliou as atividades e abrangência de atuação, acervo, espaço de pesquisa, arquivo histórico e administrativo municipal e ambientação cenográfica e museológica, com exposições permanentes e temporárias, atraindo um novo e significativo público, usuário e apreciador deste espaço cultural.

Durante este período, com a atuação intensa do Conselho Municipal de Cultura, na década de 1990, deu-se início ao processo e trâmites para o tombamento municipal dos bens

⁴ Espaço que abriga o acervo histórico, documental e museu do município de Miracema.

imóveis, que compõem a parte central da cidade. Um marco nas ações de preservação cultural e proteção dos casarios, traçados das ruas, pedras do calçamento (paralelepípedos), paisagismo e monumentos, que nos remetem à origem da formação da cidade, representativos dos feitos dos miracemenses da época, que aqui viveram e edificaram nossa cidade.

Em 2008 o Governo Estadual, através da Secretaria de Estado de Cultura e o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, reconhece o valor dos bens culturais de Miracema, ampliam e desenvolvem seus estudos técnicos, os Inventários, e realizam o Tombamento com *status* estadual. Foi Tombado o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Miracema, denominado “Centro Histórico de Miracema” e mais seis bens isolados, compreendendo: 143 imóveis, as chaminés da Fábrica de Ladrilhos e da Usina Santa Rosa, as Capelas dos Distritos de Paraíso do Tobias e Venda das Flores e do povoado de Areias e o Hospital de Miracema, compondo o Tombamento Provisório em 27/03/2009, Processo nº E-18/002.407/2008, publicado no Diário Oficial – Ano XXXV- nº 055 – Parte I- fls. 444, de 27 de outubro de 2009. São 150 bens culturais no total, se tornando o quarto município em quantidade de imóveis tombados no Estado do Rio de Janeiro.

O processo de Tombamento tem em seus trâmites um silencioso e minucioso trabalho de pesquisa e histórico, aliados com os estudos de campo e a participação da comunidade, que irão compor sua etapa inicial, o Inventário, que valora e identifica a importância do bem cultural no contexto em que se insere. Traduz seu valor simbólico e de coletividade, relacionando e agregando valores perceptíveis à ótica dos técnicos e profissionais da área, como fonte inesgotável de informações, respaldando a efetivação das Leis de proteção e o devido reconhecimento para os munícipes, que construíram os imóveis e contribuíram para a formação do núcleo do povoado, área central da cidade, atualmente bairro Centro.

Acompanhei tudo isso como Conselheiro Municipal de Cultura e Ativista Cultural na cidade e percebia as interrogações e dúvidas da comunidade com o passar dos tempos. Os munícipes, funcionários das secretarias municipais afins (Fazenda/Tributação, Planejamento, Obras, Educação), proprietários de imóveis tombados, profissionais da construção civil, arquitetos e construtores apresentavam constantes dúvidas quanto aos procedimentos de legalização, construção ou reformas de prédios tombados, em virtude da falta de informação e orientação dos órgãos de defesa do patrimônio em suas esferas de atuação, ocasionando problemas e atitudes não condizentes com as normas e processos de manutenção das edificações.

A legislação municipal de Tombamento, conforme Lei nº 444, de 04 de novembro de 1992, que tem nova redação pelo Decreto nº 349 de 02 de janeiro de 1995, no seu Artigo 4º,

prevê incentivo de 50% (cinquenta por cento) de desconto do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) dos imóveis tombados como forma de contribuição para o proprietário realizar as medidas de conservação e limpeza do imóvel. No entanto, esse incentivo foi questionado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE- RJ), que entendeu como renúncia de receita da Prefeitura Municipal.

Ao assumir a Gestão Cultural do município de Miracema, em 2013, foi quando pude constatar uma lacuna ou verdadeira desordem de trabalho nos procedimentos que envolviam as questões acerca da proteção do patrimônio cultural recorrentes, tais como: falta de acompanhamento técnico capacitado, mão-de-obra específica, profissionais qualificados e sensíveis à questão da preservação e manutenção dos itens e do conjunto arquitetônico, incluindo os componentes dos bens em suas fachadas, laterais e coberturas. Essa percepção ocorreu nas inúmeras investidas de orientações e procedimentos a serem adotados perante a apreciação e aprovação do Projeto Executivo de Restauo, no órgão municipal e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que também não dispunha na época de um efetivo de pessoas em seu quadro de servidores, com capacidade de atendimento ágil ao solicitado.

Percebeu-se a nítida necessidade de criar internamente, na gestão pública municipal, uma circulação e tramitação de processos, para instrução, despacho e observações a serem executadas, com o mínimo de conhecimento das Secretarias e Departamentos supracitados, envolvidos no trâmite burocrático, para aprovação ou adequação do projeto proposto. Conseqüentemente, para que se estabeleçam as normas a serem seguidas, observando a legislação vigente pertinente a sua fiscalização, num exercício de que o referido trâmite se constitui de uma constante nas questões em que estariam inseridos os elementos arquitetônicos do Centro Histórico da cidade.

Observaram-se a inexistência de profissional gabaritado/especializado e o estabelecimento de uma rotina administrativa, que colabore para a instrução ágil e eficaz com as devidas observações e aprovações dos órgãos competentes. Como também a consulta ao INEPAC das situações mais específicas, que demandassem um conhecimento de causa aliado à experiência destes profissionais gabaritados, que compõem a equipe do Instituto, em consonância com os órgãos envolvidos no processo, alcançando a efetivação, concretização e finalização da obra, restauo e conservação do imóvel.

Tal situação contribui para uma desaceleração dos encaminhamentos do processo nas Secretarias Municipal e Estadual, acarretando intempestivas intervenções nos imóveis, para segurança e condições de servirem de uso para moradia ou ponto comercial, não havendo a

possibilidade de aguardar todos os trâmites legais e manutenção do prédio em segurança, ocasionando medidas de contenção do imóvel, que já traziam ao proprietário uma despesa emergencial, socorrista, onerosa e não definitiva.

Durante tal período realizamos várias investidas e inúmeras reuniões para contribuir com a fruição da demanda de processos e o curso natural a ser seguido, a fim de obter andamento favorável e a minimização dos procedimentos e medidas cabíveis.

Com o advento da criação da Secretaria de Cultura e Turismo de Miracema, em 2015, também foi criado o cargo de Chefe da Divisão de Patrimônio e Tombamento, para que o servidor do quadro efetivo pudesse agir e intervir de forma eficaz no andamento das situações que envolvessem o tombamento e um contato direto com o INEPAC. Essa era a forma de dirimir os problemas existentes e os que por ventura surgissem e viessem a trazer outra dinâmica, nas decisões e andamento dos processos. É importante ressaltar, que a nomeação de um servidor do quadro efetivo, designado pelo Chefe do Executivo municipal, ainda contribuirá para a continuidade dos trabalhos, que já são de conhecimento deste servidor para outro servidor efetivo substituto, transmitindo as situações e dando continuidade aos processos, como forma de garantir o andamento dos requerimentos.

O Patrimônio Imaterial encontrado em Miracema, com o passar dos tempos, vem seguindo seus costumes e ritos, com influências de seu tempo na manutenção de suas formas tradicionais, em que a Cultura recebe a adaptação e intervenções das novas gerações, com tendências e modificações ocasionadas pela dificuldade de permanência dos hábitos e costumes originários. Tais mudanças ainda são ocasionadas pelo falecimento dos antigos Mestres, que mantinham o seu legado em seu controle e conhecimento, por vezes não preservados por seus herdeiros ou componentes dos grupos, que desejam dar continuidade à expressão artística e cultural, sendo uma preocupação constante relacionada à transmissão do conhecimento, em especial pela oralidade e convivência nas atividades e ações do grupo.

O município ainda conta com a existência de grupos de Jongos/Caxambu, Folia de Reis, Boi Pintadinho e Mineiro Pau, tradições que perduram e resistem ao tempo com o apoio e subvencionados anualmente pela Prefeitura Municipal, como forma de incentivo à permanência. Tornam-se atração em suas épocas de atuação nas comunidades e área rural da cidade. Todavia, tendo como fator primordial de sua existência a ativa participação da comunidade, do território da sede do grupo e do entorno em que se originam, como também os apreciadores de suas formas e maneiras de se apresentarem ao público nas festividades, datas comemorativas, efemérides, períodos de peregrinação, ritos de passagem e etc.

Ficou perceptível que havia certo desconhecimento ou indiferença em relação à existência deste rico patrimônio cultural encontrado na cidade. Tomei a iniciativa de promover um trabalho também educativo sobre o patrimônio cultural, em eventos e palestras de aproximação do público com as referidas expressões culturais, fornecendo informações e esclarecimentos quanto as suas formas de existência, históricos, formas de preservação institucional e proteção legal.

O referido trabalho de Educação Patrimonial se originou da percepção da ausência de um movimento anterior a esta época, de melhor conscientização. O que nos levou a perceber que é necessária a sensibilização. Em alguns casos, é necessário preparação e convencimento da sociedade e dos tomadores de decisão.

Ademais, ainda se faz necessário um trabalho educacional, com formato de conteúdos aliados a disciplinas da educação, despertando para a formação de cidadãos vulneráveis ao despertar do entendimento da importância de ter conhecimento da cultura da região, da geração de emprego e renda, ou seja, da cadeia produtiva e da economia criativa, o fazer e o produzir cultural, a ausência de investimentos em políticas, programas culturais de incentivo, planos de salvaguarda e fomento à produção artística.

Ocorre também a forma desleal em que se apresentam e são distribuídos os editais de fomento e captação de recursos, em benefício das grandes empresas especializadas e captadoras das grandes cidades que têm a expertise. Neste contexto de aberta e ampla concorrência, em uma relação desigual de competição, tratando-se desse caso, existe a ausência de profissionais captadores de recursos, pessoas influentes e capacitadas do interior. O que resulta ainda investimentos das empresas, que priorizam o patrocínio às cidades e áreas de grande densidade demográfica e maior veiculação da marca patrocinadora e do produto, com o qual a empresa investidora prioriza agregar ao valor e à missão da empresa sua pretensão de público alvo a ser alcançado no mercado consumidor, agregando consumo e divulgação ao produto, em interesse ou prioridade, aos de grande escala.

Os dirigentes, Mestres, representantes e membros dos grupos de Patrimônio Imaterial, em sua maioria são pessoas humildes, sem letramento e desprovidas do conhecimento do mercado e comércio cultural a que estão sujeitos, em suas atividades e apresentações, muitas vezes explorados por oportunistas que se aproveitam da apropriação cultural dos integrantes dos grupos, comercializando seus fazeres e saberes ocasional e intencionalmente.

A comunidade e o grupo sabem de seu verdadeiro valor, legado e bagagem trazidos em seus conhecimentos e vivências, na essência de suas almas e práticas absorvidas durante suas experiências e anos de integração e participação. Ocorre que, para sobrevivência, não

percebem como tudo isso é muito especial. Os empresários ou agenciadores não prestigiam, não vivenciam ou acompanham cotidianamente suas atividades, reuniões, encontros, ensaios, apresentações e viagens, para participação e intercâmbio em outros eventos. Demonstram o mínimo de interesse e preocupação com a manutenção do legado. Querem somente explorar a apresentação da manifestação cultural.

Quanto à específica situação de uso indevido destes agentes e grupos culturais, creio que existem dificuldades para que se empoderem diante dos exploradores. Estes possuem posicionamento e atitude sem compromisso com a verdadeira valorização da cultura, nos mostrando toda a energia e dinâmica que contemplam as manifestações, desprovidos de interesses que não sejam o retorno econômico. Neste aspecto, por outro lado, o que importa aos agentes e grupos culturais é mostrar seus valores, conhecimentos e desdobramentos relativos ao exercício da manifestação cultural, seus hábitos e dinâmicas para que seja possível realizar o show.

Na maioria das ocasiões são atraídos somente em troca de comida, bebida, transporte, presentes simbólicos e *souvenirs*. Como moeda de troca oferecem a disponibilidade de mostrar sua cultura, impregnada na alma e no corpo, traduzida em festejos bem elaborados e produzidos, comprados e tratados por prestação de serviços ou mercadorias de entretenimento.

A estruturação do INEPAC da atual Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa, através do Departamento de Patrimônio Imaterial, vem ao longo do tempo criando os mecanismos institucionais, que irão possibilitar o Registro de nossas expressões culturais. Culminou com o emblemático Dia Nacional da Cultura, no último dia 05/11/18, marcado e celebrado pela publicação do Decreto nº 46.485, de normatização da forma de proteção do patrimônio cultural imaterial. O que possibilita aos municípios, como a qualquer cidadão brasileiro, pleitear o registro das variadas e imensuráveis práticas artísticas do Patrimônio Imaterial Fluminense. Possibilita ainda a garantia da perpetuação de seu legado e oficialização de suas formas de expressão, saberes, modos de vida, território a que pertencem e suas celebrações.

Ressaltem-se a sua importância e recente vigoração regulamentadora, o Decreto 46.485 regulamenta as Leis nº 5113/2007 e nº 6.459/2013. É resultado de estudos e pesquisas iniciados pioneiramente pelo processo E-18/002.410/2010 de 27/12/10, da Divisão de Folclore, atual Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) do INEPAC, que pleiteia os direitos e estabelece os procedimentos oficiais de Registro de nossas manifestações. Possibilita a realização dos trâmites favoráveis à formatação e agilização, que estabelece mais

esta forma de preservação dos bens culturais, que necessitam deste instrumento para prolongar sua existência e catalogar suas especificidades e o modo de existir no tempo e no espaço.

Feita a leitura e conhecimento do teor do Processo Administrativo originário da regulamentação do Registro, que compreende dois volumes, cujo marco inicial, o ato protocolar do Ofício INEPAC nº. 651/2010 de 04 de novembro de 2010, é endereçado à Secretaria de Estado de Cultura⁵. Em seguida observa-se o curso e tramitação do processo por outras Gestões e gestores da Secretaria de Estado de Cultura, INEPAC, DPI e a remota Divisão de Folclore, encaminhado por seus representantes legais, que sugerem a contribuição de membros da Secretaria de Estado de Cultura, Secretaria de Estado de Educação, IPHAN e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) como preposto dos Órgãos Oficiais e representatividade da Sociedade Civil através das instituições: Centro de Referência de Estudos Afro do Sul Fluminense - Pinheiral, Comissão Nacional de Folclore, Comissão Fluminense de Folclore, Mestre da Folia de Reis Sagrada Família da Mangueira, como Grupo Popular e uma Pesquisadora do Patrimônio Imaterial de conhecimento e experiência acadêmica, demonstrando um processo democrático e participativo de ambos, sendo acatado pela Secretaria a Resolução SEC nº 449, de 14 de outubro de 2011 e suas publicações em Diário Oficial.

Em contínua análise, percebe-se uma lacuna na tramitação e ausência de informações. Em 2015 há a retomada do Processo⁶ resultando em uma nova proposta de Metodologia e embasamento legal, por meio de reuniões periódicas interdepartamentais da equipe do INEPAC.

Os estudos e informações compreendem na observação do critério chave, para a legitimidade de pleito ao Registro e percepção da relevância do bem cultural e da memória, identidade, bem como para a formação da sociedade brasileira, cronologia e marcos na trajetória dos estudos e elaboração da Constituição Federal, Leis Federais, já estabelecidas pelo IPHAN, Leis e Decretos do Estado do Rio de Janeiro, tendo como parâmetro algumas normas já estabelecidas no estado do Espírito Santo, Pernambuco e Minas Gerais.

A construção do trabalho tem a criação de uma Comissão Estadual de Patrimônio Cultural, que também contribui sobremaneira nos atos e atitudes do encaminhamento do

⁵ Na ocasião tinha como secretária a Sra. Adriana Rattes, emitido pela Diretora Geral do INEPAC Sra. Maria Regina Pontin de Matos, como propulsão ao estudo e pesquisa de mecanismos de normatização do Registro, tendo em anexo a Lei nº 5113, de 19 de outubro de 2017 e a Minuta da proposta de Regulamentação, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, que constituem o Patrimônio Cultural Fluminense.

⁶ Pelo então Diretor Geral do INEPAC, Sr. Manoel Vieira e pela Diretora do Departamento de Patrimônio Imaterial DPI/INEPAC, Sra. Luciane Barbosa.

processo e tomadas de decisões, constituída por 07 (sete) membros, com a seguinte composição: 1 (um) membro do INEPAC, que presidirá a Comissão; 1 (um) membro da Secretaria de Estado de Cultura; 1 (um) Membro da Secretaria de Estado de Educação; 1 (um) Membro do Conselho Estadual de Políticas Culturais; 1 (um) Membro da Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico; 1 (um) Membro indicado pelo IPHAN e 1 (um) Membro indicado pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Destaca-se que fica estabelecido na configuração final do Decreto: os Livros de inscrição das manifestações, que é o “Livro de Registro dos Saberes”, no qual serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; “Livro de Registro das Celebrações”, em que serão inscritos rituais, festas e celebrações que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; “Livro de Registro das Formas de Expressão”, no qual serão inscritas manifestações e expressões literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; “Livro de Registro dos Lugares”, em que serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. Ainda a previsão de livros que poderão ser criados, se houver necessidade, para outras modalidades e circunstâncias de bens culturais. As instituições que deverão compor a Comissão Estadual, nomeados seus membros representantes e suas atribuições, os procedimentos de registro, os documentos necessários obrigatórios para instauração do processo administrativo, a necessidade de reavaliação decenal, cabendo um parecer sobre a revalidação do título e estabelece a previsão do programa de salvaguarda, com ações previstas já no inventário encaminhado.

Em face do exposto, inaugura-se uma nova etapa nas ações e solicitações de Registro do Patrimônio Cultural Fluminense, que desde então não possuía suas diretrizes e formas de concretização do Registro, com documento oficializado até a publicação do Decreto. O que impossibilitava um trabalho, que fosse reconhecido e chancelado por um órgão competente, na continuidade de seus trâmites e concretização dos atos, promovendo no estado do Rio de Janeiro a salvaguarda das significativas expressões culturais do Patrimônio Cultural Fluminense.

1.2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Perante a realidade encontrada fez-se necessário um estudo e pesquisas que contribuam para os esclarecimentos e resoluções das questões, que ainda apresentam conflitos de entendimentos e ideias, em colaboração aos estudos pré-existentes ou ainda como fonte propulsora desta área e seus desdobramentos, construindo objetivos propondo a minimização dos problemas ou situações adversas apontadas.

O presente trabalho tem como objetivo a realização de um Projeto de Educação Patrimonial em municípios do Noroeste Fluminense e, em especial, Miracema. O que contribui para a preservação da representatividade do patrimônio cultural e seu valor simbólico na formação da cultura e história, como também sua ressignificação à comunidade escolar de valorização do patrimônio cultural. A partir de então, foram pensados objetivos específicos como norteadores do trabalho durante a sua execução. Da mesma forma, foram previstas ações para a promoção do patrimônio cultural dos municípios, contribuindo para a salvaguarda de práticas e formas de expressão.

A proposta dinâmica primordial se deu por meio do Circuito de Palestras, como forma de abordagem do patrimônio Imaterial e Material existentes nos municípios, tendo ainda o intuito de minimizar os conflitos e a ausência de esclarecimentos. As atividades tiveram o objetivo de valorizar os bens culturais da cidade e a identidade local.

Entre os objetivos específicos estão: (a) realizar levantamento bibliográfico fundamental da área de Educação Patrimonial; (b) realizar levantamento de tipos de manifestações culturais; (c) examinar a legislação sobre abordagens de Educação Patrimonial nas escolas; (d) explorar mecanismos de salvaguarda no poder público municipal relativos à memória através da Educação Patrimonial na Rede Escolar; (e) mobilizar atores Culturais da cidade, na campanha de valorização da Cultura local em seus respectivos territórios; (f) identificar e agendar as Escolas interessadas em participar do Circuito de Palestras; (g) realizar palestras ressaltando a importância do patrimônio cultural e sua simbologia, no cotidiano dos cidadãos brasileiros e dos munícipes, como parte integrante de um Circuito de Palestras; (h) estabelecer o entendimento do Patrimônio Material e Imaterial, como também suas formas de expressão e legislação de proteção; (i) sensibilizar e ou instrumentar os Professores da Rede Municipal de ensino sobre a importância do patrimônio Cultural e na continuidade deste Projeto no território Escolar a explorar seus potenciais culturais; (j) documentar todo o Circuito de Palestras ressaltando dúvidas e comentários; (k) atuar junto aos

conselhos municipais de educação e cultura a fim de contribuir para a criação de leis que estabeleçam regras para a educação patrimonial.

2 EDUCAÇÃO E CULTURA: UM PROCESSO PERMANENTE DE APRENDIZAGEM

Propõe-se uma análise e paralelo das dificuldades de conhecimentos e ausência do ensino regular aos indivíduos, que não foram oportunizados ao letramento e aprendizagem proporcionada pela Escola, durante a fase ou faixa etária propícias à maior absorção de informações e conteúdos ofertados no âmbito escolar, favorecendo a compreensão de vida cotidiana e suas especificidades de fatos, que requeiram absorvimento de práticas educativas.

No cenário escolar atual, no processo de ensino aprendizagem, discute-se a possibilidade de inserção de conceitos, diálogos e valorização do saber do indivíduo, que participa ativamente do processo de construção do conhecimento. A cultura, como um alicerce neste processo, torna-se a base para tal estrutura de ensino. Sob esta vertente, o presente capítulo tem por objetivo expor, através de um estudo bibliográfico e etnográfico acerca da presença das expressões culturais, no contexto histórico e educacional dos municípios da região do Noroeste Fluminense no estado do Rio de Janeiro, com destaque as suas origens e fundação no final do Século XIX, após o estabelecimento do modelo educacional Tradicional e a Escola Nova, assim como as representações sociais dos atores envolvidos no processo cultural.

Como contribuição deste estudo, espera-se a maior representatividade da relação do processo cultural para com a educação, a fim de que se estabeleçam diálogos e trocas de experiências mais enriquecedoras em favor do campo do ensino.

Na atualidade muitos grupos culturais existentes na Região Noroeste possuem uma grande proximidade e identidade cultural entre suas manifestações, que sobrevivem aos desafios de seu tempo, o que pretendeu explicitar a existência de Mestres, detentores dos saberes culturais, seu sentimento de pertencimento e apropriação das práticas exercidas, no campo de atuação dos grupos e seus locais de formação de origem. Em sua maioria não acompanham as necessidades e entendimentos do fazer cultural, perante as políticas públicas e a necessidade de captação de recursos, para sustentabilidade das manifestações e festejos comemorativos, que envolvem o contexto em que estão inseridos e as realidades do Patrimônio Imaterial (FARIA, 2002).

Segundo Saviani (1997), a humanidade historicamente é constituída pelo conjunto dos homens. Por essa concepção, é possível destacar, em especial, nas expressões de Cultura Popular, o empoderamento dos personagens e cidadãos nos momentos de seus rituais e

cerimônias relacionadas. De acordo com Cavazotti (2010), ocorre com a divulgação e concretização das tradições através da humanidade. Por meio de seus momentos e épocas de maior fluxo de representações e participação em eventos culturais, que por sua vez, provoca a manutenção e perpetuação do hábito de fazer a cultura.

Ainda conforme o autor, ao observar a ausência de letramento dos indivíduos envolvido em tal processo, pela falta de acesso à Escola, à alfabetização básica e ao dito fracasso escolar, perpetuado ainda por um sistema de ensino engessado e reprodutivo, que detém todo conhecimento das práticas e manipulação dos instrumentos e do saber.

Nesse contexto, Nabucco (2010) diz que o que ocorre neste espaço cultural é a manifestação de experiências que também contribuem para a construção da identidade de tal comunidade, como: o ato da aprendizagem musical autodidata, classificada como “o dom de tocar de ouvido”; a confecção de figurinos, tido como o “domínio da técnica de costurar”; a cadência de suas músicas, “repetição de toques”, pontos ou rezas, “orações” sem conhecimento teórico de suas letras e músicas, muita das vezes transmitidas pela oralidade, por meio de um aprendizado espontâneo, que se reproduzem por conhecimentos repassados hierárquica e hereditariamente nas tradições familiares. Como um exemplo deste contínuo processo, podemos citar a proximidade dos locais de origem do surgimento do grupo cultural, que constroem os conhecimentos baseados em questões de fé e religiosidade, festejos típicos da cidade ou relacionados a épocas do ano, como, por exemplo, o Natal, o Carnaval, as efemérides, datas comemorativas.

Tais características tratam-se dos resultados de conceito de trabalho educativo guiada pela existência empírica, na medida em que sua referência para a educação é a formação do indivíduo enquanto membro do gênero humano. Ao adotar tal referência, esse conceito de trabalho educativo, segundo Faria (2002), estabelece como um dos valores fundamentais da educação o do desenvolvimento do indivíduo, para além dos limites impostos pela divisão social do trabalho. Assim, Nogueira (2007) argumenta que de forma espontânea, em meio ao cotidiano, tais práticas vão sendo disseminadas e absorvidas, por meio da manifestação da música entoada, da dança coreografada, da produção, das indumentárias, dos rituais de encontros e da participação em conjunto com outros grupos, que ocorrem de forma inconsciente ao verdadeiro sentido e objetivo da manifestação. Assim, reproduzindo suas formas de realização com formatação de “espetáculos”, que não levam em consideração a essência, origem e raízes da cultura apresentada, formatando na maioria das vezes, as formas de apresentação, em grupos denominados folclóricos.

Nesse sentido, o trabalho realizado tem por objetivo expor a presença das expressões culturais, no contexto histórico e educacional das cidades da região do Noroeste Fluminense destacando suas origens e fundação ao final do Século XIX, após o surgimento dos modelos educacionais: Tradicional e a Escola Nova - bem como as representações sociais dos atores envolvidos no processo cultural.

2.1 CONHECIMENTO, CULTURA E EDUCAÇÃO

Trata-se do contexto entre as relações dos saberes providos pela escola e o produzido pela vivência em grupo e as atividades culturais hereditárias, transmitidas de geração em geração, em que os indivíduos exercem as relações educacionais e sociais e/ou em sociedade.

Em meio à história do desenvolvimento do homem, surge a necessidade da disseminação da linguagem e do conhecimento (CAVAZOTTI, 2010). Nesse entendimento, Morin (1989) nos afirma que a cultura torna-se algo relevante em tal movimento.

Atualmente, de acordo com Nogueira (2007), em tal processo, os Grupos Parafolclóricos, que são grupos formados por pessoas que retrabalham, interpretam e apresentam as vivências dos grupos folclóricos em forma de espetáculo, que objetivam dar conta da demanda de mercado, transformam o fazer artístico em elaboradas produções, aparentemente próximas da ideal apresentação e realidade da expressão artística e que satisfazem ao público a que é destinado, embutidos nesse novo formato do fazer cultural a ausência da tradição, da originalidade, da apropriação dos verdadeiros conhecimentos transmitidos às novas gerações, causadas pela oportunidade de divulgação e promoção cultural, nitidamente descaracterizada em seus hábitos originais, simbologias e crenças.

Ao refletir acerca da cultura, segundo Morin (1989), percebe-se que se trata de um processo através do qual o homem atribui sentidos à realidade e ao mundo. São os códigos através dos quais os indivíduos e sociedades classificam a realidade.

Em complemento, Maraschin (1998) diz que assim a cultura é a instância onde o sujeito realiza sua própria humanidade, concretizando-se quando são incorporadas às múltiplas identidades. Isso porque, nesse mesmo processo de construção da cultura é que as sociedades preservam suas memórias, suas experiências, caracterizando-se pela multidentalidade dos saberes.

Ainda de acordo com o autor, a partir da valorização da existência das múltiplas manifestações dos saberes, que se constituem em uma cultura, o conhecimento torna-se uma atividade humana vinculada diretamente às condições sociais e históricas de sua produção. Tal pensamento, segundo Cavazzoti (2010), faz parecer que as visões de mundo se transformam junto da possibilidade de expressão; ou mesmo com práticas e instituições, que lhes dão as possibilidades de existência, difusão e concretização. Com essas expressões, as mais variadas áreas sociais onde o conhecimento é construído, como por exemplo, a escola, o conhecimento conciliado com a valorização da cultura, torna-se algo essencial para a construção do significado do ato de aprender.

Sob esta visão, Morin (1998) diz que a educação torna-se uma fração do modo de vida, que cria e recria invenções da própria cultura em sociedade. Conciliadas para com a significação e contexto pelo qual o indivíduo está inserido, as formas de educação não mais reproduzem apenas os conceitos pré-estabelecidos, paradigmas engessados do conhecimento e a negação do diálogo de experiências, mas passa a contribuir para o movimento baseado na “ensinam-e-aprendem”, provocando assim a reinvenção da vida do grupo e dos sujeitos, através de trocas de experiências no espaço de aprendizagem, de acordo com Saviani (1997).

Observa-se, por exemplo, que no campo da cultura, a aprendizagem torna-se algo que é construído em torno das experiências de cada indivíduo ao longo de seu contato com a própria linguagem, hábitos e concepções do grupo a que pertence.

2.2 CULTURA, EXPERIÊNCIAS E APRENDIZAGEM

Percebem-se as tradições de Patrimônio Imaterial como fonte enriquecedora de variados conhecimentos agregados a cada manifestação cultural existente em relação ao comportamento e resultados obtidos na escola e as relações interpessoais, vivenciadas em harmonia nas experiências escolares e a vida em comunidade.

O processo de aprendizagem dos integrantes das manifestações de “Cultura Popular” se dá em grande parte através da oralidade transmitida pelos mais velhos, sendo estes por sua vez, os conhecedores de tais práticas, como também na manipulação e execução da produção de instrumentos, recebendo dos mestres a cadência ou harmonia com o canto, feito pela percussão, em harmonia com o cântico entoado pelos escutadores e apreciadores da expressão

cultural exercitada, estabelecendo assim, todo um legado familiar, de acordo com Souza *et al* (2014).

Consequentemente, segundo os autores, era aplicado um processo de aprendizagem assistemática⁷ das atividades do grupo (seja de canto, dança, instrumentos, etc.), distribuído em tarefas associadas à percepção do “dom” de cada integrante, que assumiria a função predestinada, pelo mestre ou responsável pelo grupo. A aprendizagem ainda se dá na vivência em que os grupos se reuniam e se apresentavam nas celebrações e festas tradicionais em que eram solicitados.

Espelhado no desenvolvimento dos membros do grupo, que está diretamente ligado à aprendizagem necessariamente de um leigo ao outro, adquirindo conceitos ao longo da vida, sofrendo adaptação ao meio em que está inserido, na tentativa de entender o desenvolvimento integral do indivíduo e completa. Souza *et al* (2014) afirmam que nesta concepção de aprendizagem é possível ainda estabelecer uma reflexão acerca do processo de ensino construído ao longo do tempo. Assim como no âmbito cultural, seria a escola um local de valorização das experiências e apreciações da individualidade de cada sujeito, onde a prática do ensino por troca de ideias e manifestações de cada indivíduo contribuiu para a construção e significação do saber.

2.3 ENSINO, ESCOLA E EDUCAÇÃO

Versa sobre a relação dos costumes da comunidade e seus hábitos de vivência e o envolvimento dos conhecimentos pré-adquiridos a fase escolar e as vinculações estabelecidas a partir, destes conhecimentos individuais, agregados a escola e sua constituição sistemática.

Lopes (2008), ao refletir acerca da relação entre o sistema de ensino, a escola e o processo educacional, percebe que a defasagem educacional e de alfabetização vem refletindo um cenário constituído de indivíduos, que não estimulados devidamente pela falta de incentivo familiar, perpetua problemas que ainda persistem em meio ao arcabouço cultural como: a iniciação precoce ao trabalho para complementação da renda familiar.

Dentro da discussão desse conflito, Monteiro (2015) apresenta as Pedagogias da Essência e as Pedagogias da Existência, traduzidas de forma esquemática, tratam-se de

⁷ Tal classificação está relacionada ao fato da aprendizagem não estar vinculada a um conhecimento prévio de técnicas ou códigos profissionais.

alternativas para o educar guiado por um ideal abstrato de ser humano, por uma essência humana histórica e educar para a realização dos objetivos iminentemente surgidos na vida de cada pessoa, na sua existência.

A educação tradicional, caracterizada pela negação da troca de experiência e subjetividades em favor do ensino e da aprendizagem, aponta para a perpetuação do detrimento de opções didático-pedagógicas, refletindo em uma realidade constituída de cidadãos analfabetos funcionais, porém, detentores da arte praticada em suas comunidades, influenciadas por seus antepassados (LOPES, 2008). É características marcantes da Escola Tradicional o distanciamento entre o professor e o aluno. O professor torna-se apenas um interceptor de conteúdo e informador, que apenas concentra suas atividades didático-pedagógicas a métodos expositivos, no qual suas tarefas e exames são individuais e sustentam o ensino engessado baseado em modelos pré-definidos e na prática da memorização.

Em contrapartida a esta concepção, Paulo Freire (1996) apresenta a pedagogia libertadora, que assimila o processo de experiências dos educandos e do educador, partindo do princípio de que linguagem, conhecimento e aprendizagem, no espaço acadêmico, devem assumir o sentido do cotidiano dos próprios indivíduos, trazendo ao contexto didático, o estado de espírito e vivências dos sujeitos. Desse modo, a educação assumiu o papel do espaço valorizador da construção do saber pela troca de experiências e não apenas um procedimento de reprodução de técnicas e situações abstratas. Nisso, o mesmo autor propõe que o processo educativo deve assumir a natureza de objetos com significados e conceituados na prática da vivência, introduzidos pelos métodos libertadores de aprendizagem das massas, pressionadas pela imposição estrutural do Estado. Assim, um exemplo desse movimento é justamente o estudo e variação dos saberes que constituem a história de um determinado grupo ou comunidade. A exploração de dados, a preservação de documentos e a introdução destes mesmos materiais, no âmbito de ensino, têm a possibilidade de gerar significado ao ensino, e aprendizagem dos alunos. Tal ensino contextualizado é capaz de transformar por completo a visão do aprendiz sobre sua própria vivência. Sob este aspecto, a pesquisa descrita nesse trabalho traz a necessidade de levantamento e valorização da história cultural de toda a Região Noroeste Fluminense, uma vez que esta seja introduzida nos espaços acadêmicos e escolares locais, como um fator alternativo do ensino nos campos sociais.

Portanto, ao buscarmos uma escola democrática, uma escola cidadã, todos devem participar dela. O Projeto Político-Pedagógico construído com a participação de todos, integrado ao contexto histórico-cultural, deve levar em conta que a escola não é o único local

de aquisição do saber elaborado. Aprendemos também nos fins de semana, em casa, no trabalho, como afirmam importantes teóricos atuais INEPAC (2014).

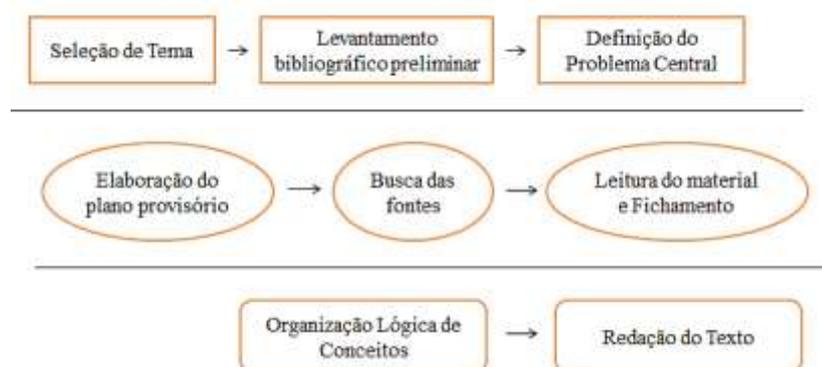
2.4 UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO DA CULTURA E EDUCAÇÃO DO NOROESTE FLUMINENSE/RJ

Tem como finalidade apresentar o território que é objeto dessa pesquisa, suas proximidades geográficas, representando atualmente o Noroeste Fluminense, apresentando seu histórico e especificidades, desde a formação dos povoados até a atual configuração regional, e as expressões culturais a fins, devido às trocas e à transmissão de conhecimentos dos grupos culturais existentes.

Baseado em concepções acerca da formação cultural e o processo educacional, como uma alternativa e avanço da valorização do grande conjunto cultural de um determinado grupo, o estudo bibliográfico sugere que o início da formação dos povoados ou municípios nesta região do estado do Rio de Janeiro/capitania se deu, segundo registros, no final do século XIX, período de surgimento das expressões culturais trazidas pelos desbravadores, povos escravizados e imigrantes colonizadores, que avançaram na região à procura de terras produtivas, para o cultivo de cana-de-açúcar, café, algodão e a lavoura de subsistência, das fazendas instaladas neste território.

Tal concepção inicial é construída em torno do procedimento metodológico de estudo (Figura 1), baseado na definição na pesquisa bibliográfica proposta por: Seleção do tema a ser investigado e o levantamento bibliográfico primário. Desta forma, com a definição do problema central da pesquisa. Com isso, houve a execução da elaboração provisória do texto, sendo esta por sua vez a composição primária da estrutura textual. Com a busca por fontes, leitura do material e a produção de fichas acerca dos materiais pesquisados e analisados, o estudo realizado seguiu-se pela organização do texto e a redação final.

Figura 2 – Esquema do plano metodológico do estudo realizado



Fonte: Elaborado pelo autor.

Baseado em tal procedimento metodológico, ao longo da pesquisa desenvolveu-se a observação por meio dos dados levantados e avaliados. No período e no contexto histórico brasileiro, a Educação era um privilégio das famílias com grande poder aquisitivo, privilegiadas pela condição sociocultural em que estão inseridas, marcada pela pedagogia imposta pela Escola Tradicional, que segundo Saviani (1996), foi provocada devido ao conflito entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova, ou como um conflito entre Pedagogia da Essência e Pedagogia da Existência. Em contrapartida, os menos favorecidos recebiam conhecimentos ofertados por seus familiares, através da oralidade ou um membro familiar de maior vivência ou instrução. Percebe-se isso na forte influência dos povos de matriz africana, na continuidade de suas tradições religiosas, da herança de pratos específicos de sua culinária, indumentárias (com forte influência nas manifestações encontradas na Região Noroeste), que permanecem remanescentes em nosso meio, difundindo sua cultura e costumes típicos dos seus descendentes, vindos da África, como mão de obra escrava, de acordo com Mizubuti (2005).

Segundo a pesquisa, numa perspectiva histórica da fundação da cultura, história e identidade das comunidades que pertencem à região do Noroeste Fluminense, mais especificamente, na cidade de Cambuci, fundada no dia 4 de novembro de 1861. O governo lançou o Decreto Estadual nº 1.203, cujo texto assim diz:

O Curato do Bom Jesus do Monte Verde fica elevado à categoria de freguesia - com os limites eclesiásticos que ora tem excluída a vertente do Rio Paraíba, compreendida entre as fazendas do Francisco Cruz e Prudêncio José da Silva, seguindo pelo Valão do Padre Antônio até a fazenda Joaquim Alves, a qual vertente passará a incorporar-se ao território da freguesia de São José de Leonissa, e a nossa freqüência pertencerá ao município de São Fidelis (MARINHO, 2017, p. 5).

Na cidade de Laje do Muriaé, segundo o autor, fundada em 1832 por José Ferreira Cezar, José Bastos Pinto e José Garcia Pereira – parentes de Constantino Pinto, que por sua vez, era tido como o protetor dos índios Puris de São Paulo do Muriaé (MG), partiam de Muriaé, rio abaixo, em busca de ouro e pesca, e encontraram uma laje que interrompia fluxo do rio. Assim, pararam nessa laje, a fim de pré-pertencendo à Baixada Campista, sendo esta, anexada à São Fidelis de Sigmaringa até 1872, quando passou a pertencer à Santo Antônio de Pádua. Desligou-se de Pádua em 1887, para fundar São José de Avaí, que passou a ser, então, Itaperuna.

Assim, a região de Itaperuna foi utilizada, antes do século XIX, apenas por bandeirantes e aventureiros que demandavam a baixada pelos afluentes da margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Por volta de 1830, entretanto, instalou-se na área o desbravador José Lanes Brandão, com iniciativas que passaram a atrair população para o núcleo pioneiro do futuro município. A povoação foi elevada à categoria de vila em 1887, com a denominação de São José do Avaí, favorecida pela posição geográfica de maior acessibilidade a Campos, reforçada posteriormente pela ligação ferroviária. A área experimentou crescimento regional, concomitante à ampliação de sua importância administrativa, e em 1889 foi elevada à categoria de cidade, com o nome de Itaperuna, segundo Marinho (2017).

Até o início do século XIX, as terras que hoje compõem o Município de Porciúncula (Figura 4) mantiveram-se fora das correntes colonizadoras, estando sua origem e evolução muito ligadas ao crescimento de Itaperuna (RJ). Seu desbravamento verificou-se entre os anos de 1821 e 1831, quando José Lanes (ou Lana) Dantas Brandão fixou-se na zona do Rio Carangola, nas proximidades da atual Cidade de Natividade, desencadeando um fluxo migratório para quase toda a área que constitui, hoje, a região Noroeste Fluminense (MIZUBUTI, 2005).

Figura 3: Município de Porciúncula no século XIX



Fonte: Mizubuti (2005, p. 10)

O progresso econômico e social verificado nessas terras, afirma Marinho (2017), logo chamou a atenção de autoridades civis e eclesiásticas, pois a população que crescia a cada dia, começava a reclamar assistência material e religiosa. Assim, no ano de 1879, foi criada a freguesia de Santo Antônio do Carangola, ainda em terras do Município de Campos, das quais se separou em 1885, passando a fazer parte do então recém-criado município de Itaperuna. Então, Santo Antônio do Carangola teve seu nome mudado para Porciúncula, e, em 1947, foi criado o município do mesmo nome, desligando-se do território de Itaperuna.

Nessa mesma região, o espaço territorial com o nome de Nossa Senhora da Natividade foi o núcleo populacional transformado em Freguesia, em 1861, e elevado à categoria de Vila em 1885, com o nome de Vila de Itaperuna. Várias modificações político-administrativas se processam na região até 1890, quando foi criado o Município de Natividade do Carangola, sendo a sede do povoado elevada à categoria de Vila. O município foi extinto um ano depois e restabelecido em 1947. Pelo Decreto Estadual nº 641, de 15 de dezembro de 1938, o distrito de Natividade de Carangola passou a denominar-se Natividade. Ainda vinculada a este território, a história de Varre-Sai acha-se relacionada à Natividade, devido ao fato do município em questão, ser a antiga sede distrital de Natividade. Sua evolução acha-se vinculada à de Itaperuna, com origem na penetração do desbravador José Lanes Brandão na área, por volta de 1831, que desencadeou fluxo migratório para a região. Em decorrência disso, em 1853, foi criada a freguesia de Nossa Senhora de Natividade do Carangola e, a partir do final do século XIX, com o advento da ferrovia, sua colonização se processou de forma rápida e contínua, que por sua vez, foi elevada à categoria de município, com a denominação de Varre-Sai, pela lei estadual nº 1790, de 12 de janeiro de 1991.

Em relação ao município de Bom Jesus do Itabapoana, de acordo com Marinho (2017), diz-se que a tradição deste município que, por volta de 1842, em busca de terrenos virgens adaptáveis aos tratos agrícolas, o mineiro Antônio José da Silva Nenem, nascido em Bom Jesus da Vista Alegre, lugarejo de Minas Gerais, trouxe em sua companhia a esposa, dois filhos e alguns empregados e dedicou-se ao desbravamento do local, construindo moradia e fazendo plantações, dando início ao povoamento da região posteriormente.

Por força do Decreto nº 2.810, de 24 de novembro de 1885, Bom Jesus do Itabapoana passou à jurisdição do município de Itaperuna, criado nesta data e por este Decreto. Em 24 de novembro de 1890, já no Período Republicano, a freguesia foi elevada à categoria de município, em virtude do progresso que em suas terras se observava por essa época. Assim, finalmente, depois de uma luta política cheia de vigor, foi reconquistada a autonomia de Bom Jesus do Itabapoana, em virtude do Decreto nº 633, de 14 de novembro de 1938, tendo a instalação do município sido verificada a 1º de janeiro de 1939.

Em relação à cidade de Italva, o autor diz que as primeiras referências de povoação nesta região datam de 1870, quando aventureiros e exploradores por aqui passaram e encontraram, como até hoje ocorre, terra fértil e ainda rica em minerais. Seu primeiro nome foi Santo Antônio das Cachoeiras, oficializado por Lei Provincial de 06/11/1873. Por Deliberação de 10/08/1891 foi classificado como Distrito de Campos. Mais tarde, teve o nome de Cachoeiras, e já em 06/01/1917, passou a chamar-se Cachoeiras do Muriaé, em homenagem às águas caudalosas do Rio Muriaé. Esta, por sua vez, é uma área rica de recursos minerais, como por exemplo, mármore, calcita, dolomita e quartzo. Italva foi emancipada em 12/06/86, através da Lei 999, assinada pelo então Governador do Estado, Eng.º Leonel de Moura Brizola.

A colonização do território do Município de Miracema é atribuída aos esforços de D. Ermelinda Rodrigues Pereira, que na primeira metade do século XIX, por volta de 1846, no local onde atualmente existe a praça que tem seu nome, construiu uma capela dedicada ao culto de Santo Antônio. Doou terras para a construção da futura freguesia de Santo Antônio, mais tarde, Santo Antônio dos Brotos. Era intenção de D. Ermelinda transformar suas propriedades em bens de uma paróquia, que pretendia entregar mais tarde a um de seus filhos, de nome Manoel, que concluía seus estudos em um seminário de Mariana – MG. Prosseguindo com seu intento, a referida Senhora doou 25 alqueires de terra, dos 2.000 que possuía, para a formação da futura freguesia de Santo Antônio, posteriormente, Santo Antônio dos Brotos. Deve-se a mudança de nome ao fato de um dos sólidos esteios da capela

construída por D. Ermelinda ter brotado, fato que a credence popular atribuiu a um milagre, acrescentando ao nome do padroeiro Santo Antônio, a designação de “dos Brotos”.

Pela deliberação de 13-04-1883, o distrito de Santo Antônio dos Brotos passou a denominar-se Miracema. Elevando-se à categoria de município com a denominação de Miracema pelo decreto nº 3401, de 07-11-1935, desmembrado de Santo Antônio de Pádua. Sede do antigo distrito de Miracema. Constituído de 3 distritos: Miracema, Paraíso do Tobias e Venda das Flores, desmembrados de Santo Antônio de Pádua. O município foi instalado em 03-03-1936 e relacionado à cidade de Santo Antônio de Pádua.

Em relação à Santo Antônio de Pádua, Mizubuti (2005) afirma sobre o registro, considerado o documento mais antigo de que se tem notícia da história deste município, era uma escritura, passada em cartório, da doação das terras a Frei Florido de Città di Castelli feita por João Francisco Pinheiro e sua mulher, Maria Luiza, ampliada por João Luiz Marinho, para fazer a divisa “de valão a valão”, entre o valão que corre da Rua Nilo Peçanha, antiga Rua da Chácara e outro, o valão do Botelho que havia na saída para Miracema.

Com a construção da Igreja de Santo Antônio, construída no final da década de 1830 ou princípio da década de 1840, denominada Igreja de Santo Antônio de Pádua, e em 01 de junho de 1843, a cidade foi então registrada com a Lei Nº 296 que elevava à categoria de freguesia (paróquia) com o nome de Santo Antônio de Pádua, e Frei Bento de Gênova foi a sua primeira cúria, sacerdote, devolvendo, assim, o nome certo ao arraial que passaria a vila e teria, mais tarde, em 02 de janeiro de 1882 a sua emancipação, tornando-se município e sendo o 1º distrito, com o nome definitivo de cidade de Santo Antônio de Pádua, Mizubuti (2005).

Ainda, nesta mesma região, relacionado ao município de Aperibé, Marinho (2017) afirma que com a iniciativa política de prestar justa homenagem aos verdadeiros donos das terras, em 2 de julho de 1890, o então governador Francisco Portela acolheu a elevação do distrito policial do povoado de Santo Antônio do Retiro, que, mais tarde, passou a ser denominado “os bravos índios Puris”, encontrados nas imediações da Serra da Bolívia e não imaginavam que um dia suas terras pudessem ser o abrigo de gente calma, sossegada e tranquila. Esse povo, que ocupou o que até 1890 se chamava Santo Antônio do Retiro, acabou criando o hoje progressista município de Aperibé que se emancipou em 1992 do município de Santo Antônio de Pádua, quando então contava com uma área de aproximadamente 90 km² (quilômetros quadrados).

Na época, os emancipacionistas reivindicavam o direito de os produtores usarem os trens de carga da Rede Ferroviária Federal, que ligavam o interior de Minas Gerais ao município de Campos dos Goytacazes. Elevado a município pela Lei Estadual nº 1.985, de 10

de abril de 1992, foi desmembrado de Santo Antônio de Pádua e constituído em distrito-sede, sendo instalado em 1 de janeiro de 1993, de acordo com Mizubuti (2005).

O município de Itaocara começa sua história em 1809, com Frei Tomás da cidade de Castelo, quando chegou às terras escolhidas para a fundação da Aldeia, que denominou São José de Dom Marcos, em homenagem ao referido Vice-rei. O nome escolhido não criou raízes no pensamento dos habitantes, que preferiram designar o local de aldeia da pedra, em referência ao penhasco que lhe ficava fronteiro, na margem oposta do Rio Paraíba do Sul. A história mais recente é uma continuidade de luta pelo progresso e desenvolvimento sociocultural do município de Itaocara, fundado em 28 de outubro de 1890, cujo topônimo deriva do tupi: "ITA" (pedra) e "OCARA" (aldeia), ou lugar da casa de pedra, de acordo com Mizubuti (2005).

O Município de Laje do Muriaé fundado em 1832 pelos 3 Josés: José Ferreira Cezar, José Bastos Pinto e José Garcia Pereira – parentes de Constantino Pinto, protetor dos índios Puris de São Paulo do Muriaé. Partiram de Muriaé, rio abaixo, em busca de ouro e pesca, e encontraram uma laje que quase estrangulava o rio. Pararam nessa laje, a fim de prepararem a primeira refeição do dia.

Seguiram, depois rio abaixo, para o local em que José Ferreira Cezar pretendia fundar a primeira fazenda, “o Angola”. Chegando ao sítio indicado, e ao disporem os trens da cozinha, em condição de efetuarem a refeição segunda do dia, deram falta de um determinado utensílio. Procuraram e procuraram, até que alguém se lembrou de que determinada peça tinha ficado na laje. E esse acidente topográfico passou a dar o nome a toda região.

Algum tempo depois, José Ferreira Cezar abriu mão das terras do Angola, partindo para as nascentes do Ribeirão do Campo, quando achou as barras de cinco córregos, local esse ideal para a fundação da sua fazenda, que passou a se chamar “Fazenda das 5 Barras”. Por seu turno, José Garcia Pereira fundava a “Fazenda do Tanque”, que recebeu tal nome por ele ter feito barrar o Ribeirão da Serra, dando origem ao açude que recebeu aquele nome: “Tanque”.

Nesse tempo, isto é, já em 1840, teve origem o estabelecimento do ciclo do café. O café invadiu o Norte-Fluminense, descendo de Minas e entrando pelo Poço Fundo.

A Laje permanecia, então, à zona da mata, que descia o Rio Muriaé até a Serra de São Domingos, a qual servia de limite “entre as terras altas de Minas e as terras baixas da Baixada Campista” (Sítio Oficial de Laje do Muriaé)⁸.

Laje do Muriaé pertencia à Baixada Campista e foi politicamente anexada à São Fidelis de Sigmaringa até 1872, quando passou a pertencer a Santo Antônio de Pádua.

⁸ Disponível em: www.lajedomuriaejrj.gov.br. Acesso em 03-jun-2020.

Desligou-se de Pádua em 1887, para fundar São José do Avaí, que passou a ser, então, Itaperuna.

Desmembrada de Itaperuna em 07 de março de 1962, pela Lei 5045, para constituir-se no atual município.

Quanto ao município de São José de Ubá, sua história nos revela que foi uma sesmaria desbravada por bandeirantes e na época era conhecida como "Rancho dos Ubás", pois abrigava os tropeiros vindos, em sua maioria, de Minas Gerais. O distrito foi criado pelos decretos estaduais nº 1 de 8 de maio e 1-A de 3 de junho de 1892, subordinado ao município de Cambuci, ex-Monte Verde. Em 1938 passou a se chamar Juca Neto através do decreto nº 641, sendo que em 1943 prevaleceu o nome São José de Ubá, pelo decreto lei estadual de 31 de dezembro nº 1056.

Um dos mais antigos proprietários desta terra foi o senhor Juca Neto, que doou parte de suas terras ao padroeiro da cidade, São José. O nome São José de Ubá é originário da junção do nome do santo padroeiro com o nome da planta nativa do lugar denominada de ubá (planta herbácea da família anonáceas usadas na confecção de balaios e cestos).

O desenvolvimento dessa terra até 1960 se deu pelo cultivo de variados produtos como: café, cana-de-açúcar, feijão, algodão e milho. No entanto, a partir desta data foi iniciado o plantio do tomate, que se expandiu e transformou a sua economia. A instalação do CEASA (Mercado do Produtor do Norte Fluminense), em 1978, consolidou o plantio desse produto no município que é hoje o segundo maior produtor de tomate do estado.

Em 2 de novembro de 1995, por uma votação de 99,43%, a população disse "sim" à emancipação do então distrito.

Comemora-se a data de emancipação no dia 28 de dezembro de 1995, dia em que o então Governador do estado do Rio de Janeiro, Marcelo Alencar, assinou a Lei 2.459 de sua criação.

Devido a sua recente emancipação, não há distritos além da própria sede. Como a maioria da população do município vive no campo em pequenas propriedades ou Vilarejos (Vilas), sua população é essencialmente rural e a grande maioria dos habitantes da zona rural é composta por trabalhadores rurais ligados ao plantio de tomate, pimentão, pepino entre outros produtos em menor proporção e a pecuária leiteira.

As principais vilas do município são: Barro Branco, Brejo, Cambiocó, Campo Grande, Capelinha, Cruz da Moça, Mangueira, Ponte Preta, Santa Maria, Santo Antônio do Colosso, Inveja, Vila da Serrinha/Vargem Alegre, Prosperidade/Santa Rita, São

Domingos/Petiribote/Loteamento Navarro, Panelão, Monteiro/Horto, Quero-Ver/Gaveta/cachoeira Alta, Mavorte/Serra do Alvarenga/Maravilha e Jenipapo.

A Sede municipal fica estrategicamente localizada na área central do seu território, às margens da principal Rodovia Estadual do Noroeste Fluminense, RJ-186, que interliga as cidades de Pirapetinga, em Minas Gerais, passando por Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Bom Jesus do Itabapoana, estado do Rio de Janeiro, divisa com o Espírito Santo.

2.5 CULTURA E EDUCAÇÃO REGIONAL

Estabelecer as afinidades das expressões artísticas e culturais do território escolar, seu entorno e outras dimensões existentes, para que seja absorvida nos conteúdos e práticas pedagógicas, em contribuição ao maior nível possível de aprendizagem compartilhada em grupo, auxiliando ainda, para o crescimento intelectual individual.

Após a exposição dos dados históricos, que constituem toda a identidade da região Noroeste Fluminense, observa-se que a reflexão proposta contribui para o entendimento da perpetuação na manifestação cultural encontrada na região, em virtude das ausências de incentivo e políticas públicas de manutenção e sustentabilidade dos atores culturais e produtores envolvidos no processo.

Faria (2002) nos diz que, no contexto educacional, a Escola durante muitos anos festejou o “dia do folclore”, com conteúdo ou apresentações de patrimônio imaterial, tratando as questões de valorização da cultura popular, reforçando as práticas repetitivas de tradições, sem buscar um verdadeiro caminho de reconhecimento dos saberes e fazeres envolvidos nas expressões, suas especificidades e diversidade.

Nesse sentido, Sacramento (2009) enfatiza a existência de uma expressiva contribuição da Educação, necessitada da compreensão do universo cultural, orientado pelo professor partindo do bairro, município, ou região, partindo do princípio de reconhecimento de seu território, para que assim, haja à amplificação de suas proporções e dimensões simbólicas e patrimoniais. É dessa forma, que segundo Souza (*et al* 2014), que a comunidade necessita estabelecer suas relações de pertencimento e reconhecimento de seus patrimônios e história local, como meio e valorização dos bens existentes, definindo dessa forma, o que será estabelecido como significativo e representativo.

Pela proximidade territorial e de práticas culturais presentes na região Noroeste do Rio de Janeiro, são necessários estudos aprofundados na busca de informações que contribuam para o esclarecimento e percepção da influência das manifestações culturais e sua contribuição para formação individual, capaz de reconhecer os valores, e entendimentos do exercício cultural, diz Faria (2002).

Nesse sentido, torna-se necessário, para um melhor entendimento, reconhecer quais bens culturais são relevantes no processo educacional, para que estes sejam destacados pela importância na identidade cultural regional e local, na democratização do acesso e o desafio de inventariar e identificar os que contribuem para o reconhecimento da coletividade, mediante sua representatividade, para cada comunidade ou território em que se encontram estabelecidos.

Observa-se uma exigência do atual mercado cultural, que demanda uma melhor “profissionalização” da expressão cultural, através da exploração do campo da economia criativa, do turismo cultural, inclusive em relação aos equipamentos culturais existentes (museus, biblioteca, teatros, centros de memória e cultura, etc.), que apresentam a preocupação de que a comunidade contribua para a evolução e constatação da importância da cultura local e o estabelecimento de legislações e políticas públicas favoráveis ao desenvolvimento educacional, cultural, econômico, social e turístico da cadeia produtiva do município e seu entorno.

Como fruto dessa necessidade, ressalta Sacramento (2009) que surge a urgência na construção dos sistemas municipais de cultura. É preciso estabelecer as diretrizes da cultura e toda a sua amplitude e diversidade, apresentando assim, um diagnóstico ou um ato norteador de ações de interesse da coletividade, dentro da elaboração participativa de todos os interessados na estruturação cultural, promovendo e estabelecendo relações diretas com a educação e o processo de ensino-aprendizagem. Isso nos mostra que a construção dos Sistemas de Cultura pretende consolidar as ações culturais e suas vertentes de atuação, sendo a Educação e em especial a Educação Patrimonial um fator preponderante em contribuição à educação brasileira.

Hipoteticamente a análise realizada leva a concluir que o estudo e objeto desta pesquisa possam contribuir para a comunidade acadêmica como um estudo preliminar, de imprescindível aprofundamento por sua peculiaridade sendo, inicialmente, uma fonte de informações e provável preocupação acerca das reflexões ligadas ao analfabetismo e analfabetos funcionais envolvidos com as práticas culturais, merecendo posteriormente em

outra pesquisa específica desta pauta, uma nova análise ou um recorte da situação dos atores culturais aqui existentes.

Ficou evidenciado nestes inúmeros fatores que contribuíram para a formatação deste cenário, em que a Cultura e seus Agentes estejam à margem do processo educacional e, conseqüentemente, de um exercício de desenvolvimento intelectual, que promovam ações ocasionando a inexistência de sustentabilidade, pela ausência de captação de recursos ou patrocínio no mercado cultural, em específico nesta região, devido à incapacidade dos Mestres ou seus representantes, de participar de Editais de captação de recursos, no desenvolvimento e criação de projetos adequados a obtenção de patrocínio pelas Leis de Incentivo Fiscal. Sendo esses recursos significativos na continuidade das atividades, que promovem a perpetuação da expressão cultural e suas necessidades de sobrevivência, condições que prejudicam seus desdobramentos.

Portanto, faz-se necessária uma constante aproximação destes atores culturais com a educação formal oportunizando instrução e conhecimentos amplos, possibilitando e viabilizando ainda a participação em Encontros, Workshops, Conferências, Reciclagens e reuniões com as lideranças de outros patamares, para promover o entendimento mínimo necessário às normas e políticas públicas da atualidade. Assim a gestão pública torna-se um importante aliado e interlocutor para minimizar os problemas de manutenção das tradições e comemorações festivas. É necessário ainda, como fator preponderante, efetuar a formalização e legalização dos grupos, que perpassa e requer outros entendimentos, como a forma de formalização burocrática existente e exigida, a cada oportunidade de participação em eventos, no contexto em que se está inserido.

3 ENSINO TRADICIONAL E A INTERDISCIPLINARIDADE DA CULTURA ATRAVÉS DO VIÉS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Observações e contribuições influenciadas pelos grupos de Patrimônio Imaterial, pelo relevante percentual de grupos organizados, que apresentam um número expressivo de adeptos dessas práticas e costumes tradicionais, por merecido destaque quanto à grande contribuição na região.

No cenário escolar atual a reflexão exposta busca analisar a contribuição da Arte e da Cultura através do seu processo de organização e dinâmica, dos Grupos de Patrimônio Imaterial na criação e manutenção de seus fazeres e saberes. Mediante o processo disciplinar e a interdisciplinaridade de suas manifestações em Grupos e Coletivos na Região Noroeste do Estado do Rio de Janeiro e a imagem de referência e identidade de cada Grupo na região, presente ou não no cotidiano escolar e suas práticas compartilhadas existentes na comunidade.

A Região Noroeste Fluminense se apresenta referenciada pelo quantitativo de Grupos de Patrimônio Imaterial tais como: Jongo/Caxambu, Folias de Reis, Mineiro Pau e Boi Pintadinho, que contém em seus grupos dinâmicas de participação e apresentação nas suas comunidades e outras localidades, interagindo em eventos e festividades. Esses grupos podem ser identificados e encontrados na maioria dos 13 municípios da região citada.

Fazenda (2011) nos diz que para viver a interdisciplinaridade é necessário conhecê-la para em seguida pesquisá-la e, somente depois, definir o que se pretende dela, não deixando de lado suas diferenças, enfim, sua interdisciplinaridade.

Observa-se assim, que se torna muito significativa no cotidiano da comunidade Escolar o ensino das artes, também como um exercício de cidadania, em que a escola tenha incluso e definido o aspecto de sua atuação interdisciplinar, tendo a Arte como fonte de inúmeras informações e contribuições para a visão de mundo dos discentes em constante formação.

Assim, promove a aproximação do público com a arte na sua interpretação, ressignificação e transformação das realidades de todos envolvidos neste contexto, mediante as propostas artísticas apresentadas, fugindo ao padrão de educação tradicional.

De acordo com Morin (2003) o destino comum, memorizado, transmitido, de geração a geração, pela família, por cânticos, músicas, danças, poesias e livros chegando à escola, que integrará o passado às mentes infantis, onde são ressuscitados os sofrimentos, as mortes, as vitórias, as glórias da história nacional, os martírios e proezas de seus heróis, tornando-se assim, a própria identificação com o passado torna presente a comunidade de destino.

Ainda nesse cenário encontram-se docentes dos conteúdos das áreas, com afinidade com as artes, sem uma formação profissional específica nas expressões das linguagens artísticas de dança, música, artes visuais, artes cênicas, para ministrar a Disciplina, apresentando certo despreparo, que mesmo assim, em contrapartida, favorece o desenvolvimento de habilidades e aprendizado em conjunto.

Entretanto, observa-se que, despertando os dons e aptidões de ambos aliados à criatividade dos artistas e das obras artísticas a serem trabalhadas. Dando sentido à formação cultural e na base de formação de suas expressões, favorecendo a aproximação do fazer

artístico com o público espectador, apreciador e alunos com inclinação para a aprendizagem e produção artística, pensamento crítico e criação da arte, mesmo negligenciada pela construção da grade curricular e no desenvolvimento das competências dos docentes. Assim, a arte está aliada à criatividade dos atores envolvidos levando incentivo ao aluno, à inclinação para a aprendizagem, pensamento crítico e criação da arte.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1998), cada Grupo Cultural diante de sua especificidade desenvolve sua dinâmica e forma de apresentação, mostrando seu potencial e diferencial criativo. A regra aplicada a cada manifestação cultural, como na dança coreografada, nos ritos de passagem, nos cerimoniais e periodicidade em que se exhibe ao público participante e apreciador. As atividades previstas a cada membro do grupo, atuação dos componentes na liderança do grupo e os Mestres, demonstrando seu comando no grupo e no direcionamento das atividades. Tendo sido previsto num dos objetivos dos parâmetros curriculares, de forma a “posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas”. Em sua maioria, os líderes que ocupam o lugar de “Mestres” são idosos, sem letramento, mas já apropriados do legado ou detentores dos conhecimentos compartilhados ao longo dos anos de vivência e participação no grupo. Na medida em que os jovens assumem a condição de Mestre, nessas circunstâncias de atuações, ocasião em que recebem a “missão” de forma hereditária ou em reconhecimento de seu comprometimento com as atividades culturais desenvolvidas no seu grupo e seus desdobramentos, no determinado grupo contribuem para a manutenção, sustentabilidade e na perpetuação das tradicionais expressões culturais, prolongando sua existência entre as novas gerações, que têm a oportunidade de vivenciar as práticas.

Dessa forma, percebe-se um prolongamento do tempo de existência da tradição do patrimônio cultural, na manutenção do legado e alcançando novos adeptos interessados na continuidade da cultura local, regional, além-fronteiras, extramuros o que também se espera do papel a ser assumido pela Escola.

Nessa mesma direção, recentemente, a BNCC 2017 (Base Nacional Comum Curricular) fortalece esse entendimento. A BNCC é um conjunto de parâmetros, regras, conhecimentos e atitudes que vislumbram a promoção do crescimento intelectual dos alunos em todas as suas dimensões em sala de aula. Essas mudanças estão pautadas em reflexões significativas da sala de aula que gerará impactos no entorno escolar e sua gestão.

As propostas estabelecidas pela BNCC demandam maior autonomia dos membros da equipe escolar. A BNCC precisa ser vivenciada pelos envolvidos no processo de construção

do conhecimento e ensino. Essa base irá exigir um maior aperfeiçoamento dos gestores e equipe como um todo, para que consigam alinhar as propostas didático-pedagógicas à execução das atividades na escola. O professor passa a ser visto como um mediador dos processos de aprendizagem e ensino, facilitando o alinhamento das habilidades e competências de cada indivíduo.

De acordo com Fazenda (2011), uma análise conceitual facilita a compreensão de elementos interpretativos do cotidiano. Para tanto, torna-se necessário compreender a linguagem em suas diferentes modalidades de expressão e comunicação; uma linguagem reflexiva, mas sobretudo corporal.

Estas manifestações culturais expressam o desenvolvimento de algumas expressões artísticas realizadas em conjunto e concomitantemente como a dança, a música, o figurino e os ritos estão intimamente ligados, fazendo com que os indivíduos desenvolvam as habilidades exigidas na sincronização dos passos a passos.

Além do mais, exercendo seu papel individual e no coletivo do grupo, conforme a orientação e conhecimentos recebidos, para o protagonismo artístico do grupo, em suas apresentações públicas, após inúmeros encontros e ensaios previamente organizados e liderados pelo Mestre, em suas comunidades ou territórios de atuação.

A preparação do Grupo envolve todo o território em torno de sua sede ou área de localização, promovendo assim, uma cadeia produtiva, da Economia Criativa, gerada pela Cultura, no exercício de produção do grupo e preparação para a concretização da festividade gerando emprego e renda, como também impulsionando o comércio e os prestadores de serviços, que contribuem para a circulação do dinheiro e das trocas entre as atividades econômicas, promovendo e transformando a realidade local de atuação e *habitat* de seus membros atuantes.

Dessa forma, oportuniza ainda a realização de um local de criação e venda de produtos artesanamente produzidos na comunidade escolar, para captação de recursos, que irão contribuir com outra necessidade financeira da Escola.

Entretanto, Foucault (2007) presume que o exercício de ensinar e aprender, trocar experiências e vivências, que refletem no cotidiano dos indivíduos direta ou indiretamente ligados a conscientização e construção de seres ativos e não somente consumidores passivos, realiza a Pedagogia engajada como princípio de uma educação libertadora, transmitida de geração em geração. Logo, tem por escopo ações para perpetuação das tradições culturais de seu povo, contribuindo para a salvaguarda dos legados culturais e a manutenção da prática exercida. Tratar-se-ia aí do “corpo político” como conjunto dos elementos materiais e das

técnicas que servem de armas, de reforço, de vias de comunicação e de pontos de apoio para as relações de poder e de saber que investem os corpos humanos e os submetem fazendo deles objetos de saber.

Pelo exposto, tal contexto contribui para um maior envolvimento de pessoas heterogêneas ligadas pela dinâmica homogênea do grupo, onde todos se igualam para que através da cultura sejam ligados à valorização da expressão artística e possam contribuir com a igualdade entre as pessoas, diminuição de preconceitos raciais, étnicos, morais e de origem da manifestação e sua fruição.

Conforme as situações apresentadas percebe-se que é também uma constante na maioria dos municípios do Noroeste Fluminense, que ainda preservam suas tradições, circunstâncias dentro de uma realidade muito próxima e igualitárias, nas suas condições de existência e exercício de atuação na comunidade, que se diferenciam e estão relacionadas à questão de maior ou menor valorização.

Espera-se que a Escola contribua com o seu papel na formação de pessoas com habilidades variadas e interpretação de mundo, baseadas nos conhecimentos adquiridos de inúmeras fontes de saberes e fazeres, associadas transversalmente aos conteúdos das disciplinas tradicionais.

Observa-se que tal situação vem se mantendo com a ajuda da comunidade e de maneira geral de seus responsáveis ou criadores, que mantêm a sobrevivência do grupo com sua forte capacidade de liderança cativante, envolvimento e articulação junto ao grupo, seu comprometimento de colaboração na vida pessoal e cotidiana de todos os envolvidos no processo, impulsionada pela ausência de políticas públicas consolidadas em planos de salvaguarda, no descumprimento do papel do estado, na formação integral do ser humano, no mundo globalizado e suas influências emergenciais do cotidiano e mercado de trabalho, o que numa análise inicial da situação pode-se dizer que o ocorrido se dá de forma a avaliar esse panorama levando em consideração a realidade econômica da Região Noroeste Fluminense, pela semelhança de seus perfis de comunidades tradicionais menos favorecidas.

Desta forma, depara-se com uma situação de engrenagem natural da Cultura, que se revela com hábitos e costumes em constante transformação e adaptação às exigências externas do Grupo, sofrendo alterações em seu próprio meio, o que retrata uma situação influenciada pelos seus participantes, na intenção de imprimir uma nova marca e modernização nas apresentações e formas de adaptações, que nem sempre correspondem aos anseios de todos.

3.1 PATRIMÔNIO MATERIAL E IMATERIAL

Apresenta um diferencial do município de Miracema em virtude da preservação ao longo dos anos. O processo de tombamento do Centro Histórico, por seu destaque quanto ao número de imóveis conservados na cidade, provocaram estudos e pesquisas mais aprofundadas, por ter esse diferencial em relação aos demais municípios da Região Noroeste Fluminense.

O recorte do município de Miracema/RJ se deve ao acompanhamento feito de sua realidade. O município possui um considerável conjunto de bens culturais, de Patrimônio Material e Imaterial, que necessitam de visibilidade, valorização e planos de salvaguarda, ações fundamentais que poderão garantir seu legado às futuras gerações.

O Patrimônio Material possui significativo número de bens imóveis tombados pelos órgãos competentes, Municipal e Estadual, através do INEPAC, pelo reconhecimento do conjunto arquitetônico e paisagístico existente no Centro Histórico da cidade e seis imóveis isolados, além do acervo do Centro Cultural Melchíades Cardoso, que necessita de ações e projetos de conservação e manutenção de seus documentos e peças museológicas.

O Patrimônio Imaterial consiste numa diversidade de manifestações culturais e artísticas que necessitam de seu verdadeiro reconhecimento, registro de suas manifestações mediante a aprovação do Decreto nº 46.485 de 05/11/18, que também regulamenta o plano de salvaguarda estadual. Essa regulamentação possibilita, através dos Inventários, formatar suas formas de expressão e seus potenciais junto à coletividade, como também seus artistas e precursores da arte no município.

Deve ser encaminhada à Secretaria Municipal de Educação, através do Conselho Municipal de Educação, uma solicitação para promover o entendimento da necessidade de implementar a Educação Patrimonial, como conteúdo da disciplina de História ou Artes, como matéria afim, nas práticas de sala de aula, como forma de conscientização do potencial do patrimônio cultural das cidades, por sua magnitude e real valor cultural.

As Palestras são previstas para acontecerem nas Escolas, local de geração de conhecimentos gerais, contribuindo para o interesse dos discentes, na visita dos espaços de produção cultural, exposições permanentes e temporárias, eventos e festejos.

Com a conclusão das atividades do Projeto, pretende-se ainda encaminhar o documento final aos Conselhos Municipais de Educação, para que após análise dos resultados obtidos e sugestão de encaminhamento, possam também submeter o documento à Câmara de

Vereadores do Município, mediante Projeto de Lei para regulamentação que vise a sua continuidade nas Escolas Municipais.

A partir do estabelecimento de ações de salvaguarda do Patrimônio Cultural Municipal, reconhecendo sua importância na formação educacional dos cidadãos em suas respectivas cidades, seu povo e suas tradições, mediante a realização do trabalho de sensibilização de Docentes e Discentes pela Educação Patrimonial, para a elaboração de Projetos Culturais exequíveis, para a valorização do patrimônio e estabelecimento de diálogos no território, será possível que se estabeleçam novas posturas diante dos bens culturais.

4 REVISÃO SISTEMÁTICA

Com o intuito de enriquecimento e também para quantificar o conhecimento a cerca do Patrimônio Cultural foi adotado uma modalidade de pesquisa técnico-metodológica, para que outros pesquisadores ou também os leigos reconheçam novas experiências, através das experiências em territórios, fora do aspecto regional, trazendo outras vivências e experimentos encontrados, nos trabalhos acadêmicos, obtidos na internet, durante o período da busca na rede.

Com vistas a adicionar qualidade à pesquisa, considerando além das visitas *in loco* e do conhecimento empírico, foram realizadas buscas em variadas fontes de informações e subsídios. Optamos pela utilização da revisão sistemática, como metodologia associada aos critérios de enriquecimento, e fatores qualitativos à dissertação, o que propicia a troca de conhecimentos, realidades e experiências no campo da Educação Patrimonial.

Sampaio (2002) diz que as boas revisões sistemáticas são recursos imprescindíveis em face ao crescimento acelerado da informação científica e que esses estudos ajudam a sintetizar a evidência disponível na literatura sobre uma intervenção, auxiliando profissionais clínicos e pesquisadores na sua rotina diária.

Para tal, o processo de construção é norteado por critérios baseados na experiência de outros pesquisadores, que a apontaram como fonte impulsionadora e segura, para evidenciar a importância de cada item de pesquisa e literatura encontrada, que abordem de forma significativa o tema de principal interesse.

Uma estruturada revisão sistemática sugere o cumprimento de etapas, que esclarecem os estágios percorridos e o material encontrado na busca, seguindo um protocolo, que se compõe de perguntas investigativas, termos que irão encaminhar o direcionamento da mesma análise, identificando a coleta de dados, formação de um banco de dados consistentes, que possam elucidar informações conflitantes, priorizando as que contribuirão para o avanço da pesquisa em foco.

Faz-se necessário ainda, uma análise criteriosa das informações, em confronto com as realidades das situações abordadas e em comparação com as encontradas no material colhido, que requer também a compreensão dos resultados apontados nas investigações alcançadas, conquistando uma nova visão e entendimento da palavra-chave da averiguação.

Esse tipo de investigação disponibiliza um resumo das evidências relacionadas a uma estratégia de intervenção específica, mediante a aplicação de métodos explícitos e

sistemizados de busca, apreciação crítica e síntese da informação selecionada. As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras (SAMPAIO, 2007).

Os procedimentos a seguir consistem no cumprimento do passo a passo do protocolo da análise, sugerida pelo Orientador, que serve de diretriz para o desenvolvimento metodológico do processo de construção da dissertação, que foi produzido conforme os tópicos adotados na filtragem dos artigos. A Pesquisa foi iniciada no Google Acadêmico, como fonte norteadora, produtora de conteúdos, rico material comparativo e de avaliação do processo de aprendizagem e efetivação do trabalho, a saber:

A pesquisa foi iniciada com o critério chave de elaboração do trabalho, sintetizado na nomenclatura que é Educação Patrimonial, que alcançou o resultado quantitativo de 94.700 itens apurados.

Num segundo momento, foi utilizado o critério de páginas e conteúdos desenvolvidos em Português, idioma nacional, que obteve 91.000 itens revelados.

Na etapa seguinte foram utilizados os critérios de exclusão de patente e citações, que alcançou 88.200 itens discriminados.

Em seguida foi utilizada a expressão “Educação Patrimonial” para nova seleção, compreendendo 8.770 subitens.

Ao prosseguir com a busca, foi utilizado o item de período específico, compreendido entre 2018 a 2019, obtendo 1.060 exemplares.

Em continuidade, foi adicionado à busca o termo “bens culturais”, adicionado com aspas: “Educação Patrimonial” + “Bens Culturais”, alcançando 454 trabalhos resultantes.

O próximo passo teve por objetivo apreciar um material totalmente atual, filtrando trabalhos já elaborados em 2019 até a data de 11 de junho de 2019, dia da consulta, que resultou em 72 itens.

Nas duas próximas tentativas, foi acrescido o termo Proteção Cultural, que não apresentou nenhuma resposta e, com nova tentativa adicionando aspas, a filtragem apresentou 55 itens, que demonstram a restrita obtenção dos termos com a utilização das aspas, que apresenta limitada exclusividade de opção de variação do objetivo central e significado do termo.

Finalmente, com a pretensão de abordar as questões de leis de proteção do patrimônio foi utilizado o termo “legislação”, sem restrição com aspas, que trouxe como resultado 26

documentos, que estarão, a partir de então, sendo alvo de pesquisa e de emprego desta metodologia. O que apresentará um possível diagnóstico da realidade das variadas vertentes de aplicação e desenvolvimentos de trabalhos relativos à educação patrimonial.

Mediante esse resultado, um quantitativo de 11 Dissertações, 07 Artigos, 04 Trabalhos de Conclusão de Curso, 01 Monografias, 01 Relatório Técnico, encontrados em Páginas Oficiais ou Repositórios Técnicos ou Institucional das Universidades, Bibliotecas Virtuais e Revistas. Também presentes na pesquisa 01 PDF de Livro e 01 PDF de E-livro, em arquivos independentes na rede.

Todos os materiais bibliográficos encontrados foram bem significativos em relação às temáticas abordadas e o envolvimento com nosso projeto, em que a Educação Patrimonial surge como proposta pedagógica ou de disciplina interdisciplinar para contribuir com a conscientização do valor agregado ao patrimônio histórico, memória e bens culturais. Dentre temas mais específicos, ainda destacamos uma dissertação de Doutorado de Arqueologia, que reforça a importância da Educação Patrimonial nos estudos de áreas técnicas e de especificidades de pesquisas.

Também ressalto a identificação de duas pesquisas atuais sobre o patrimônio do município de Tefé, no estado do Amazonas, que demonstram uma recente preocupação com o patrimônio material da cidade. Um dos instrumentos utilizados foi a pesquisa de campo com alunos, mediante entrevistas e meios de ferramentas da internet, reafirmando a relevância do envolvimento da rede escolar neste trabalho de formação de público apreciador e que valorize o patrimônio, vinculando o ensino da disciplina de História com a história local, traduzida através dos bens patrimoniais edificados no município da Região Norte brasileira.

Portanto, em uma filtragem do material bibliográfico encontrado, que contribui com nossa pretensão de abordagens e aprofundamento das pesquisas, nos referenciando nas práticas executadas e informadas nos trabalhos acadêmicos resultantes de experiências próximas e afins com a educação patrimonial, alvo de nossa busca de demonstrar uma educação que valorize suas identidades e legado cultural (APÊNDICE H).

4.1 INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA DOS TRABALHOS OBTIDOS COM A METODOLOGIA DA ANÁLISE SISTEMÁTICA

Com base nos conteúdos e informações encontrados é apresentado um breve estudo comentado, de cada trabalho acadêmico analisado, seus potenciais e realidades visíveis em seus fundamentos tratados a cada finalidade pesquisada, destes outros experimentos obtidos.

1 -Título: “Mapeamento dos conselhos municipais de patrimônio cultural no Estado de São Paulo”.

Autor: Rodrigo Modesto Nascimento

Modalidade: Artigo

Publicação: Políticas Culturais em Revista

O artigo aborda um aspecto importante da gestão cultural e de patrimônio previstas no Sistema Nacional e Estaduais de Cultura, que é a existência de colegiados e conselhos que contribuam com a criação, fiscalização e execução de políticas públicas de cultura, que colaborem com a manutenção, estudos, pesquisas, inventários e legislações protetivas.

O panorama apresentado neste artigo encontra-se no estado de São Paulo e traz ainda, um recorte de municípios de médio porte (entre 100 e 500 mil habitantes) e análise das informações disponibilizadas nos *sites* oficiais das Prefeituras, sobre seus respectivos patrimônios, como fonte de imediata pesquisa na rede.

2- Título: “Políticas e programas federais de preservação ao patrimônio histórico e cultural brasileiro”.

Autor: Dary Pretto Neto e Juliane Conceição Primon Serres

Modalidade: Artigo

Publicação: Eumed net Enciclopédia Virtual

Neste artigo temos uma reflexão sobre os projetos, ações e programas federais de preservação do patrimônio, que preveem em sua maioria situações socorristas e emergenciais do patrimônio material, voltados para as questões de restauro, conservação, reformas e obras de adequação, devido à ausência de recursos próprios para custeio. Destaca que o patrimônio imaterial também necessita de ações de salvaguarda, requalificação e adaptação às realidades atuais.

O trabalho apresenta ainda o viés da exploração e captação de recursos de ações turísticas, que contribuam com a preservação do patrimônio histórico e cultural brasileiro.

3 -Título: “As cidades de tempos lentos: patrimônio cultural, desenvolvimento e políticas públicas.”

Autor: Cristina Seibert Schneider

Modalidade: Artigo

Publicação: Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional

No presente artigo são apresentados estudos de casos de cidades pequenas, com até 20 mil habitantes, que têm conjuntos urbanos tombados, pelo órgão federal de proteção do patrimônio cultural federal, IPHAN, com um apontamento de situações ocorridas, após a promulgação da Constituição de 1988, exemplificando São Felix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS).

Trata também de uma análise da criação e implantação de políticas públicas de preservação e desenvolvimento urbano, suas características de formação únicas, de aspectos políticos, geográficos, econômicos e culturais, que constituem a realidade específica de cada cidade, devido à interferência do capitalismo.

4 -Título: “Cultura Material e Identidade Cultural: ou como os Tefeenses percebem o Patrimônio Histórico e Arqueológico.”

Autor: Fernando, Verônica Lima

Modalidade: TCC

Publicação: Repositório Institucional UEA/Sistema Integrado de Bibliotecas

O referido trabalho de conclusão de curso se refere à relação dos cidadãos de Tefé/AM com objetos na memória e identidade dos sujeitos, averiguando o discurso dos moradores da cidade, com a realização de entrevistas com 18 tefeenses, de diferentes bairros, observando seus discursos e formas de apropriação dos bens culturais.

5 -Título: “O Patrimônio Cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos”

Autor: Letícia Brandt Bauer e Viviane Trindade Borges

Modalidade: Artigo

Publicação: Revista Nupem

O artigo apresenta a problematização do patrimônio cultural relacionada com a realidade da história das políticas públicas brasileira, obtendo análise de casos ocorridos no Brasil, nos últimos 05 anos, como ponto primordial e analítico de que forma se deve preservar e despertar o sentimento de identidade ao que foi instituído e denominado pelo poder público como patrimônio cultural.

Desenvolve ainda importante reflexão sobre a quem serve o patrimônio a partir dos atos cidadãos, que fogem ao controle do poder público.

6 -Título: “Educação histórica e patrimonial: Uma experiência interdisciplinar com história e fotografia”.

Autor: Maria das Graças de Andrade Leal

Modalidade: Texto

Publicação: PDF de Livro em Internet

O texto apresenta o relato da aplicação de uma nova metodologia de ensino da disciplina de História fundamentada na educação histórica e patrimonial.

Aborda ainda a experiência educacional do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia e a aplicação do projeto educacional denominado: “Conhecendo a cidade, descobrindo o Olhar”, que viabilizou a integração de todos os jovens, que participavam dos cursos profissionalizantes ali ofertados.

Mesmo sendo um trabalho que está diretamente ligado ao patrimônio baiano e nossa temática, não oferece grande contribuição ao nosso trabalho, devido ao foco da busca de uma alternativa educacional qualificada, para os desafios das escolas formais da atualidade.

7 - Título: “Patrimônio esportivo imaterial. Do mundial ao municipal: o tombamento do “Bola pesada” em Niterói.”

Autor: Maria Cristina de A. Mitidieri e Luisa Maria G. M. Rocha

Modalidade: Artigo

Publicação: RECODE - Revista de História do Esporte

A pesquisa analisa e identifica a similaridade do processo de Registro de Patrimônio Imaterial do Hurling (UNESCO, 2018), jogo nacional irlandês de origem celta, semelhante ao hóquei e do Bola Pesada (NITEROI, 2015), prática esportiva das praias de Icaraí, que utiliza uma bola da extinta fábrica Superball, com 3kg, com os seus bens imateriais do patrimônio esportivo e sua salvaguarda.

Tem como metodologia a pesquisa documental e visitas técnicas, em comparação entre os processos realizados pela UNESCO e pelo município de Niterói, as diferentes dinâmicas adotadas por cada entidade, onde um decreto não contempla a salvaguarda e a transmissão futura deste patrimônio cultural.

O tema diverge em parte de nossa pesquisa por se tratar de pesquisa específica de jogo esportivo e suas especificidades.

8 – Título: “Caminhos da diplomacia cultural: o diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do patrimônio cultural religioso.”

Autor: Roberto Rodrigues de Sales Dutra

Modalidade: Monografia

Publicação: Portal de Trabalhos Acadêmicos, Faculdade Damas do Recife – PE

A monografia apresenta um estudo da relação da Igreja Católica, através da Santa Sé, o Estado Brasileiro e o Patrimônio Cultural Religioso, abordando as relações diplomáticas estabelecidas para elucidar os caminhos da instrumentalização de cooperação no acordo Brasil-Santa Sé de 2010, acerca dos bens culturais representativos encontrados no Brasil.

9 – Título: “Patrimônio e ensino: desafios cruzados”

Autor: Ana Lucia Cerávolo e Carlos Alberto Ferreira Martins

Modalidade: Artigo

Publicação: Revista do-co mo.mo_brasil

O trabalho de comunicação trata as transformações e a atuação de arquitetos e urbanistas, em imóveis e áreas de valor histórico, cultural e simbólico, para uma nova postura na formação de novos profissionais e, ainda, debate sobre os conteúdos e estratégias de graduação neste campo.

Tendo como tema central a intervenção moderna em bens patrimoniais, as recomendações internacionais, as relações dos profissionais e o caráter interdisciplinar das intervenções, protegidos ou não por legislações considerando o diferencial em relação aos outros países, que não o tratam como princípio da formação generalista.

10 – Título: “Ensinar com o Patrimônio: o estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no ensino fundamental II”

Autor: Eduardo Castejon Molina

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repertório Institucional da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP

A Dissertação de Mestrado faz uma análise reflexiva sobre publicações de teóricos, defensores da prática da Educação Patrimonial no Ensino Fundamental II, como tema transversal, permanente e sistematizado no cotidiano escolar.

O trabalho apresenta ainda a construção do conceito de patrimônio cultural e a trajetória das políticas públicas de cultura, a partir da criação do primeiro órgão nacional de proteção patrimonial SPHAN, atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e também explora as ações ocorridas no período de 2015 a 2018, com os profissionais e discentes, das três escolas pesquisadas no município paulista.

11 – Título: “A patrimonialização e a gestão do patrimônio cultural em Visconde do Rio Branco – Minas Gerais (1985-2015).”

Autor: Marcos Olender

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório Institucional da universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

Esta Dissertação, do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF, aborda o desenvolvimento e a aplicabilidade de políticas públicas de proteção do patrimônio cultural da cidade de Rio Branco – MG, diante da realidade do município e de seus bens culturais, tombamentos e inventários, como forma de garantir a manutenção e conservação desses bens culturais.

12 – Título: “Patrimônio e Educação: as metodologias da Educação Patrimonial nas aulas de história”.

Autor: Laísse Wladia Ferreira da Silva

Modalidade: Trabalho de Conclusão de Curso

Publicação: Repositório Institucional da Universidade do Estado do Amazonas UEA – SIB, Sistema Integrado de Bibliotecas

O trabalho de conclusão de curso traz outro estudo de Educação Patrimonial, suas carências e propostas a serem utilizadas no município de Tefé- AM.

Foram realizadas entrevistas e uma enquete aplicada para alunos, o que tal pesquisa de campo vem mostrar é que a compreensão de patrimônio cultural está ligada aos monumentos, o material, e que sobrepõe a valorização e esquecimento das práticas culturais, o imaterial.

Tal experiência provoca o uso da Educação Patrimonial como proposta de utilização em sala de aula, que contou com alunos do nono ano do ensino fundamental e professores da rede pública de ensino da cidade.

13 – Título: “Reabilitação da Usina do Queimado.”

Autor: Maria da Conceição Sant’ana

Modalidade: Trabalho de Conclusão de Curso

Publicação: Portal IFF Biblioteca Virtual Anton Darkitsch, Campus/Campos - RJ Centro

O trabalho de Conclusão de Curso, das áreas de Arquitetura e Urbanismo, propõe um anteprojeto de reabilitação da Usina do Queimado, em Campos dos Goytacazes, para transformá-la num Centro Cultural, para desenvolver um trabalho de educação patrimonial infantil, para que futuramente possam conhecer a importância do patrimônio histórico e cultural campista.

O anteprojeto do Centro Cultural Queimadinho sugere uma ressignificação do local, mantendo suas características arquitetônicas, evitando a degradação através da reforma e conservação, mas principalmente trazer e valorizar as memórias do passado local.

14 – Título: “O ensino de história por meio da Educação Patrimonial na Ilha de Mosqueiro.”

Autor: Wesley Oliveira Kettle

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório da Universidade do Pará

A dissertação traz uma possibilidade do ensino, na disciplina de História, por meio da Educação Patrimonial na Ilha do Mosqueiro, Belém – PA, cuja experiência foi desenvolvida na escola Honorato Filgueiras, com alunos do 3º ano do Ensino Médio, do turno da manhã, das turmas de 2017 e 2018.

O trabalho apresenta bens culturais citados e entendidos pelos alunos como patrimônio cultural, oriundos do período histórico de 1800 a 1900, do ciclo econômico da borracha na virada dos séculos XIX e XX, com a história local da Ilha de Mosqueiro, utilizando a divulgação da estratégia por meio de Whatsapp e ainda uma página do Facebook.

15 - Título: “Diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil.”

Autor: Lisandra Hernández Montardy

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório Institucional UNESP

Esta Dissertação de Mestrado no campo da Geografia apresenta um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos municípios de Norandiba, Presidente Prudente e Iepê – SP e o patrimônio como origem anterior à formação das cidades, que se desenvolve pela influência de fatores externos, para o desenvolvimento territorial, como também uma avaliação das políticas públicas existentes nesses municípios paulistas.

Ressalta ainda, o trabalho de Educação Patrimonial desenvolvidos nessas cidades, executada pelo Laboratório de Arqueologia Guarani da UNESP.

16 - Título: “Quando língua é patrimônio? Políticas de patrimônio e de promoção da diversidade linguística no contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).”

Autor: Giovana Ribeiro Pereira

Modalidade: Dissertação

Publicação: PDF de Internet

Apresenta uma Dissertação de Mestrado profissional, promovido pelo IPHAN, que é resultante do acompanhamento das atribuições do Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Esta discussão traz as implicações do reconhecimento das línguas faladas no Brasil e as políticas de preservação do patrimônio, diversidade linguística, os direitos e desdobramentos das competências e atuações do Instituto federal de proteção e pesquisas, dos bens culturais brasileiros.

17 -Título: “Possibilidades e desafios da Educação Patrimonial na cidade de Juazeiro – BA.”

Autor: Lucas Belfort de França

Modalidade: Dissertação

Publicação: PDF de Internet

Dissertação elaborada no Programa de Pós Graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, da Universidade do Estado da Bahia, com objetivo geral de compreender a percepção de patrimônio, de docentes e discentes do Colégio Municipal Paulo VI e se há alguma atividade de aproximação com o patrimônio cultural de Juazeiro – BA, que está totalmente ligado às questões da pesca e a da cultura ribeirinha.

A metodologia aplicada envolveu 16 professores e 27 alunos, através de preenchimento de questionário, que identificasse o patrimônio cultural da cidade e a condição atual de preservação e conservação.

Foram apontados na pesquisa patrimônios classificados como materiais e imateriais, que não obtém formas legais de proteção, fator de fracasso atribuído a própria comunidade e a administração pública municipal, cabendo ao processo educativo resgatar o reconhecimento dos bens culturais, para a manutenção da cultura local.

18 - Título: “Uma nova abordagem de natureza na Educação Ambiental: o caso do Projeto Parque Educador – Distrito Federal.”

Autor: Hugo de Carvalho Sobrinho, Rodrigo Capelle Suess e Luís Fernando Celestino da Costa

Modalidade: Artigo

Publicação: Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal

Tal artigo foi produzido para a Revista Com Censo, voltada para as questões da área da Educação e Meio Ambiente, que aparece na pesquisa devido à pretensão, de abordagem e tratamento do meio ambiente, como patrimônio em seu amplo sentido e uma cidadania socioambiental.

19 - Título: “Plano de gerenciamento de risco: uma análise da coleção de obras raras da Biblioteca Joaquim Cardozo.”

Autor: Adalberto Trajano da Silva Junior

Modalidade: Trabalho de Conclusão de Curso

Publicação: Atena Repositório Digital da UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

O Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia aborda as questões de gerenciamento de risco, resultando na elaboração de um Plano de Risco, para a coleção de Obras Raras da Biblioteca Joaquim Cardozo.

Vem configurando uma pesquisa de exploração, pelo método de estudo de caso, analisado conforme instrumento, o Benchmark Colletion Care 2.0, devido a urgente necessidade de atenção especial, para obter através de outras análises técnicas e específicas, que deverão mostrar resultados eficazes, para conservação do acervo.

20 - Título: “O arbitrário Cultural em democracias capitalistas: princípios da visão e divisão no campo das políticas de formação cultural. ”

Autor: Amilcar Ferraz Farina

Modalidade: Dissertação

Publicação: Digital Library of Theses and Dissertations of USP

A pesquisa da Dissertação apresenta o contexto dos debates da Gestão Haddad, na cidade de São Paulo, com foco na formulação do Plano Municipal de Cultura do município, após foi realizado um comparativo de um estudo global sobre gestão cultural de oito democracias capitalistas.

No segundo momento é abordada a revisão crítica da sociologia da cultura de Bourdieu, em sua crítica à democratização da França.

21 - Título: “Centro Histórico de Porto Nacional TO: um lugar tombado.”

Autor: Antônio Miranda dos Santos

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório Institucional da Universidade Federal de Tocantins.

A Dissertação do Mestrado de Geografia apreciada trata dos processos de tombamento do Centro Histórico de Porto Nacional, município do estado de Tocantins, realizado em 2008, pelo IPHAN, sua ressignificação para a comunidade local com a referida lei de proteção e suas questões geográficas.

Através da fenomenologia e pesquisa bibliográfica o autor objetiva identificar as modificações sofridas no território, desde seu surgimento até a atualidade, como parte do processo histórico de construção da cidade.

Foram realizadas as pesquisas através de aplicação de questionários, conversas eventuais sem característica de entrevista, com os moradores da cidade, de cunho informal, e a busca do entendimento da população em relação ao espaço tombado.

22 - Título: “Monumentos da Praia: um recurso pedagógico.”

Autor: Fernanda Lima Da Luz Brito

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

A citada Dissertação de Mestrado em Educação Artística, área de estreita relação com as questões da arte e da cultura, aborda a forma de transmissão dos conhecimentos através da hereditariedade e suas constantes transformações, sendo a escola a atual responsável por transmitir a herança cultural, mediante uma reorganização de ideias, partindo da análise dos monumentos encontrados nas praias, propondo uma nova abordagem e estratégia pedagógica.

O trabalho se divide em duas partes, sendo a primeira abordagem pertinente ao estudo sobre a educação artística e o reflexo dos monumentos, como Patrimônio que contam suas histórias. No segundo momento apresenta os Monumentos da Praia, alvo do estudo de seus benefícios como recurso pedagógico.

Os dados foram computados por meio de observação direta, preenchimento de questionários e entrevistas com alunos, que demonstram o interesse de entender sua história pessoal e coletiva, através dos monumentos e suas propostas de construção.

23 - Título: “Centro Histórico de Belém: lugar de história e memória na sala de aula.”

Autor: Lourdes Machado Martins

Modalidade: Dissertação

Publicação: Repositório da UFPA – Universidade Federal do Pará

Esta Dissertação do Programa de Mestrado em Ensino de História, pretende desenvolver uma proposta didática do ensino da disciplina de História a partir do patrimônio histórico de Belém (PA), desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Rui Barbosa, a partir da escolha do Forte do Castelo e a Praça Frei Caetano Brandão, como patrimônios que envolveram a participação ativa dos alunos.

O estudo prevê um produto educacional, como resultado que dialoga com a epistemologia e a práxis.

Os alunos foram os agentes das pesquisas, como meio de aproximação da história local, por meio de contato direto com as fontes e os temas locais, com a utilização da didática rússeniana em interpretação epistemológica com os debates de Educação Patrimonial.

24 - Título: “Divulgando o Patrimônio Arqueológico.”

Autor: Vera Regina Toledo Camargo e Pedro Paulo A. Funari

Modalidade: E-livro

Publicação: PDF de Internet

O e-livro encontrado trata de uma coletânea de reflexões no campo da arquivologia no país e no mundo, dos estudos da Arqueologia Social Latino-Americana, desenvolvidos na UNICAMP, tendo como produto interpretações, atividades práticas e políticas públicas inovadoras, em parceria com a *Academia de la Historia de Cuba* e a *Oficina del Historiador de la Habana*, a partir da preocupação com a relevância para todos os envolvidos neste processo de estudos.

25 - Título: “Turismo Arqueológico em Sergipe: do espaço de contemplação à construção de cenários arqueológicos para práticas turísticas.”

Autor: Laura Almeida de Calassans Alves

Modalidade: Dissertação de Doutorado

Publicação: Repositório Institucional da Universidade Federal do Sergipe/Biblioteca Digital

Neste link foi selecionada uma tese de Doutorado em Arqueologia, que tem como prioridade analisar a viabilidade da construção de cenários arqueológicos, para práticas turísticas em Canindé de São Francisco e São Cristóvão, tendo o turismo de experiência em contribuição ao desenvolvimento local.

O estado do Sergipe abriga em seu território, um dos mais importantes centros de pesquisa arqueológico do país, rico em vestígios materiais e sítios pré-coloniais.

Os estudos comprovam aptidões para o turismo arqueológico, a partir da construção de um plano interpretativo e roteiros subdivididos em trilhas temáticas, buscando conservação, fortalecimento da identidade local, preservação de patrimônio, promoção do destino turístico e geração de renda ao serviço da comunidade.

26 - Título: “Dona Dalva: uma compreensão semiótica no ensino de História.”

Autor: Cristiano Amaral de Almeida

Modalidade: Relatório Técnico

Publicação: PDF Internet

Relatório Técnico apresentado ao Mestrado Técnico em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, sobre o documentário: “Dona Dalva: uma compreensão semiótica no ensino de História”, na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

O resultado do trabalho audiovisual produzido, provoca reflexões e discussões, de discursos cristalizados e unilaterais das desigualdades sociais, como também a desqualificação das populações de origem nas matrizes africanas, indígena e afro-brasileiras, quanto ao preconceito e segregação, estabelecidos no modelo sociocultural eurocêntrico.

A partir dos estudos desenvolvidos, através do Samba de Roda da Dona Dalva Damiana, em Cachoeira, Recôncavo Baiano, com fonte histórica e alvo de ensino de História, para estudantes das séries finais do Ensino Fundamental e Médio, considerando o caráter multidisciplinar da disciplina de História, Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Literatura.

4.2 ANÁLISE GERAL

O Projeto tem abordagem de vivência da Educação Patrimonial em um caráter acadêmico de ensino, neste ponto a Revisão Sistemática contribuiu tanto para a identificação e o estudo dos trabalhos relacionados ao tema e desenvolvidos por outros autores, como também para o direcionamento de novas ideias, de conceitos e critérios de raciocínio.

O processo de pesquisa e construção da Análise Sistemática contribuiu para o direcionamento de novas ideias e critérios de raciocínio, a partir do material encontrado, nas questões que envolvem os bens patrimoniais e sua importância no cotidiano dos indivíduos, no que tange primordialmente ao sentimento de pertencimento e valorização das artes e suas características material e imaterial.

Verifica-se uma constante e crescente preocupação com a proteção do patrimônio histórico, artístico e arqueológico em todo o país, para a conservação destes acervos memorístico e museológicos e também sua relação com as políticas públicas de salvaguarda e resguardo desses bens às futuras gerações. Essa temática é reforçada na determinação dos Sistemas de Cultura, que em sua concepção e construção demandam ao poder público, junto à Sociedade Civil estabelecer diretrizes, metas e cronogramas a serem cumpridos, em igualdade de atitudes e responsabilidades, atribuídas a ambas as partes, no envolvimento de gestores, conselheiros, fazedores de cultura e a comunidade a que pertencem.

Nos diversificados trabalhos defendem-se atitudes colaborativas entre as esferas Federal, Estadual e Municipal num esforço em conjunto e em sentido socorrista ao patrimônio cultural brasileiro. Nessa pesquisa observou-se um número menor de trabalhos e estudos dedicados ao Patrimônio Imaterial, critérios apontados na necessidade de observar o sentimento de identidade da comunidade com os referidos bens, prejuízo às diferentes dinâmicas adotadas pelas entidades e grupos de preservação e seus atores culturais, a valorização do legado e da memória construídas pelos antepassados, aliados às tradições originárias ainda existentes e a desqualificação de algumas manifestações culturais. Em relação ao patrimônio imaterial apresentam ainda a necessidade da construção e elaboração de inventários, apontados como mecanismo eficaz de registro e comprovação da existência desses bens culturais.

O Patrimônio Material detém um relevante número de discussões, que abordam as questões de restauro, conservação, reformas, posturas de profissionais e técnicos da área, no estabelecimento de ações protecionistas, que poderão contribuir com a real reabilitação e

requalificação de patrimônios originários, anteriores ao surgimento das cidades e as alterações posteriores sofridas no território, provocando sua descaracterização.

Evidenciam-se as preocupações e tratativas acerca do Patrimônio Cultural de forma ampla, indistinta e abrangente, associadas às disciplinas de História, Geografia, Arqueologia e Educação Artística e suas diretas afinidades com essa temática patrimonial, atuando juntamente com as práticas e dinâmicas de Educação Patrimonial em diversificadas experiências.

É demonstrada uma grande preocupação com a apropriação dos valores dos bens culturais, projetando uma educação mais qualificada para garantia da preservação, com uma inquietação ligada ao custeio e planos de riscos de recuperação, para atender à demanda existente. Eleva a concepção de cidadãos também preocupados com o meio ambiente, a cidadania socioambiental e a paisagem constituída, como patrimônio cultural inovador, atrelado à consciência ecológica, promovendo diálogos territoriais, na causa de seu surgimento até a atualidade, inclusive ao paisagístico, nova e recente modalidade de entendimento de necessário cunho preservacionista. Há que se levar em consideração o período histórico a que se refere ou que se encontram inseridos no contexto das histórias dos povos e seus específicos territórios.

Nesse protagonismo generalizado do patrimônio cultural Brasil a fora, contribui esta análise para reflexões relacionadas a políticas públicas existentes e necessárias em suas adequações e melhorias de concepção, eficácia e fiscalização, planos de salvaguarda, que evidenciem a real continuidade às culturas, aos aspectos e às estratégias políticas de interferência da gestão pública neste critério avaliativo, fatores geográficos e urbanísticos, econômicos, ligados à especulação imobiliária, suas consequências e interferências na ambientação e degradação, do entorno dos bens culturais edificados, incutidos na memória e identidade dos sujeitos, em contrapartida do que foi instituído e denominado pela ação do poder público.

Na ausência de relações diplomáticas estabelecidas entre as partes interessadas, atreladas às ditas intervenções modernistas na ressignificação de valores patrimoniais, ainda comparados às experiências de outros países, mais avançados nessas questões e que possuem relevante democratização de acesso e participação da sociedade, em espaços de atividades culturais.

Importa considerar a Educação Patrimonial como alternativa educacional em ascendente qualificação aos desafios de nossos tempos, sendo instrumento de atividades que provoquem a aproximação de docentes e discentes ao patrimônio, atribuindo valores e

competências, no relevante resgate do Patrimônio Cultural, com possíveis aplicações de técnicas e resultados eficazes, já experimentados nos territórios citados nos trabalhos e suas questões em destaque. Em sua totalidade tratam com ênfase ao Patrimônio Cultural com ampla importância, através da Educação patrimonial e suas vertentes de atuação, que não devem levar em consideração discursos de desvalorização. Contribuindo com um relevante quantitativo de conhecimentos e informações ao presente trabalho, como também para seus leitores e pesquisadores futuros.

5 INCENTIVOS À EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: PROPOSTA DE INSTRUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES ACESSÍVEIS

Este capítulo está dedicado ao entendimento da dinâmica em que ocorreram as construções, deste trabalho, apresentando passos e conquistas almejadas e suas conexões com o proposto na pesquisa/ projeto de pesquisa e o formato obtido no desenrolar das tarefas e ações propostas em decorrência do desencadeamento dos afazeres.

Com o andamento e desenvolvimento do Mestrado, foram iniciadas as propostas de pesquisas experimentais, mediante a realização de atividades e ações, que são os mecanismos que estão embasando e respaldando nossa análise. De forma que possamos cumprir a maior parte dos experimentos e observações, em constante avaliação e adequação das situações inusitadas e imprevistos ocorridos, no desenrolar do processo de construção do projeto e suas dinâmicas de atuação.

Os procedimentos para a efetivação de tais atribuições se deram com a iniciação das Disciplinas Obrigatórias e Disciplinas Optativas, que contribuíram para uma gama de informações, conteúdos e reflexões, estabelecidas na Ementa das Disciplinas, seus exercícios e pesquisas, na preparação e fundamentações teóricas de respaldo ao cumprimento das exigências do curso.

Nesse ínterim, foram também iniciadas as investidas na captação de voluntários interessados, dentre os participantes das Palestras e Oficinas, como forma de pulverização das informações, maior número de multiplicadores na pesquisa de campo, mediante a pretensão e o alcance do despertar, para o estabelecimento de parcerias e o interesse espontâneo dos possíveis integrantes, pela relevância e importância da preservação de nossos bens culturais, para que pudéssemos referenciar no futuro a existência destes patrimônios. Para este fim foi

elaborado um vasto material de apresentação com imagens, vídeos e diversos exemplos de Educação Patrimonial (apresentado na seção 5.1), o qual foi adaptado para palestras em eventos regionais e também para o Circuito de Palestras (seção 5.2), quando foram visitadas diversas cidades com a promoção de conhecimento, conscientização e instrumentalização a respeito do tema central deste projeto.

5.1 MATERIAL DIDÁTICO, DIVULGAÇÃO E A CONSCIENTIZAÇÃO

Inspirado no material construído pelo manual de Escutadores de Memória, produzido pelo Museu de Favela – MUF, foi produzido um vasto material didático (APÊNDICE A) utilizado em ações como a Oficina Escutadores de Memória, no INFES/UFF Pádua, em 25/10/18.

Figura 4: Oficina Escutadores de Memória



Fonte: Acervo do autor
Local: INFES/UFF Pádua, em 25/10/18

Em reunião de orientação e estudo estratégico e logístico, tivemos como meta a identificação dos Ativos Culturais, já mapeados na Região Noroeste Fluminense, através do Mapa de Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro (SEC-RJ), como ponto de partida de nosso mapeamento do projeto, preparação do formulário do nosso Censo/ Mapeamento para preenchimento dos integrantes do levantamento,

elaboração de documento de parceria com o Grupo TEC/UFF, documentação para a iniciação do ciclo de Palestras nas Escolas, tais como: termos de autorização, carta de apresentação, questionários entre outros.

Na expectativa de atrair mais multiplicadores e voluntários ao trabalho de campo, participamos ainda do IX Simpósio Interdisciplinar da FASAP – Faculdade de Santo Antônio de Pádua, com a abordagem e conteúdo de mais um viés de nossa pesquisa e tratativa em expansão na área cultural, a “Economia Criativa”. Na oportunidade, abordamos conceitos, termos técnicos e linguagem usual sobre o tema central da Palestra e, na oportunidade, também sobre Cultura, Patrimônio, Educação Patrimonial, Legislações e etapas de proteção do patrimônio cultural Material, Imaterial e Economia Criativa. Durante a palestra foi apresentado e divulgado este Projeto de Pesquisa de Mestrado e, também, a forma de adesão e incentivo à participação no Grupo TEC, com a participação e apoio do Professor Doutor Daniel Costa Paiva.

Figura 5: IX Simpósio Interdisciplinar da FASAP – O autor finalizando a palestra



Fonte: Acervo do autor.

Para a oficialização das Parcerias do Projeto e do Grupo TEC com as Escolas e Instituições, com redação elaborada e acordada com o Professor Doutor Daniel Costa Paiva, foram encaminhadas, conforme os conteúdos disponibilizados no Apêndice C: Carta de Apresentação, Convite de Adesão e Material de Contrapartida de Palestra com Exposição Temporária.

Na oportunidade em que realizamos ou participamos desses eventos, ressaltamos a necessidade do entendimento das novas questões institucionais, que regem a gestão cultural no país, em se tratando dos Sistemas de Cultura, os quais podemos entender, que são

mecanismos institucionais, para o desenvolvimento estratégico da Cultura no Brasil, popularmente denominado “CPF da Cultura”, por ser instrumentalizado e conter em suas atribuições, as responsabilidades do Conselho de Política Cultural, Plano de Cultura e Fundo de Cultura, constituído na legislação federal, estabelecendo prazo para a construção e efetivação nos estados e municípios brasileiros, apresentando parâmetros e atribuições para a fruição do exercício e mecanismos do fazer cultural. O que ocorre em todas as esferas administrativas dos órgãos competentes de desenvolvimento e aplicabilidade das políticas públicas de Cultura, mediante uma construção estratégica e legítima, de tal forma que contemple e torne acessível a todos a Cultura.

5.2 CIRCUITO DE PALESTRAS

Concomitantemente iniciou-se o Circuito de Palestras de Educação Patrimonial denominadas: “Captação de Voluntários para Projeto de Pesquisa”. Inicialmente, foi realizado em Itaperuna, no CIEP 263 Lina Bo Bardi, nas Turmas 3001 e 3002 do Curso Normal/Formação de Professores, em 14/11/18.

Em seguida, ocorreu o evento da “Semana do Saber”, do Colégio Municipal Nildo Caruso Nara, em Itaocara, nas Turmas do 6º ano (600 e 601) e 7º ano (700 e 701) do Ensino Fundamental, em 22/11/18. Nessa oportunidade, experimentamos a realização paralela à Palestra de uma Exposição Temporária do artista plástico miracemense Carlos Costa, intitulada “A Outra Face da Vaca”, como contrapartida para a Instituição acolhedora. O curador da exposição foi o próprio autor deste trabalho, Carlos Eduardo Fíngolo Tostes, com o Projeto: “Educação Patrimonial, Cultura e Oralidade, sua importância no território, tecnologias acessíveis e a dimensão simbólica”. Esse foi o projeto que deu origem a essa dissertação.

Esse evento despertou nos alunos total interesse nas obras de arte e artesanato. O trabalho exposto tinha composição e formas inusitadas, que consistem no tratamento do estrume de boi coletado *in natura*, recebendo tratamento contra odor e tratamento de conservação e, finalmente, o trabalho artístico, finalizado pelo artista.

Figura 6: Certificado de Participação na I Semana do Saber, com a palestra Educação Patrimonial



Fonte: Acervo do autor.

No transcorrer e desenrolar das palestras ocorreu inicialmente a apresentação pessoal e do currículo profissional do autor. Também foram apresentados: os objetivos do projeto, onde são abordados conceitos técnicos da Cultura e Patrimônio Cultural, uma cronologia dos estudos técnicos e o histórico da criação de órgãos de proteção de patrimônio no Brasil, a existência de bens e monumentos já consagrados e elevados a bens culturais, Tombados ou Registrados, a classificação de Patrimônio em suas características próprias, Material e Imaterial, suas formas de proteção, Tombamento ou Registro; a necessidade de construção inicial dos Inventários dos patrimônios, primeiro passo para o processo de proteção legislativa, que constarão para criação de projeto de lei encaminhados, para a aprovação dos órgãos legislativos competentes, em suas específicas esferas de poder; formato de construção e formulação dos Sistemas Municipais de Cultura, que têm sua legitimação, através de legislação municipal específica; a apresentação de *links* utilizados para pesquisa de outras informações pertinentes à salvaguarda e proteção de patrimônio cultural, como incentivo aos participantes na continuidade de buscas e subsídios nesta área de conhecimento, relacionados ao desenvolvimento cultural.

Todos os itens e temas abordados são ilustrados com informações complementares, legislações vigentes, fotografias generalizadas e específicas das manifestações culturais encontradas no país, nos estados e na Região Noroeste Fluminense. Recorte especial para delimitação de território da pesquisa, material audiovisual de reportagens jornalísticas ou de apresentação de grupos culturais, destacando os atores culturais no contexto atual e de resgate da memória das antigas expressões culturais (APÊNDICE A).

Após ministrar a palestra foi solicitado aos presentes que realizassem voluntariamente o preenchimento da Pesquisa de Satisfação, para avaliação de todos os procedimentos e abordagens. Dessa forma é possível aprimorar ou corrigir informações transmitidas.

Ademais, é dessa forma que são avaliados os conteúdos assinalados e informados obtidos nos formulários. Nesse momento do evento, também é solicitado aos participantes que após uma reflexão pessoal, seja informada a existência de manifestações artísticas, grupos ou atores culturais presentes no cenário atual de cada municipalidade. É importante que sejam registradas as manifestações que fazem parte de seus entendimentos e que estão dentro de seus conhecimentos, desempenhando algum fazer ou saber cultural (APÊNDICE B).

Destarte, com tais dados foi construído um censo artístico cultural nas cidades em que desempenhamos esta ação, como forma de também interpretar o que as atuais gerações, mediante a faixa etária das séries, entendem ou valorizam como patrimônio cultural.

Em 2019, foi retomado o circuito de palestras no CIEP - 143 Escola Municipal Professor Álvaro Augusto da Fonseca Lontra, em Miracema. O público alvo foram os alunos da Turma 607, a palestra foi realizada em 14/02/19.

Dando continuidade, em 26/04/19, realizamos palestra na Escola Municipal Primo José Sobreira, em Varre- Sai. O público foi composto dos alunos das Turmas do 6º ano do Ensino Fundamental.

Em seguida, foi na Escola Municipal Professora Sarah Faria Braz, em Santo Antônio de Pádua, no dia 15/05/19, com alunos Turmas do 5º ano do Ensino Fundamental. Nessa oportunidade, contamos com a presença e participação da Gestora de Cultura do município, Sra. Ana Elvira Utrini Vieira Constâncio. Foi realizada uma Oficina de Educação Patrimonial direcionada para despertar nos alunos os possíveis e potenciais patrimônios culturais do município. De forma que contribuiu sobremaneira com o objetivo de realizar o cadastro de artistas e agentes culturais em Santo Antônio de Pádua, levando os alunos ao entendimento e esclarecimento da importância destes bens na construção e memória da cidade.

Figura 7: Palestra para os Alunos do 5º Ano



Fonte: Acervo do Autor.

Local: Escola Municipal Profa. Sara Faria Braz, Santo Antônio de Pádua-RJ.

Com a realização das oito palestras e a solicitação do preenchimento do formulário presente no Apêndice B, apesar de alguns presentes optarem pelo não preenchimento, chegou-se aos resultados da Tabela 1.

Tabela 1: Dados gerais das palestras realizadas

Data	Turma	Nº de Alunos	Manifestações Citadas	Escola	Município
14/11/2018	2001 e 3002	40	21	Lina Bo Bardi	Itaperuna
22/11/2018	600, 601, 700 e 701	65	37	Nildo Caruso	Itaocara
14/02/2019	607	17	9	E.M. Álvaro Lontra	Miracema
24/02/2019	607	17	8	E.M. Álvaro Lontra	Miracema
15/05/2019	5º ano	16	14	E.M. Profa Sara Faria Braz	S. A. de Pádua
24/06/2019	6º ano	18	10	E.M. Primo José Sobreira	Varre Sai
26/06/2019	901 e 902	34	26	E.M. Álvaro Lontra	Miracema
25/10/2019	-	18	11	Escutadores UFF	S. A. de Pádua
TOTAIS		225	136		6
					5

Fonte: Elaborada pelo Autor.

No formulário, além de avaliação geral a respeito do credenciamento, quando foi o caso, localização e acesso, assuntos abordados, estrutura disponível e organização, o principal interesse foi no levantamento de manifestações culturais. Em um campo para preenchimento discursivo foram citadas 100 manifestações, principalmente de forma genérica (30), por exemplo, filmes, igreja, praça, escolas. Nas tabelas 2, Geral, e 3, Específica, estão todas as respostas separadas pelo código conforme o campo Local (Tabela 1).

Tabela 2: Manifestações genéricas citadas em ordem de indicações.

Manifestações Citadas	LOCAL								TOTALS
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Folia de Reis	4	3	3	3	1	-	6	2	22
Carnaval	-	10	1	1	-	-	1	-	13
Festa Junina	-	3	-	-	-	-	1	-	4
Igreja	-	-	-	-	2	-	2	-	4
Praças	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Calçadão	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Comidas	-	2	-	-	-	1	-	-	3
Escolas	-	1	-	-	1	-	1	-	3
Lendas	-	3	-	-	-	-	-	-	3
Danças	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Escultura	-	2	-	-	-	-	-	-	2
Estátuas	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Festas	-	1	-	-	-	-	1	-	2
Música	-	1	-	-	1	-	-	-	2
Receitas	-	-	-	-	2	-	-	-	2
Arquitetura	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Biblioteca	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Capoeira	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Casas	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Faculdades	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Filmes	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Funk	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Karatê	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Leituras	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Locais Antigos	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Museu	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Praça	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Samba	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Show	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Teatro	-	1	-	-	-	-	-	-	1
TOTALS	4	40	4	4	10	1	20	3	86

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Na Tabela 3 estão as manifestações com alguma indicação estadual, regional ou local.

... CONTINUAÇÃO									
Aparecida Ratinho	-	-	-	-	-	-	1	-	1
APLAC	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Bordado	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Câmara (Prédio de Pádua Tombado)	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Casa Grande	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Capelas	-	-	-	-	1	-	-	-	1
Caricaturas	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Centro Cultura de Pádua	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Concurso de Poesia	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Culminância	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Distrito de Itajara	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Escola Municipal primo José Sobreira	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Fazenda Ponte Alta/Zona Rural	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fazenda no São Matheus	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fazenda São Domingos	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Faz. do Céu/ Dist.Sta Clara – Porciúncula	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Felipe Couto Grafiteiro	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Festa da Praça	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Festival do Vinho	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Folia de Reis no Bairro São Francisco	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Fonte do Hotel Fazenda Raposo	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Grupo de Dança Jovens Sarados	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Igor Escritor / Prof. Na Escola	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Igreja Matriz de São Benedito	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Igreja Nossa Senhora das Graças	-	-	-	-	-	1	-	-	1
Igreja Presbiteriana	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Moradores antigos de Zona Rural	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Morro do Cristo Redentor	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Museu Imperial	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Palmeiras do Jardim	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Quadra Beira Rio	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Roda de Samba	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Teatro Municipal	-	-	-	-	1	-	-	-	1
TOTAIS	37	77	19	14	6	21	41	12	227

Fonte: Elaborada pelo Autor.

Importante destacar que como não houve restrição, tanto indicações não específicas quanto de outros locais foram obtidas. A intenção de mapear o conhecimento da comunidade que assistiu às palestras foi um importante indicativo da falta de conhecimento regional.

O destaque positivo fica para a cidade de Itaocara onde estão praças temáticas de áreas das Ciências, as quais ocuparam: Matemática, o primeiro lugar e Geografia, o sexto. Por outro

lado, locais com tombamento patrimonial não tiveram tantas citações quanto esperado, caso da Rua Direita de Miracema, por exemplo, com apenas 6 citações.

5.3 RESULTANTES E PONDERAÇÕES: REQUISITOS DOS DESDOBRAMENTOS DAS AÇÕES ASPIRADAS

Nessa construção em pesquisa, tendo como foco principal a Educação Patrimonial desenvolveram-se variadas ações no intuito de obter o máximo possível de contribuições dos participantes envolvidos no processo, experimentando tarefas que pudessem desencadear informações e conteúdo a serem acrescentados aos nossos conhecimentos já obtidos e os ofertados pelos indivíduos e instituições colaboradoras.

Durante todo o período de desenvolvimento do projeto, a partir de sua efetivação proposta no cronograma do pré-projeto, através das Palestras e Minicurso, pretendeu-se, desde então, perceber e avaliar a participação de nosso público alvo imediato, os alunos da rede escolar dos municípios delimitados e, ainda, diretores, professores, coordenação pedagógica das instituições de ensino, discentes mestrandos, colaboradores, parceiros, comunidades escolares, voluntários e cidadãos, direta ou indiretamente envolvidos no desenvolvimento do projeto. Assim, utilizamos como forma de viabilizar e obter captação do maior número de informações possíveis na pesquisa de campo, como também a percepção de cada indivíduo sobre as questões culturais, relacionadas com o relatado no trabalho apresentado.

Um dos meios de avaliação se deu através de formulário (APÊNDICE B), fornecido para preenchimento dos alunos participantes e integrantes das palestras. Objetivou-se realizar um mapeamento despretensioso, assim como identificar as manifestações e expressões culturais encontradas no Noroeste Fluminense, que lhes fossem representativas ou familiares ao cotidiano vivenciado por eles.

Dessa forma, realizamos o Circuito de Palestras nos variados segmentos do ensino regular tradicional e/ou convencional da Educação em diversificadas séries, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como meio de percepção do interesse e entendimento dos discentes, pelas questões que envolvem os bens e patrimônio cultural apresentados e/ou reconhecidos, no âmbito escolar ou no convívio social, relacionados à faixa etária das

respectivas séries de ensino, níveis de escolaridade e maturidade. O que envolve a valorização do patrimônio e a conscientização dessa camada da sociedade, no que tange a seu desenvolvimento intelectual e sua plena atuação na escola e na sociedade.

No APÊNDICE A, encontram-se os *slides* utilizados nas Palestras, com abordagens das principais informações e temas de consideráveis conhecimentos e termos técnicos a serem absorvidos na compreensão das necessárias informações à cerca da cultura e seus aspectos imprescindíveis, suas classificações definidas, para uma linha de raciocínio propícia ao entendimento da necessidade de manutenção e preservação dos bens e patrimônios culturais, em especial os encontrados em cada território, os quais são referenciados pela cultura brasileira de modo geral. Constam também sugestões de *links* para pesquisa na internet, que tratam da cultura de forma universal e de questões ligadas a políticas públicas e gestão da cultura, pelos órgãos institucionais, que desenvolvem estudos e práticas, que foram indicados aos participantes.

Numa das tentativas e investidas, proporcionamos aos interessados, através do Grupo TEC, o Minicurso de Escutadores de Memórias, no TEC Encontro e no SACAIFF, oportunidades de captação e adesão de possíveis multiplicadores do objetivo primordial do trabalho de campo, descobrir ou detectar o maior percentual possível de artistas a serem entrevistados por voluntários, que aderissem a esta modalidade de pesquisa *in loco*.

O conteúdo do minicurso foi inspirado num trabalho já realizado pelo MUF – Museu de Favelas do Rio de Janeiro, que tem como concepção: de museu territorial e vivo, sendo considerado acervo todos os moradores e ativos culturais, que existem nas favelas do Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, Rio de Janeiro/RJ, que representam a instituição, de caráter comunitário, fundada em 2008, pelas lideranças culturais destes territórios, considerando como proposta de acervo as histórias de vida dos 20 mil moradores, nos 12 hectares de área constituída destas comunidades, abrangência de mais de 5.300 imóveis, gerenciados pela Central Integrada de Visitação, organização institucional do Museu, que roteiriza e organiza todos os pedidos de visitação pública, nacional e internacional ao circuito a céu aberto em seus espaços territoriais. Experiência esta, contínua e já com comprovado êxito, registros e relatos de sucesso.

A partir destas experiências dos Minicursos e percepções alcançadas no desenrolar dos encontros realizados, houve necessidade de um novo recorte, onde se contemplou, com a palestra de Educação Patrimonial, unicamente os municípios de Itaperuna, Itaocara, Miracema, Santo Antônio de Pádua e Varre-Sai, resultante de uma amostragem da pesquisa pretendida anteriormente no projeto, restando ainda Aperibé, Bom Jesus do Itabapoana,

Cambuci, Laje do Muriaé, Natividade, Porciúncula e São José de Ubá, que não foram contempladas com os estudos, pesquisas de campo e pesquisas bibliográficas, tendo em vista os entraves e despesas que envolviam o Circuito de Palestras. Contava ainda com a aceitação e receptividade das Secretarias Municipais de Educação e Direção de Escolas, cujos contatos eram feitos por meio de contato telefônico ou aplicativo *WhatsApp*, na intenção de agilizar o processo e viabilizar a possibilidade de acesso a todos os municípios que compõem o Noroeste Fluminense. Não foi possível alcançar os 13 municípios devido ainda ao tempo disponível para atuação desta proposta, o que vem a contrapor com o entendimento de Rossi (1995, p. 198) que diz que: “A cidade é a memória coletiva dos povos; e como a memória está ligada a fatos e a lugares. A cidade é o ‘*locus*’ da memória coletiva.”

Nas oportunidades de contatos com os participantes das Palestras e população local, também se almejava contagiá-los com o valor pragmático da cultura, provocar em todos os partícipes, que a partir de então, agregassem valores aos bens culturais que os cercam. Dessa forma, promovendo sentido à cultura, antes não despertados em suas visões e leituras de mundo.

Ademais, é também um fator de considerável importância no âmbito escolar, projetando o empoderamento desses bens e das pessoas, enquanto espectadores e/ou atores, nas respectivas etapas aqui analisadas. Pretendeu-se também a adesão de pessoas interessadas em contribuir com as pesquisas e registros do projeto, tendo como finalidade o engajamento de universitários, o que não se alcançou pelo fato de indiferença ou acúmulo de tarefas pessoais, previamente assumidas.

Na oportunidade, as escolas que sediaram as palestras foram contempladas com um *kit* de publicações, encartes e livros, a saber: Lei do sistema Estadual de Cultura /SEC- RJ; Cartões Postais de Miracema; Planos Municipais de Cultura - Guia de Elaboração/MINC; Lei de Incentivo à Cultura/SEC-RJ; I Fórum Estadual dos Segmentos Artísticos do Rio de Janeiro/SEC-RJ; Plano Estadual do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Rio de Janeiro/SEC – RJ; 4ª Conferência Estadual de Cultura RI-2018/SEC- RJ; Patrimônio Cultural Fluminense-INEPAC/SEC-RJ; PADEC: Edição 2015, Qualificação de Gestão Cultural- Apoio à Elaboração de Planos Municipais de Cultura/SEC- RJ; Uma viagem no Tempo, Circuito Cultural, Fazendas Históricas – Noroeste Fluminense/FECOMERCIO – RJ; Encarte Promocional de Miracema e Sessão de Lançamento de Curtas/SEC –RJ, sobre as temáticas que envolvem o trabalho de Educação Patrimonial e Gestão de Cultura. Uma ação intencional de provocar nos alunos mais pesquisas e interesses pelos temas abordados, sugerindo à direção da Escola que o material fosse incorporado ao acervo da Biblioteca Escolar,

disponibilizando informações a toda comunidade escolar, visando a proporcionar e democratizar o acesso a esse material.

Projetou-se um maior alcance e uma maior propagação do projeto, com o uso das tecnologias das redes sociais. Assim, foi criado um perfil no *Facebook*, para divulgação e promoção das atividades correlatas, denominado “Cultura Noroeste Rio” (@culturanoroesterio), titulação aprovada à época pelo Google, página essa que diretamente remete compartilhamento no Instagram, através do endereço eletrônico #culturanoroesterio.

Esses dois canais criados nas redes sociais recebem postagens quase diárias, por também contribuírem na divulgação dos eventos educativos e culturais, promovidos neste território. Em outro esforço de maior projeção às postagens, foram utilizadas as mesmas com os seguintes termos de *hashtags*: #imersãomestradouff, #mestradoadudaftostes, #cultura, #noroesteflumienese, #uff, #uffinfes, #tecgrupo, #geg, #acervo, #memória, #registrosfotográficos e #políticaspúblicasulturais, possibilitando uma gama de facilitação de pesquisas na rede.

Há que se considerar que, na atualidade, em relação às diretrizes e tendências de institucionalização, a gestão da cultura se apropriou da área com reflexões e empoderamento, através da concepção das questões que envolvem e em se tratando da Economia Criativa, nova concepção do potencial da cultura, que gera uma grande movimentação financeira, através do poder econômico e das variadas formas de aquisição de rendimentos, prestação de serviços, produção de eventos, que estão em consonância com os segmentos da área de cultura, que envolvem a geração de emprego e renda, formalização de empresas e ainda a economia formal.

De acordo com o levantamento da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), realizado em 2017, a Economia Criativa gerou no país, R\$ 171,5 bilhões (cento e setenta e um bilhões e quinhentos mil reais) e no mesmo período, contou com 837 mil empregos formais.

Visivelmente, depara-se com a ausência de sensibilidade dos órgãos públicos de gestão cultural e seus gestores incapacitados ou despreparados, que não alcançam o verdadeiro valor da promoção social através da cultura e do desenvolvimento de estratégias, que visem à captação de recursos através da Economia Criativa, sendo responsáveis pelo não desenvolvimento de cidades criativas e que podem explorar de forma positiva a cadeia produtiva de sua vasta cultura, ainda não percebida e/ou desprezadas.

É também perceptível a produção de eventos ou comemorações, aliados ao Turismo nestes municípios, cujas atividades e grupos culturais são incorporados ou protagonizam festas tradicionais nas cidades, tendo maior representatividade os festejos, realizados

próximos ou nas datas de aniversário dos municípios, onde a cultura é a personagem principal do evento. No entanto, a geração ou difusão dos mesmos é direcionada para atrair visitantes à região e turistas de uma maneira geral, que na maioria das vezes são “seduzidos” por grandes shows de artistas de renome nacional, o que foge da valorização da cultura local.

Nessa questão, somam-se, ainda, os municípios que não têm implantado seu Sistema Municipal de Cultura, em consonância com o Sistema Nacional e Estadual, na criação e implantação do Conselho Municipal, Plano Municipal e Fundo Municipal de Cultura, o que ocasionaria o recebimento de aportes financeiros e captação de recursos através de projetos e leis de incentivo à cultura. O que resulta na impossibilidade de repasses financeiros “Fundo-a-Fundo”, de possíveis programas ou projetos financiados pelo Governo Federal ou Estadual, por não terem aderido aos Planos Nacional e Estadual, o que causa o impedimento do recebimento do recurso gerador do projeto cultural.

Por consequência, ainda informo que a execução do trabalho foi custeada, mediante as possibilidades e disponibilidade de recursos pessoais do autor, provenientes de remuneração de seu vínculo de trabalho, apenas com apoio do TECGrupo, mas sem patrocínios ou fomento público, mesmo após tentativas em alguns editais.

Foi prevista na etapa do Pré-projeto a participação e inserção deste projeto em Editais de fomento, em que sua proposta e requisitos tenham condições de inscrição e de ser contemplado, reconhecido e agraciado com valores dispostos nestas modalidades de captação de recursos para projetos culturais. Ainda aguardamos a conclusão das etapas de seleção do Prêmio Rodrigo de Melo Franco, realizado pelo IPHAN, no qual este projeto foi inscrito e está concorrendo, com iniciativas existentes em todo território nacional, tendo como especificidade e categoria o teor de projeto de pesquisa acadêmica e não de modalidade de programas e planos de ação, ficando no campo estritamente bibliográfico, documental e de pesquisa de campo e não de execução, prática de acontecimentos periódicos ou definidos por suas características únicas e individuais, o que na avaliação dos critérios do Edital, avaliados pela comissão julgadora, o projeto não alcançou os requisitos na primeira etapa da fase estadual para ser encaminhado à fase Federal, etapa final.

Obtivemos o reconhecimento da realização deste trabalho na ocasião em que o autor deste Projeto efetuou inscrição no Prêmio Heloneida Studart, em junho de 2019, outorgado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tendo aprovação da banca de membros da Comissão de Cultura da ALERJ-RJ, na Categoria Patrimônio Cultural: Material, Imaterial, Memória, Museus, Arquivo, Arquitetura e Urbanismo, o qual reforça a importância deste trabalho em contribuição à Cultura Fluminense (APÊNDICE G).

Deixo aqui registrado que no transcorrer dos afazeres do Projeto ainda participamos ativamente de outros projetos e eventos, que objetivaram participar de atividades extracurriculares com afinidades ao trabalho, o enriquecimento do meu *Curriculum Vitae* e rol de atividades do projeto:

OLIVEIRA, F. A. S. ; TOSTES, C. E. F. ; PAIVA, D.C. de . Parceria TEC e agentes públicos: contribuições para a sociedade por meio de eventos educativo culturais. *Revista Confluências Culturais*, v. 7, p. 107, 2018.

TOSTES, C. E. F. ; PAIVA, D.C. de . Registros Culturais: educação patrimonial, tecnologias e acessibilidade. *In: NeuroEdu - V Encontro sobre Neurociências na Educação Inclusiva*, 2018, Campinas, SP. NeuroEdu, 2018.

Organização de Eventos

DE PAIVA, D. C.; TOSTES, C. E. F. . 15a Semana Nacional de Museus em Pádua. 2017. (Outro).

DE PAIVA, D. C.; TOSTES, C. E. F. . E-LIXO: Reduzir, Reutilizar, Reciclar. 2017. (Outro). (APÊNDICE F).

Por fim, perfizemos uma trajetória que tem em sua essência desenvolver atividades e entendimentos a cerca desta especificidade da área Cultural, a Educação Patrimonial, como meio de gerar frutos a outras pesquisas similares ou mais aprofundadas na temática, que envolve um trabalho educacional diferenciado, tendo o Patrimônio Cultural Brasileiro, como peça chave, para o desenvolvimento sociocultural na atualidade, em detrimento de futuras gerações.

5.4.1 PLANEJAMENTO E CONTRIBUIÇÃO DE AULAS PRODUZIDAS POR DOCENTES ENVOLVIDOS NO PROJETO

No propósito e determinação de conquistar maior amplitude e validar o processo de execução da Educação Patrimonial nas Escolas, alcançamos outra contribuição ao Projeto, nas oportunidades de contato com as escolas e professores, que de forma generosa aderiram a

nossa finalidade, nos fornecendo modelos de Plano de Aula e Atividades, do Ensino Fundamental II, por eles ministradas ao longo de sua vida profissional.

Desta feita, nos ocorre que já existem profissionais na área de Educação, tais como os Professores: Sra. Ana Elvira Utrini Vieira Constâncio, Sr. José Sérgio Dias Page, Sr. Tiago Afonso Sentineli e Sr. Lucas Campos Crisóstomo, que possuem a consciência da relevância do patrimônio Cultural na vivência dos seres humanos, desta forma facultam aos seus alunos subsídios de percepção da cultura, como meio transformador de suas realidades de vida e formando cidadãos sensíveis à causa da preservação dos bens culturais, na vida intelectual e no cotidiano de suas vivências pessoais em comunidade.

Entretanto nos faz crer, que estamos encaminhados num estímulo de trabalho e proposta educacional possível de execução, em sua transversalidade em relação à aplicação de análises contemporâneas, em tempos que exigem da juventude, uma visão mais ampla e globalizada, em virtude da modernização dos estudos ocasionados pela modernidade (ANEXO A).

5.4.2 FEEDBACKS ÀS ESCOLAS PARTICIPANTES NO PROCESSO DE DESDOBRAMENTO DO PROJETO

Em se tratando da devolutiva proposta pela Banca, por ocasião da Qualificação, seria realizado um retorno às unidades escolares contempladas com o Circuito de Palestras, propondo uma reunião de trabalho, composta por membros da Direção da Escola, Equipe Pedagógica e os Professores, a fim de avaliar a possibilidade da utilização de diretrizes pedagógicas e planos de aulas, parte que construí durante o deslançar do projeto e parte com o material conteudista, que contém alguns planos de aula sugestionados e que foram executados e experimentados por Professores de História contatados para trocas de experiências e vivências. Com vistas à continuidade e permanência de aulas e conteúdos inerentes à Educação Patrimonial.

Para enriquecimento deste material concedido será confeccionado um *Kit Pedagógico Digital*, contendo ainda o Planejamento Educacional Pedagógico Anual (APÊNDICE I), para séries do ensino Fundamental II, publicações e livros atualizados com a temática cultural, numa embalagem apropriada e identificada com o material adquirido nos municípios, tais como: fotografias, encartes, cartões postais, publicações e livros, com o qual me comprometo

em entregar e registrar mais essa conquista, assim que possível, em virtude da ocorrência da pandemia (ANEXO A).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Brasileira (CF/1988) nos declara cidadãos e prevê inúmeros deveres e direitos, para que possamos estabelecer a plena cidadania em cumprimento às metas estabelecidas ao bem comum. Dessa forma, estabelece também que devemos promover a proteção dos bens culturais incorporados à cultura brasileira, bem como as influências dos povos advindos da colonização e relações internacionais, estabelecidas em sua história de surgimento e formação.

A começar pela Declaração Universal dos Direitos Humanos,

- 1- Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
- 2- Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria (Declaração Universal dos Direitos Humanos, Sítio da Organização das Nações Unidas).

Então, tanto nessa Declaração quanto na Constituição brasileira, em suas formas e metas estabelecidas, tanto de forma implícita e por vezes, explícita, estão contidas as relações entre o homem e o patrimônio cultural. Assim dá pleno entendimento das expectativas a serem implementadas em suas políticas públicas de preservação, dos conceitos que abrangem as denominações de cultura e de patrimônio, dando direito a todos os cidadãos de usufruírem do patrimônio cultural.

No Brasil, o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, instituiu e definiu de forma clara e objetiva o patrimônio histórico e artístico nacional e organizou a formatação desses bens a serem inclusos nos processos de proteção e institucionalização do patrimônio, de notável relevância para a formação da cultura brasileira e suas formas de proteção, que seja de interesse coletivo, consolidado na memória coletiva e bem patrimonial comum aos cidadãos.

Posteriormente, na Constituição Federal de 1988, entre outras adequações promovidas por força da lei, o artigo 216 vem definir claramente patrimônio cultural e suas formas de proteção:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; [...]

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação.

[...]

Parágrafo 4º -Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Muitas manifestações culturais do povo brasileiro só ganharam *status* de patrimônio cultural após a publicação do Decreto nº 3.551/2000, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que regulamentou o artigo 216 da CF/1988, definindo o conceito de patrimônio cultural imaterial, disciplinando o seu registro e criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)⁹.

O PNPI, posteriormente, foi regulamentado pela Portaria Iphan nº 200/2016, que criou uma Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

A partir do Decreto nº 3.551/2000, apenas pessoas jurídicas, como associações da sociedade civil, instituições vinculadas ao Ministério da Cultura e Secretarias de Cultura (estaduais, municipais e do Distrito Federal), com a anuência dos detentores das referências culturais de caráter imaterial, podem solicitar o registro dessas referências.

A seguir é elaborado um plano de salvaguarda para o bem registrado. Esse plano tem o objetivo de possibilitar condições de continuidade ao bem, listando iniciativas e ações a serem tomadas pelo poder público, a sociedade civil e os seus legítimos detentores.

O presente projeto nasceu da necessidade de despertar nos cidadãos, que compõem a Região Noroeste Fluminense, a valorização e reconhecimento do patrimônio cultural, em virtude da valorização dos bens patrimoniais de classificação material e imaterial encontrados e remanescentes da formação deste território.

Ademais, pretendemos estabelecer um trabalho de Educação Patrimonial, também convencionadas e pretendidas pelos órgãos de gestão e proteção de patrimônio, já pactuadas no âmbito nacional, estadual e municipal, em consonância com a legislação vigente, nos Sistemas de Cultura.

Tal proposta tem a contribuição das atividades e da formatação acadêmica, que proporcionam um entendimento mais amplo, com amparo nas diretrizes da academia, que

⁹ Para uma maior compreensão do conceito e dos processos de patrimonialização dos bens imateriais, consulte a Cartilha Patrimônio Cultural Imaterial, no sítio do Iphan. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf. Acesso em: 22-abr-2020.

reforçam e legitimam a necessidade de ajustar e absorver o entendimento da população e dos estudiosos da cultura brasileira, assegurando a sua importância perante o público alcançado, no trabalho desenvolvido.

Vale ressaltar, que através da análise sistemática foi possível realizar um levantamento bibliográfico da área de educação patrimonial, examinar a legislação sobre abordagens de educação patrimonial nas escolas, o que satisfaz objetivos específicos desse trabalho. Foi reunida uma bibliografia básica e atualizada sobre tema, mediante experiências de outros territórios, além da legislação pertinente.

Ademais, como discriminado no item 5.1 e seguintes foram realizadas palestras ressaltando a importância do patrimônio cultural e sua simbologia no cotidiano dos cidadãos brasileiros e dos munícipes, como parte integrante de um Circuito de Palestra. As palestras foram realizadas em escolas municipais em 5 municípios do Noroeste fluminense e também para universitários em Santo Antônio de Pádua.

Em primeira ordem, vale salientar as dificuldades e situações inusitadas ocorridas durante essa etapa de vivências e experiências na especialização acadêmica, quando se percebeu que alguns fatores internos e externos não contribuíam para a forma prevista de execução e andamento dos procedimentos até a conclusão. Sobretudo no sentido do cumprimento da maior parte do que foi previamente estabelecido no pré-projeto e se certificar da importância de sua pesquisa para a academia e a comunidade.

Um dos desafios lançados foi a adesão de outras pessoas: pesquisadores, universitários, ativistas culturais ou acadêmicos para a ampliação das ações dessa pesquisa, com informações mais consistentes, que se revelassem de forma mais digna e próxima da realidade, registrando o perfil dos artistas no momento, que contribuíssem para um farto quantitativo de informações coletadas e de recursos audiovisuais de entrevistas ou relatos da vivência cotidiana, dos fazedores de cultura.

Numa das tentativas e investidas proporcionamos aos interessados, através do Grupo TEC, o minicurso de “Escutadores de Memórias”, no TEC Encontro e no Sacaiff, oportunidades de captação de possíveis multiplicadores do objetivo primordial do trabalho de campo, descobrir ou detectar todos os artistas.

Outro ponto a ser considerado, por ausência de experiência pessoal em Projetos de Especialização para Mestrado, foi o apontamento de várias atividades acontecendo concomitante. As aulas das disciplinas optativas e obrigatórias conciliadas com a jornada de trabalho próprio, como servidor público municipal, as ações comprometidas no projeto, eventos acadêmicos, etapa final de conclusão da Pós-Graduação no IFF/Pádua-RJ e a contínua

produção de textos, para todas as situações citadas, que demandam um período mais extenso do que o do cronograma previsto, além das ocorridas interrupções do ano letivo, em face das intempéries da Pandemia do Coronavírus/COVID19, que impossibilitaram a imediata devolutiva às escolas que compuseram a pesquisa de campo, acordadas na Qualificação, a qual não se pode prever a retomada do ano letivo.

Em virtude da ocorrência e do avanço de casos da doença pandêmica na região Noroeste Fluminense, ocasionando a interrupção do ano letivo, por necessidade de isolamento social e protocolos que envolvem a práxis da enfermidade, como também em cumprimento do prazo já estipulado para a conclusão do Mestrado e ainda indefinição do retorno das aulas na universidade, ficou acordado com o Professor Orientador Dr. Daniel Costa de Paiva, a conclusão dos trabalhos e a apresentação do projeto para Defesa final à Banca Examinadora, embasados por decisão do Colegiado do INFES/UFF Pádua, não será possível o retorno imediato as unidades escolares, em que a pesquisa já foi aplicada.

Deve ser considerado ainda, que os itens e quantitativos já descritos no capítulo anterior apresentado, são por hora os tais índices, que deverão ser observados como forma de amostragem do conteúdo total do projeto, baseado no que foi obtido e dentro da expectativa projetada, na amplitude das tarefas e pesquisas.

Há que ser considerado também, que se trata de um trabalho pioneiro e inédito, na medida de seu anseio e tentativa de obter uma enumeração de dados e informações nunca alcançados na dimensão cultural e quantitativa do Noroeste Fluminense, que seja de meu conhecimento.

Foi prevista na etapa do Pré-projeto a participação e inserção deste projeto em editais de fomento, em que a proposta e os requisitos fossem adequados à sua inscrição e consequente contemplação, para que pudesse ser reconhecido e beneficiado, com valores e financiamentos, dispostos nessas modalidades de captação de recursos, para projetos culturais.

O presente projeto foi inscrito no Edital do Prêmio Rodrigo de Melo Franco, versão 2019, promovido pelo IPHAN, mas não foi contemplado por não corresponder às expectativas do objeto do Edital, ainda em sua fase Estadual, não sendo encaminhado e concorrendo à fase final, em âmbito Federal.

Considerando ainda o relato das dificuldades e situações inusitadas, ocorridas até esse tempo, dessa etapa de vivências e experiências na especialização acadêmica, quando se percebe, que alguns fatores internos e externos não contribuem para a forma prevista de execução e andamento dos procedimentos até a Qualificação, momento de profunda análise crítica e de revisão de procedimentos. O intuito é realizar a próxima etapa com sucesso e a

maior parte das atividades previamente estabelecida no pré-projeto, na insistente vontade de que seja cumprido com êxito, momento reflexivo e de recarregar os ânimos e se certificar da importância de sua pesquisa tanto para a academia quanto para a sociedade.

Um dos desafios lançados é a adesão de outras pessoas, universitários, ativistas culturais ou acadêmicos, para ampliar as ações de pesquisa e conseguir mapear o maior número de cidadãos envolvidos com o fazer cultural nos 13 municípios, recorte do Noroeste Fluminense, com informações mais consistentes. E que revelassem mais digno e próximo da realidade, registrando o perfil dos artistas do momento e que contribuíssem para um farto quantitativo de informações coletadas, de recursos audiovisuais de entrevistas ou relatos da vivência cotidiana dos fazedores de cultura.

Observou-se uma ausência de interesse da Direção das Escolas, quando da oferta do Circuito de Palestra e, em outras vezes, as Secretárias Municipais de Educação, ou até mesmo os Docentes contatados, para imediata definição de data e horário em que poderia ser definido e disponibilizado o tempo da aula para a execução da palestra, operacionalização. No que foi detectado esse posicionamento e reação dos profissionais, com quem houve a tentativa de envolvimento do projeto.

Outro ponto a ser considerado, em virtude da concomitância de várias atividades e o escasso tempo disponível, foi a possibilidade de ainda serem eliminados da proposta inicial (pré-projeto), alguns afazeres ou decidir realizar a eliminação de outras atividades, realizando recortes considerados necessários, em detrimento do comprometimento do todo.

Destaca-se que na fase das palestras obteve-se o envolvimento de 225 pessoas, que compareceram aos encontros, alcançando aproximadamente o quantitativo de 273 pessoas, se considerarmos o envolvimento dos variados tipos de colaboradores e outros indiretamente abrangidos, tais como: Secretário Municipal, o Diretor de Cultura, Diretor da Escola e o Diretor Adjunto, Pedagogo e o Professor da turma.

Percebe-se ainda, certa ausência de comprometimento, em razão do distanciamento, da ausência de compreensão para certificação do poder transformador e gerador de conhecimentos da cultura, principalmente nos rentáveis processos da cadeia produtiva da economia criativa e na formação de público apreciador das artes e da fruição intelectual, que a Cultura abrange, mediante os elementos culturais significativos, presentes nas cidades e no seu entorno, na mobilização de indivíduos, da pretendida mínima conscientização do poder revolucionário e inovador da cultura.

Portanto, apresentam-se, no APÊNDICE F, os documentos, registros e fotografias comprobatórios desta ação de construção social a partir da cultura e dos bens patrimoniais,

protagonistas da proposta desenvolvida e almejada na região Noroeste Fluminense, despertando nos mesmos os valores agregados às expressões e manifestações culturais, seu quase imensurável abarcamento de cidadãos, já conquistados pela cultura existente em cada localidade, em outras diferentes oportunidades de aproximação promovidas por outras formas, formatos educacionais e eventos, atualmente encontrados no interior.

Por conseguinte, o trabalho realizado pode ser considerado como uma excelente fonte de pesquisa em se tratando de livros e *links* listados em suas referências bibliográficas, que contribuem para uma extraordinária consulta, pelo conjunto de opções sistematizadas, facilitando a compreensão de seus leitores. Apresentam ainda, legislações e órgãos competentes de proteção do patrimônio cultural brasileiro para embasar novas e futuras ações de salvaguarda que durante as palestras foram detectados e exemplificados pelos alunos. As manifestações evidenciadas em cada município permitem considerar que existe um mínimo reconhecimento da existência das mesmas e parcial valorização pela comunidade e entidades governamentais e não governamentais pela Cultura local.

Por ocasião das palestras nos locais já mencionados, conseguimos a partir das argumentações e dados informados, perceber que foi nítida a compreensão, quanto às especificidades do Patrimônio Material e Imaterial, suas distinções e particularidades territoriais.

Sobretudo este material apurado e compilado, construído na Dissertação, contribuirá sobremaneira, para as instituições escolares, que principalmente a partir do *Kit* Pedagógico digital, que será fornecido, poderá se transformar num imprescindível mecanismo de planejamento pedagógico a partir do Planejamento Educacional Anual, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, encontrados no APÊNDICE J.

Caso haja engajamento dos Pedagogos e Professores, na reunião a ser prevista e realizada com os participantes na ocasião desta ação, representantes das Escolas, instrumento das Atividades e Exercícios de Educação Patrimonial a serem desenvolvidas nas escolas, perante a realidade do público alvo, na oportunidade da comprometida entrega do *Kit* Pedagógico (APÊNDICE K).

Almejamos ainda maior desdobramento da valorização da Educação Patrimonial, que serão por intermédio dos Conselhos Municipais de Educação e Cultura, órgãos institucionais, que tem em sua atuação a possibilidade de manifestar o desejo, junto ao poder Legislativo e Executivo, de sensibilizá-los para a legitimação e oficialização das práticas de Educação Patrimonial, na formação de cidadãos cientes de seu papel, perante o Patrimônio Cultural, em de suas esferas de atuação e aplicabilidade das mesmas.

Por derradeiro, o Projeto alcançou um número expressivo de pessoas envolvidas nas atividades e ações tendo como linha de alcance do 6º ao 9º ano, por uma percepção pessoal de que se estabeleceu nesses alunos dessa faixa etária, condições de maior absorção dos conhecimentos e conteúdos tratados na comunidade escolar, base de formação dos indivíduos, despertando em seus componentes o verdadeiro valor dos bens patrimoniais e da Cultura, que distinguem indivíduos na sociedade, perante seus conhecimentos e nível intelectual, proporcionando uma Educação com mais qualidade e conquistas niveladoras da individualidade humana.

O projeto propõe que futuramente sejam estabelecidas parcerias com as Secretarias de Cultura, de Educação e de Turismo, para que seja possível a inclusão do projeto nas escolas.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Apoio e Fomento de Bens Culturais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/> . Acesso em: 10-fev-2019.
- _____. Câmara dos Deputados. Decreto-lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-25-30-novembro-1937-351814-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11-maio-2020.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 12-set-2020.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Inventário nacional de referências culturais (INRC 2000). Brasília, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 18-jan-2019.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Portaria nº 200 de 15 de maio de 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_n_200_de_15_de_maio_de_2016.pdf . Acesso em: 12-set-2020.
- _____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Cartilha Patrimônio Cultural Imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1__parasabermas_web.pdf . Acesso em: 22-abr-2020.
- _____. Ministério da Cultura. Patrimônio Cultural. Disponível em: <http://cultura.gov.br/patrimonio-cultural/>. Acesso em: 11-maio-2020.
- _____. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Educação é a base. Brasília: MEC, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> . Acesso em: 02-jun-2020.
- _____. O IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 11-maio-2020.
- _____. Patrimônio Material. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 11-maio-2020.
- _____. Secretaria Especial da Cultura. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/inicio>. Acesso em: 11. mai.2020
- _____. Presidência da República. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm . Acesso em: 19-maio-2020.

CAVAZOTTI, Maria. Educação e conhecimento científico: Inflexões pós-modernas. São Paulo: Autores Associados, 2010.

FALKEMBACH, Elza Maria F. Diário de campo: um instrumento de reflexão. In: Contexto e educação. Ijuí, RS. 1987. v. 2.

FARIA, Hamilton & GARCIA, Pedro. Arte e identidade cultural na construção de um mundo solidário. SP, Instituto Polis, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: efetividade ou ideologia. 6a. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Disponível em: https://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF_LIVROS_INTEGRANTES_GEPI/livro_integracao_interdisciplinaridade.pdf . Acesso em: 12-set-2020.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 34 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GASQUE, Kelley Cristine Gonçalves Dias ; COSTA, Sely Maria de Souza. Comportamento dos professores de educação básica na busca de informação para formação continuada. Ciência da Informação, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAJE DO MURIAÉ. Prefeitura Municipal. Cidade, História. Disponível em: <https://www.laje.rj.gov.br/historia.php>. Acesso em: 11-maio-2020.

LOPES, Rita de Cássia Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. São Paulo: Portal Dia-a-dia da Educação, 2008.

MARASCHIN, Cleci, AXT, Margarete. Conhecimento. In: STREY, Marlene Neves et all. Psicologia Social Contemporânea: livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 133-145.

MARINHO, Isis. Processo de regionalização do noroeste fluminense. São Gonçalo (RJ): Rev. Tamoios, 2017. 16 p.

MIRACEMA. Lei Municipal nº444, de 04 de novembro de 1992. Lei Municipal de Tombamento. _____. Decreto nº 349 de 02 de janeiro de 1995. Altera a Lei Municipal de Tombamento.

MIZUBUTI, Satie. O processo de urbanização na região noroeste fluminense (RJ) pelo viés do estudo da população–1940-2000.1. São Paulo: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005.

MONTEIRO, Jéssica de Sousa. A influência da estrutura escolar no processo de ensino-aprendizagem: uma análise baseada nas experiências do estágio supervisionado em Geografia. 19. Ed. São Paulo: Geografia Ensino & Pesquisa, 2015.

MORIN, Edgar. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. Tradução: Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. _____. Cultura de massa no século XX. Vol. 1. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

NABUCO, Coleção Educadores MEC - Fundação Joaquim. Manifesto dos pioneiros da educação nova (1932) e dos educadores (1959) manifestos. Recife: Editora Massangana, 2010.

NOGUEIRA, Frederico. Mineiro-Pau: A tradição do folguedo em Miracema/RJ como prática da Cultura Regional. Rio de Janeiro: Instituto Federal Fluminense, 2007. 15 p.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> . Acesso em: 12-set-2020.

PORLÁN, Rafael; MARTÍN, José. El diario del professor. Sevilla: Díada Editora, 1997.

RIO DE JANEIRO. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ). Lei nº 5113 de 19 de outubro de 2007. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial Que Constituem Patrimônio Cultural Fluminense. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/02ec1102cdfde1448325738a0057e6f2?OpenDocument&ExpandSection=-2&Highlight=0,patrim%C3%B4nio,cultura> . Acesso em: 11-maio-2020.

_____. Lei Nº 6459, de 03 de junho de 2013. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/c8aa0900025feef6032564ec0060dfff/f14134c11a3d9eb383257b82005e9d82?OpenDocument&Highlight=0,6459>. Acesso em: 11-maio-2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – SLIDES PALESTRAS MINISTRADAS

TECGrupo.com 

Captação de Voluntários para Projeto de Pesquisa

Carlos Eduardo Fingolo Tostes (Duda)

TECGrupoPontoCom@gmail.com

www.tecgrupo.com

TECGrupo.com 

- Licenciado para a Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. (12/2005)
- Especialização em Gestão Escolar – Instituto Superior de Educação de Santo Antônio de Pádua. (08/2010)
- Prefeitura Municipal de Miracema (1992)
- Membro Secretário do Conselho Municipal de Cultura de Miracema (1994/2012)
- Membro do Conselho Municipal de Cultura de Miracema (2005/2008) – (2013/2016).

www.tecgrupo.com

TECGrupo.com 

- Curso de Extensão e Formação de Gestores Públicos Municipais - Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologia/ Qualificação Profissional (UERJ 10/14).
- Presidente do Fórum de Gestores Municipais de Cultura do Noroeste Fluminense (2013/2016)
- Vice Presidente do Fórum de Gestores Municipais de Cultura do Noroeste Fluminense (2017/2018).
- Pós-Graduando em Cultura, Patrimônio e Educação: Diálogos no Território – IFF/Pádua
- Mestrando em Ensino - UFF/Pádua
- Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2204681816466082>

www.tecgrupo.com

TECGrupo.com 

Projeto de Mestrado

Educação Patrimonial, Cultura e Oralidade,
sua importância no território, tecnologias
acessíveis e a dimensão simbólica.

www.tecgrupo.com

O presente anteprojeto objetiva o **registro** de manifestações culturais, dos agentes culturais e dos artistas, através da oralidade, da escuta e do registro audiovisual, como forma de conhecimento das tradições, saberes e fazeres culturais, bem como do Patrimônio Material e Imaterial encontrados no Noroeste Fluminense, em especial sua relevância e interferência no cotidiano dos cidadãos, suas influências na vida dos ativos culturais e demais atores do processo. E ainda **favorecer** o conhecimento e aceitação das práticas e dinâmicas de cada expressão cultural. Nos municípios que apresentam um diagnóstico de várias produções culturais realizadas pelas Universidades, Rede Escolar, Secretarias Municipais de Cultura e Entidades Culturais, no âmbito regional.



Tem também a finalidade de **promover** a criação de brinquedos educativos, para serem utilizados como recursos nas escolas, para aprendizagem e incentivo à valorização do patrimônio cultural, como também o mapeamento dos atores e ativos culturais. Para tanto se pretende realizar registro de audiovisual e preenchimento de formulários, aquisição de acervo, que colaborem com a continuidade das tradições abordadas e as informações obtidas, para salvaguardar a memória e perpetuação da cultura.

Palavras Chave:

Patrimônio, Tecnologias, Registro e Oralidade.

TEC





Convite!!!

-  Duda Fingolo Tostes Rec
-  @Cultura Noroeste Rio
-  @culturanoroesterio
-  @dudaftostescerimonial



Cultura

- Cultura afro-brasileira é o resultado do desenvolvimento da cultura africana no Brasil, incluindo as influências recebidas das culturas portuguesa e indígena.
- A Cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade do outro e a do outro em nós mesmos. (DA MATTA, 1981)



- **Lucio Costa**, que chefiou a divisão de estudos e Tombamentos de 1937 a 1972, outras figuras relevantes foram **Carlos Drummond de Andrade**, **Afonso Arinos de Melo Franco**, **Prudente de Moraes Neto** e **Manoel Bandeira**. A época em que **Rodrigo Melo Franco** dirigiu Sphan (de 1936/1937 à 1967) é considerada a fase heroica do órgão.
- A Inspeção dos Monumentos Nacionais – foi criada em 1994, no Museu Histórico Nacional.
- Esse primeiro momento da política de preservação do Patrimônio Brasileiro orientou-se por uma concepção de política cultural – mais tarde chamada de “pedra e cal” – executada principalmente pelo Estatuto do Tombamento.



Cultura

- Cultura é o conjunto de manifestações artísticas, sociais, linguísticas e comportamentais de um povo ou civilização. Portanto, fazem parte da cultura de um povo as seguintes atividades e manifestações: música, teatro, rituais religiosos, língua falada e escrita, mitos, hábitos alimentares, danças, arquitetura, invenções, pensamentos, formas de organização social, etc.



Cronologia

- Ouro Preto considerada desde 1933 a principal relíquia do passado nacional a ser preservada.
- Inspetorias Estaduais de Monumentos Históricos em Minas Gerais (1926), na Bahia (1927) e em Pernambuco (1928).
- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) – 1936/1937.
- Inspetorias estaduais de monumentos históricos em Minas Lei nº 378 de Janeiro de 1937 – criou o órgão de Patrimônio atrelado ao Ministério da Educação.



- Serviço de Estatística da Educação e Cultura (SEEC), criado em 1937, fornecia ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informações, como as publicadas nos anuários estatísticos o período.
- Na década de 1960 e, com maior intensidade a partir de 1964, é retomada a discussão sobre a necessidade de implementação de programas e ações por parte do Governo Federal, no campo da Cultura, alicerçados por uma política nacional.
- O órgão responsável pela tentativa de aprovação da política de cultura foi o Conselho Federal de Cultura (CFC). Em 1974, o Ministério da Educação e Cultura lançou a Política Nacional de Cultura.



- A partir de 2003, da gestão do Ministro **Gilberto Gil**, identifica-se um esforço de colocar as questões das relações estado e cultura na pauta do governo, na forma de políticas públicas com caráter democrático e participativo.
- Em 2004, o Ministério da Cultura firmou convênio com o IBGE.
- Em 2005, o Ministério da Cultura iniciou a construção de um Plano Nacional de Cultura, de um Sistema Nacional de Cultura e de um Sistema Nacional de Informações Culturais.



Sistemas de Cultura

- Lei Nacional <http://www.cultura.gov.br/snc>
LEI Nº 12.343, DE 2/12/10
- Lei Estadual
- Leis Municipais



Patrimônio

- Em seu significado mais primitivo, a palavra Patrimônio tem origem atrelada ao termo grego pater, que significa "pai" ou "paterno". De tal forma, Patrimônio veio a se relacionar com tudo aquilo que é deixado pela figura do pai e transmitido para seus filhos. Com o passar do tempo, essa noção de repasse acabou sendo estendida a um conjunto de bens materiais que são intimamente relacionados com a identidade, a cultura ou o passado de uma coletividade.



Lei Estadual

LEI Nº 7035, DE 07/07/15

Sistema Estadual de Cultura

<http://www.cultura.rj.gov.br/consulta-publica/lei-estadual-de-cultura>

Plano Estadual de Cultura
Fundo Estadual de Cultura
Conselho Estadual de Políticas Culturais
Membro Titular do Noroeste Fluminense



- Essa última noção de patrimônio passou a ganhar força o século XIX, logo que a Revolução Francesa salientou a necessidade de eleger monumentos que pudesse refutar o esquecimento do passado. Nesse período, levando-se em conta as noções historiográficas da época, os monumentos deveriam expressar os fatos de natureza singular e grandiosa. Sendo assim, a preservação do passado colocava-se presa a uma noção de "melhoria", "evolução" e "progresso".

CAPÍTULO I

- DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
- Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
- § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.
- § 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.
- Art. 2º A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.
- Art. 3º Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:
 - 1) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no país;
 - 2) que adomem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no país;
 - 3) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução do Código Civil, e que continuem sujeitas à lei pessoal do proprietário;
 - 4) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;
 - 5) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;
 - 6) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.
- Parágrafo único. As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.



Patrimônio

- Patrimônio Material – Tombamento
- Patrimônio Imaterial – Registro
- Patrimônio Cultural - Inventário



Patrimônio Material

Associada aos elementos concretos de uma sociedade está a cultura material ou o patrimônio cultural material. Esses elementos foram sendo criados ao longo do tempo e, portanto, representam a história de determinado povo.

Diversas edificações, objetos artísticos e cotidianos, fazem parte da cultura material, os quais são classificados de duas maneiras:

Bens móveis: podem ser transportados e reúnem os acervos e coleções.

Bens imóveis: são estruturas fixas e representam os centros históricos, sítios arqueológicos, etc.



Exemplos de Bens Materiais

Vestimentas
Museus
Teatros
Igrejas
Praças
Universidades
Monumentos
Obras de Arte
Utensílios

Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro)
Conjunto Arquitetônico de Paraty (Rio de Janeiro)
Pelourinho (Salvador, Bahia)
Teatro Municipal Casa da Ópera (Ouro Preto, Minas Gerais)
Universidade Federal do Paraná (Curitiba)



TECGrupo.com



Reconhecida como uma das cidades mais belas do mundo, o Rio de Janeiro encontra na relação entre homem e natureza a âncora para seu título de primeira paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial, conferido de forma inédita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A cidade do Rio de Janeiro passou, em 01/07/2012, a ser a primeira área urbana no mundo a ter reconhecido o valor universal da sua paisagem urbana.



TECGrupo.com



Patrimônio Imaterial

Associada aos hábitos, comportamentos e costumes de determinado grupo social está a cultura imaterial ou **patrimônio cultural imaterial**.

Este representa os **elementos intangíveis** de uma cultura. Sendo assim, ele é formado por elementos abstratos que estão intimamente relacionados com as tradições, práticas, comportamentos, técnicas e crenças de determinado grupo social. Diferente do patrimônio material, este tipo de cultura é transmitida de geração em geração.

Vale notar que a cultura imaterial está em constante transformação, uma vez que seus elementos são recriados coletivamente. Isso faz com que o patrimônio intangível seja muito vulnerável.

Por esse motivo, muitos programas e projetos vêm sendo desenvolvidos no Brasil e no mundo com o intuito de levantar e registrar essas práticas.

Intangível Aquilo que é incorpóreo, que não se pode tocar, pegar ou que não pode ser percebido pelo tato.



TECGrupo.com



www.tecgrupo.com

TECGrupo.com



Exemplos de Bens Imateriais:

- Danças
- Músicas
- Literatura
- Linguagem
- Culinária
- Rituais
- Festas
- Feiras
- Lendas

- Roda de Capoeira
- Círio de Nazaré
- Camaval
- Samba
- Samba de Roda
- Frevo



TECGrupo.com



Desfile da Colônia Italiana – Varre-Sai (RU)



Decoração do Desfile



Prefeitura de Varre-Sai (RU)



TECGrupo.com



Aparecida Ratinho



Encontro de Folias – Miracema (RU)



Entrega da Bandeira – IFF - Pádua



Academia Paduana de Letras, Artes e Ciências.



Maria Thereza Caldas Velasco.

Fazenda São Domingos



<http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/fazenda-sao-domingos>



Convite!!!

-  Duda Fingolo Tostes Rec
-  @Dudafingolotostes
-  @dudaftostescerimonial

www.tecgrupo.com



Captação de Voluntários

Registro de manifestações culturais, dos agentes culturais e dos artistas, através da oralidade, da escuta e do registro audiovisual

Mapeamento dos atores e ativos culturais.

Captação de Voluntários

Apresentação nas escolas da região como forma de conhecimento das tradições, saberes e fazeres culturais.

Incentivo a criação de brinquedos educativos para serem utilizados como recursos nas escolas, para aprendizagem e **valorização do patrimônio cultural**.



Endereços Úteis

<http://mapadecultura.rj.gov.br/>
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>
<http://www.inepac.rj.gov.br>
<http://www.brasil.gov.br/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>
<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>
<http://www.cultura.gov.br/inicio>
www.cultura.rj.gov.br/

www.tecgrupo.com



A todos muito obrigado pela atenção !

-  Duda Fingolo Tostes Rec
-  @ Cultura Noroeste Rio
-  @dudaftostescerimonial
-  @Cultura Noroeste Rio

www.tecgrupo.com

APÊNDICE C - RESULTADO DO MINICURSO

Resultado obtido no Minicurso Escutadores de Memória, realizado no Auditório do INFES/UFF Pádua, em 25/10/18.

Total de fichas preenchidas = 18

Quantitativo atribuído pelos alunos às atividades descritas no formulário, dos participantes que responderam os itens do formulário

5 = 14
4 = 1
3 = 0
2 = 0
1 = 0

Não responderam = 2

Querem receber informativos convites = 13

APÊNDICE D – CARTA DE APRESENTAÇÃO

Carta Convite

Prezado (a) Senhor (a),

Estamos iniciando um mapeamento dos Agentes Culturais, dos 13 municípios do Noroeste Fluminense sob orientação do Prof. DR. Daniel Paiva, através do Curso de Mestrado em Ensino da UFF - INFES.

Este trabalho é parte integrante do TEC Grupo e objetiva o registro dos Atores Culturais, em ação no momento em seus respectivos territórios, como forma de salvaguarda das tradições, manifestações e grupos culturais existentes, como também os fazeres e saberes de nossa cultura regional.

Para a obtenção das informações vão ser utilizados formulários, escutas, registro audiovisual e coleta de documentos para posterior análise e organização para fins de divulgação do valoroso poder cultural do Noroeste e de sua contribuição para a Cultura Fluminense e Brasileira.

Ressaltamos que este trabalho tem fins acadêmicos, científicos e visa a memória e a divulgação das Ações Culturais para a comunidade.

Neste momento, solicitados que V. Sra indique representantes e/ou grupos Culturais de seu município, que possam participar/contribuir com nosso trabalho. Pedimos ainda informar nome, endereço, contato telefônico ou e-mail para agendamento.

Saudações Culturais

Carlos Eduardo Fíngolo Tostes

Mestrando em Ensino PPGEn

Conselheiro Estadual de Políticas Culturais

Prof. Dr. Daniel Paiva

PPGEn, UFF/INFES

TECGrupo.com

profdanielpaiva@gmail.com

*Caso queira receber os informes de atividades realizadas pelo TEC Grupo, favor se inscrever <http://bit.ly/TECGrupoPontoCom>



TEOGrupo.com



Prezado (a) Senhor (a),

Estamos iniciando um trabalho de mapeamento dos Agentes Culturais, dos 13 municípios do Noroeste Fluminense, em parceria com a INFESI/UFF-Pádua, Grupo TEC – Tecnologia, Educação e Cognição e a orientação do Prof. DR. Daniel Paiva, através do Curso de Mestrado em Epistemologias do Cotidiano e Práticas Instituintes nas Relações Interdisciplinares na Educação.

O trabalho objetiva o registro dos Atores Culturais, em atuação no momento em seus respectivos territórios, como forma de registro e salvaguarda de suas tradições, manifestações ou grupos culturais existentes, como também os fazeres e saberes de nossa cultura regional.

O presente Projeto vislumbra o lançamento das informações obtidas, através de documentos, formulários, escutas e do registro audiovisual das expressões artísticas encontradas, como forma de manutenção e divulgação do legado cultural do Noroeste e sua contribuição para a Cultura Fluminense e Brasileira.

Portanto solicito que V. Sra indique um representante ou grupo Cultural de seu município, que possa contribuir de forma significativa, para o trabalho relatado apresentado, como voluntário participante deste possível levantamento das ações pertinentes ao Projeto e a captação de informações a serem transmitidas para as futuras gerações.

Saudações Culturais

Carlos Eduardo Fingolo Tostes
Mestrando em Ensino INFESI/UFF
Pesquisador e Articulador Cultural



CONVITE

O Projeto de Mestrado: 'Educação Patrimonial, Cultura e Oralidade: sua importância no território, tecnologias acessíveis e a dimensão simbólica', apresentado no processo Seletivo, pelo Pesquisador Mestrando, Carlos Eduardo Fingola Torres (Douto) objetiva principalmente o registro da Cultura do Noroeste Fluminense, através da transcrição da oralidade e registro audiovisual, obtida por 'Escutadores' de Memória.

O trabalho propõe, com apoio do Grupo TEC, equipe de pesquisa já constituída junto ao INFES/UFF Pádua, liderado pelo Professor Dr. Daniel Paiva, apoiar a pesquisa dos atores culturais da Região Noroeste, através de várias ações, tais como: Oficina de 'Escutadores', pesquisa de campo, entrevistas, ciclo de Palestras nas Redes Escolares e a sensibilização de pessoas interessadas na perpetuação das informações obtidas.

Os registros se darão através de relatórios, fichas técnicas e, em especial, um documentário geral elaborado a partir dos registros audiovisuais obtidos.

Priorizamos também o protagonismo de todos os envolvidos no processo de construção do Projeto, a continuar fazendo história para as futuras gerações, transformando pessoas em 'personagens', capazes de revelar através de palavras, imagens e documentos a cultura local, nos treze municípios da região.

Faça sua adesão ao Projeto, contribuindo para a perpetuação da Cultura, como fonte geradora de informações e ações de salvaguarda de nosso Patrimônio.

Participe deste grande desafio de reconhecimento do valor da Cultura em nossa sociedade, como forma de resistir às ações do tempo e de nossa memória coletiva e ser insculpada na Comunidade Acadêmica.

Contamos com sua adesão fornecendo seu nome e e-mail, para estar sincronizado com as etapas deste processo de valorização da Diversidade Cultural e histórias de vida dos cidadãos traieiros.

Vamos juntos mudar nossa história, memória e identidade dentro de sua vital importância em nossas vidas e contexto cotidiano.



Material de Contrapartida
Palavra Educação Patrimonial

Material e Equipamentos necessários na realização da Palavra de Educação Patrimonial de contrapartida da Instituição acolhedora do trabalho de pesquisa do Mestrado em Ensino INFESUFF, do Mestrando Carlos Eduardo Fingola Torres, com o Projeto: Educação Patrimonial, Cultura e Oralidade, sua importância no território, tecnologias sonoras e a dimensão simbólica.

- Espaço para a Palavra (Auditório, Sala de Reuniões, etc.)
- Projeto Data Show
- Tábua ou espaço para projeção de slides
- Caixa de Som Amplificada
- 02 Microfones

Carlos Eduardo Fingola Torres
Mestrando em Ensino (INFESUFF)
Pesquisador e Articulador Cultural

APÊNDICE E - RELATÓRIOS

Relatório nº 01

11 de abril de 2018

Evento: Aula Inaugural

Neste dia onze de abril de 2018 se inicia o Curso de Mestrado, com uma reunião com os alunos do Mestrado no Auditório da UFF/ INFES, a Aula Inaugural, sendo apresentado pela Professora Doutora, Fernanda Isfran, um panorama das disciplinas e questões relacionadas ao Curso.

A referida aula foi proferida pela Professora Doutora, Jaqueline Moraes da UERJ, com a presença dos estudantes aprovados no Processo Seletivo.

Durante a Palestra foi traçado pela Professora, o cenário da Educação e realidades brasileiras, tendo destaque o teórico brasileiro Paulo Freire e suas concepções do ensino no Brasil

Relatório nº 02

12 de abril de 2018

Evento: Disciplina Optativa

Neste dia doze de abril de 2018, se inicia a disciplina Optativa, ministrada pelo Professor Doutor Daniel Paiva, denominada Tópicos Especiais, programada para o horário das 18 às 22 horas.

Durante a aula foram apresentadas as dinâmicas e metodologias de estudo, como também a Ementa da Disciplina.

Também foram informados os conteúdos que serão tratados na disciplina, além do referencial teórico, recursos didáticos, produção de coleta de dados e os resultados das análises e considerações finais.

Houve também um entrosamento e apresentação dos discentes participantes, que contém alunos do Mestrado, das turmas de 2017 e 2018, promovendo a interlocução de todos, para futuras trocas de experiências, como também vislumbramos a produção de material acadêmico em parceria e coautoria, entre os mesmos e o Professor Orientador.

Ainda foi sugerido pelo Professor a utilização do site SCHOLAR.GOOGLE.COM, como uma fonte de pesquisas na internet, que irá proporcionar o conhecimento de fontes seguras, para o trabalho executado.

Relatório nº 03

19 de abril de 2018

Evento: Disciplina Obrigatória

Neste dia dezenove de abril de 2018, iniciou-se a disciplina obrigatória do curso, intitulada Pensamento Educacional Brasileiro Pedagogia Histórico Crítica, ministrada pela professora Doutora Adriana Pena, que também será compartilhada num segundo momento com a Professora Doutora Fernanda Isfran, na continuidade dos conteúdos que contém na ementa da Disciplina.

No primeiro momento foi realizado pela Professora um entrosamento, mediante a apresentação dos discentes, contribuindo para as relações interpessoais com os mestrandos presentes, quando todos informaram sua formação acadêmica, apresentação pessoal e profissional e em seguida seus objetos de estudo, mediante Projetos apresentados na etapa de seleção dos mesmos.

O curso tem um grupo eclético de discentes em sua iniciação acadêmica, áreas de atuação profissional, municípios diferenciados, como também alunos de Graduação da UFF recém-formados, dando continuidade aos seus estudos na mesma Universidade.

Foi informado e disponibilizado pela Professora o material teórico dos conteúdos enviados, no e-mail criado, para utilização de alunos e professores, na dinamização dos trabalhos nas aulas seguintes.

Prosseguindo a Professora esclareceu os temas a serem abordados, durante todo o desenvolvimento da Disciplina, realizando um apanhado de toda a matéria.

Relatório nº 04

10 de maio de 2018

Evento: Reunião de Orientação

Nesta oportunidade, deste dia letivo da Disciplina Optativa, após o horário da aula já prevista no calendário escolar, estive com o Professor Daniel Paiva, para uma conversa,

entendimentos, direcionamentos e sugestões do efetivo exercício da dinâmica do Projeto, por mim apresentado na Universidade.

Nesta ocasião tivemos como meta a identificação dos Ativos Culturais, já mapeados na Região Noroeste Fluminense, através do Mapa de Cultura, da SEC-RJ, como ponto de partida de nosso mapeamento do projeto, preparação do formulário do nosso Censo/ Mapeamento para preenchimento dos integrantes do levantamento, elaboração de documento de parceria com o Grupo TEC/UFF, documentação para a iniciação do ciclo de Palestras nas Escolas, tais como: termos de autorização, carta de apresentação, questionários entre outros.

Na oportunidade, foram obtidas e estabelecidas as informações sobre o Grupo TEC – Tecnologia, Educação e Cognição, a serem utilizadas na Palestra, “Economia Criativa” a ser proferida no IX Simpósio Interdisciplinar, da FASAP, no dia 15 de maio, objetivando também a adesão dos participantes da palestra, o referido projeto de pesquisa. (APÊNDICE C)

Relatório nº 05

15 de maio de 2018

Evento: IX Simpósio da FASAP

Neste dia quinze de maio de 2018, em atendimento ao Convite do Professor Alexandre Machado, do Curso de Administração da FASAP, fui proferir uma Palestra sobre “Economia Criativa”, no IX Simpósio Interdisciplinar da Faculdade de Santo Antônio de Pádua.

Na oportunidade, abordamos conceitos, termos técnicos e linguagem usual sobre Cultura, Patrimônio, Educação Patrimonial, Legislações e etapas de proteção do patrimônio cultural material, Imaterial e Economia Criativa.

Durante a palestra, foi apresentado e divulgado o Projeto de Pesquisa de Mestrado e também a forma de adesão ao Grupo TEC, com a participação e apoio do Professor Daniel Paiva.

Relatório nº 06

15 de maio de 2018

Evento: Disciplina Obrigatória

Neste dia quinze de maio de 2018, iniciou-se a disciplina obrigatória do curso, intitulada Fórum de Pesquisa, ministrada pela Professor Doutor Marcelo Nocelli, apresentando os conteúdos que contém na ementa da Disciplina.

Iniciando a aula foi realizado pelo Professor, uma dinâmica de apresentação dos discentes, contribuindo para as relações do grupo de mestrandos presentes, quando todos em seu momento realizaram a troca de conhecimentos, a formação acadêmica, apresentação pessoal e profissional e em seguida seus objetos de estudo.

Foi informado e disponibilizado, pelo Professor o material didático dos conteúdos enviados, no e-mail da Turma, para utilização de alunos e professores, na dinamização dos trabalhos nas futuras aulas.

Prosseguindo o Professor esclareceu os temas a serem abordados, durante toda o andamento da Disciplina, realizando um entendimento geral, de toda a matéria.

Relatório nº 07

22 de maio de 2018

Evento: Disciplina Obrigatória

Neste dia vinte e dois de maio de 2018, iniciou-se a disciplina obrigatória do curso, intitulada Epistemologia, ministrada pela Professora Doutora Jaqueline Souza, no prosseguimento dos conteúdos que contém na ementa da Disciplina.

No primeiro momento foi realizado pela Professora um entrosamento, mediante a apresentação dos discentes, contribuindo para as relações interpessoais com os mestrandos presentes, quando todos informaram sua formação acadêmica, apresentação pessoal e profissional e em seguida seus objetos de estudo, mediante Projetos apresentados na etapa de seleção dos mesmos.

Foi informado e disponibilizado pela Professora, o material teórico dos conteúdos enviados, no e-mail criado, para utilização de alunos e professores, na dinamização dos trabalhos, nas aulas seguintes.

Prosseguindo a Professora esclareceu os temas a serem abordados, durante toda o desenvolvimento da Disciplina, realizando um apanhado de toda a matéria.

Relatório nº 08

24 de maio de 2018

Evento: Parcerias Projeto

Para a oficialização das Parcerias do Projeto e do Grupo TEC, com as possíveis Escolas e Instituições, programadas para serem contempladas no Projeto, foram elaboradas e acordadas com o Professor Doutor Daniel e tiveram a redação aprovada e encaminhadas,

conforme os conteúdos dos arquivos em anexo: Carta de Apresentação, Convite de Adesão e Material de Contrapartida de Palestra com Exposição Temporária.

Relatório nº 09

16 de maio de 2019

Evento: Palestra de Educação Patrimonial

Nos itens abaixo, informo o período relacionado aos eventos executados, em que se encontram compreendido as datas, locais e Turmas de realização de Palestras:

Ano de 2018

Escutadores de Memória UFF Pádua, 25/10/18

CIEP 263 Lina Bo Bardi, Itaperuna, Turmas 3001 e 3002 do Curso Normal/ Formação de Professores, em 14/11/18

Colégio Municipal Nildo Caruso Nara, Itaocara, Turmas 6º ano (600 e 601) e 7º (700 e 701) ano do Ensino Fundamental, em 22/11/18

Ano de 2019

CIEP 143 Escola Municipal Professor Álvaro Augusto da Fonseca Lontra, Miracema, Turma 607, em 14/02/19

Escola Municipal Primo José Sobreira, Varre- Sai, Turmas 6º ano do Ensino Fundamental, em 26/04/19

Escola Municipal Professora Sarah Faria Braz, Santo Antônio de Pádua, Turmas 5º ano do Ensino Fundamental, em 15/05/19



Santo Antônio de Pádua: 15/05/19 - Escola Municipal Prof.^a. Sarah Faria Braz – 1º Segmento do ensino Fundamental



Santo Antônio de Pádua: Instituto Federal Fluminense Campus Pádua – Certificado Sacaiff, 27/09/2018.

-Itaocara: 22/11/18 - Escola Municipal Nildo Caruso Nara – 2º Segmento do Ensino Fundamental, Turmas 600, 601, 700 e 701





Itaperuna: 14/11/18 - CIEP 263 Lina Bo Bardi – 3º ano do Ensino Médio do Curso de Formação de Professores, Turmas 3001 e 3002, sem registro fotográfico

Varre-Sai: 26/04/19 - Escola Municipal Primo José Sobreira – 2º Segmento do Ensino Fundamental – 6º e 7º ano, Turmas 602,603,604 e 703



APÊNDICE G – HONRARIAS, CERTIFICADOS E PREMIAÇÕES RECEBIDAS



Conselho Estadual de Cultura e Fórum de



Gestores Culturais do Noroeste Fluminense

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO
SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO
4ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO

CERTIFICADO

Certificamos que CARLOS EDUARDO TOSTES
participou como **delegado(a)** na **4ª Conferência Estadual de Cultura** nos
dias 30 e 31 de agosto de 2018, na Biblioteca Parque Estadual/Centro.
Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2018.


Leandro Sampalo Monteiro
Secretário de Estado de Cultura



SECRETARIA
DE CULTURA



MINISTÉRIO DA
CULTURA



APÊNDICE H – QUADRO DA ANÁLISE SISTEMÁTICA

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
1	Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural em municípios de médio porte, excluindo-se a região metropolitana da capital, no estado de São Paulo.	NASCIMENTO, Rodrigo M. Mapeamento dos conselhos municipais de patrimônio cultural.	2019	Não	Análise quantitativa dos sites Oficiais das Prefeituras e Pesquisa documental/ Bibliográfica	Não
2	Análise de Políticas e Programas 'Federias que possibilitam maior visibilidade, por serem políticas de requalificação, na busca de melhorias das condições econômicas, culturais e sociais brasileiras.	no estado de São Paulo. Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 11, n. 1, p. 308-343, jan./jun. 2018. Disponível em: < https://rigs.ufba.br/index.php/pulturais/article/view/25809 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não		Não
3	Empreendedorismo em municípios pequenos obtidos com a preservação do patrimônio cultural, nos 44 conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN depois da Constituição de 1988, onde forma implantaram políticas municipais de preservação, que são: São Félix (BA), Corumbá de Goiás (GO) e Antônio Prado (RS).	PRETTO, Dary Neto; SERRES, Juliane Conceição P.. Políticas e Programas Federais de Preservação ao Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. Revista Caribeña de Ciencias Sociales, março/2019. Disponível em: https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/03/patrimonio-historico-cultural.html . Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Estudo de caso e Pesquisa documental/ Bibliográfica	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
4	Entendimento dos moradores de Tefé-AM sobre Patrimônio e bens culturais do município.	4. SCHNEIDER, Cristina Seibert. As cidades de tempos lentos: patrimônio cultural, desenvolvimento e políticas públicas. Colóquio, Revista do Desenvolvimento Regional, Taquara, v.16, n.2, 2019. Disponível em: < http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1216 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Entrevista e Pesquisa documental/ Bibliográfica	Não
5	Problemática de entendimento da população e poder público sobre patrimônio.	FERNANDO, Verônica Lima. Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura Plena em História, Tefé-AM, Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2018. Disponível em: < http://177.66.14.82/handle/riuea/1535 >. Acesso em: 25 jun-2019.	2019	Não	Estudo de casos e Pesquisa documental/ Bibliográfica	Não
6	Projeto educacional e projetos de educação histórica e patrimonial do Liceu de Artes e Ofícios das Bahia.	BAUER, Leticia Brandt; BORGES, Viviane Trindade. O Patrimônio Cultural e a História Pública: observações sobre os embates contemporâneos. Revista Nupem, Campo Mourão, v.11, n. 23, 2019. Disponível: < http://revistanupem.unespa.r.edu.br/index.php/nupem/article/view/629 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Equipamento audiovisual e de fotografia	Pesquisa bibliográfica/pesquisa-ação/aulas-oficinas	Recursos visuais: fotografia, desenhos, filmes e pinturas

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
7	Patrimônio esportivo e salvaguarda	LEAL, Maria das Graças Andrade. Educação histórica e patrimonial: uma experiência interdisciplinar com história e fotografia. In: ALVES, Luiz Alberto Marques (Coord.). Cruzar Fronteiras sobre o Ensino de História II. Oficinas luso-afró-brasileiras. Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2018, pp. 43-64. Disponível em: < https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16788.pdf >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Entrevista, pesquisa documental/bibliográfica e visitas técnicas.	Não
8	Relação diplomática entre Santa Sé, estado brasileiro e o patrimônio cultural religioso católico.	MITDIERI, Maria Cristina de A.; ROCHA, Luisa Maria G. M.. Patrimônio esportivo imaterial. Do mundial ao municipal: o tombamento do "bola pesada" em Niterói. Recorde: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, 2019. Disponível em: < https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25671 >. Acesso: 25-jun-2019.	2019	Não	Pesquisa documental/Bibliográfica.	Não
9	Arquitetura e urbanismo, estudos relacionados com edifícios e conjuntos urbanos de valor histórico, cultural e simbólico.	DUTRA, Roberto Rodrigues de Sales. Caminhos da Diplomacia Cultural: O diálogo entre Brasil e Santa Sé na proteção do Patrimônio Cultural Religioso. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Relações Internacionais, Recife, Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC, 2018. Disponível em: < https://faculdadedamas.edu.br/revistafd/index.php/academicomico/article/view/907 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Pesquisa documental/Bibliográfica	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
10	Bens culturais imateriais, como fonte de construção coletiva e democrática de conhecimentos nas escolas.	CERÁVOLO, Ana Lúcia; MARTINS, Carlos. Patrimônio e ensino: desafios cruzados. Revista Docomomo Brasil, Rio de Janeiro, n. 2, p. 88-96, dez. 2018. Disponível em: < http://docomomo.web2403.uni5.net/index.php/revista-Docomomo-Brasil/article/view/23 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Guia Básico de Educação Patrimonial, elaborado por HORTA et. al	Mapeamento e a descrição das ações educativas ocorridas entre 2015-2018, projeto político pedagógico das três escolas pesquisadas; entrevistas semiestruturadas com dez participantes, sendo um dirigente de ensino, três gestores e seis professores que atuam no ensino fundamental ciclo II; oficina pedagógica e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
11	Participação da população na elaboração de diretrizes e instrumentos de preservação que se constituiram a partir da definição de uma política de proteção local, no município de Visconde do Rio Branco MG.	MOLINA, Eduardo Castejon. Ensinar com o Patrimônio: O estudo para a elaboração e implementação da Política de Educação Patrimonial no Ensino Fundamental II. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Franca, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, 2019. Disponível em: < https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181362 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Inventários Técnicos	Através de estudos de tombamentos e inventários, inclusive das cidades históricas mineiras e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
12	Compreensão de patrimônio cultural na cidade está ligada aos monumentos, algo material e grandioso, o que resulta no esquecimento das práticas culturais, ou seja, o imaterial, em Tefé-AM e a ausência de projetos educacionais.	TEIXEIRA, Priscila de Oliveira. A Patrimonialização e a Gestão do Patrimônio Cultural em Visconde do Rio Branco – Minas Gerais (1986-2015). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Juiz de Fora, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, 2019. Disponível em: < http://hermes.cpd.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/9962 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Monumentos edificados na cidade.	Entrevistas e uma enquête aplicada para alunos, observação da prática de estágio supervisionado; análises qualitativas e quantitativas dos dados coletados durante a pesquisa de campo e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
13	Elaboração de um anteprojeto de Reabilitação da Usina do Queimado, em Campos dos Goytacazes-RJ, transformando-o em um Centro Cultural.	SILVA, Laisse Wladia Ferreira da. Patrimônio e educação: as metodologias da educação patrimonial nas aulas de história. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História, Tefé, Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2018. Disponível em: < http://177.66.14.82/handle/riuea/1565 >. Acesso em: 25 jun-2019.	2019	Equipamento audiovisual.	Criação de um ambiente que motive a criança a ler, a interpretar textos, a adquirir conceitos lógicos por meio de atividades artísticas, através de oficinas que as levarão à experiência de conhecerem e reconhecerem a importância do patrimônio histórico cultural campista; entrevista com o Sr. Eduardo Linhares; visitas técnicas ao local, com registro de filmagens e fotografias e pesquisas bibliográficas, históricas, documentais e referenciais de elaboração de projeto e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Ambiente motivador de prática de leitura e literatura infantil.
14	Estudo de possibilidade de ensinar História por meio da Educação Patrimonial e história local, na Ilha de Mosqueiro, Belém-PA.	SANTANA, Maria da Conceição de. Reabilitação da usina do queimado: anteprojeto de um centro cultural como recurso de educação patrimonial para crianças. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Campos dos Goytacazes, Instituto Federal Fluminense - IFF, 2019. Disponível em: < http://bd.centro.iff.edu.br/handle/123456789/2337 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	WhatsApp e uma página no Facebook.	Compartilhamento da prática de ensino de história e o produto pedagógico: um texto didático – “Ensino de História e Educação Patrimonial em Mosqueiro”, Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
15	Produção de um diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos Municípios de Naranjiba, Presidente Prudente e Iepê- SP.	TAVARES, Daniel Rodrigues. O ensino de história por meio da educação patrimonial na ilha de mosqueiro. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ensino Profissional de História (PROFHISTÓRIA), Universidade Federal do Pará – campus Ananindeua, UFPA, 2019. Disponível em: < http://repositorio.ufpa.br/jsui/handle/2011/10597 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Trabalho desenvolvido nessas localidades pelo Laboratório de Arqueologia Guarani da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus Presidente Prudente e uma avaliação das políticas públicas sobre o patrimônio arqueológico vigentes nesses municípios, Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
16	<p>Resultado do acompanhamento das ações desenvolvidas pelo</p> <p>Departamento do Patrimônio Imaterial do IPHAN, relativas ao Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).</p>	<p>MONTARDY, Lisandra Hernández. Diagnóstico sociocultural do patrimônio arqueológico nos municípios de Narandiba, Presidente Prudente e Iepê, São Paulo, Brasil. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181234>. Acesso em: 25-jun-2019.</p>	2019	Registro do Patrimônio Cultural Imaterial das Linguagens Brasileiras e Diversidade Linguística e Inventários Linguísticos.	Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
17	<p>Aplicação de uma Educação Patrimonial voltada à cultura local, contextualizada com o semiário sanfranciscano, na cidade de Juazeiro-BA, para compreender a percepção de docentes e discentes do Colégio Municipal Paulo VI sobre o patrimônio cultural da cidade.</p>	<p>PEREIRA, Giovana Ribeiro. Quando língua é patrimônio? Políticas de patrimônio e de promoção da diversidade linguística no contexto do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/PEREIRA_Giovana-Dissertacao_Final.pdf>. Acesso em: 25-jun-2019.</p>	2019	Questionário semiaberto, aplicado de forma presencial na Escola.	Levantamento dos patrimônios culturais da cidade e seu estado atual de preservação e conservação e em seguida a aplicação de pesquisa no espaço escolar que foi realizada com Professores e alunos; construção e formulação de políticas públicas educacionais centradas no Patrimônio Cultural da cidade e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Gincana estudantil.
18	<p>Desenvolvimento de um projeto que deve seguir uma visão holística do meio ambiente, trabalhar uma perspectiva internalista de natureza e resgatá-la como patrimônio no Distrito Federal.</p>	<p>FRANÇA, Lucas Belfort de. Possibilidades e desafios da educação patrimonial na cidade de Juazeiro-BA. Dissertação de Mestrado. Juazeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Territórios Semiáridos, Universidade do Estado da Bahia – UEBA, 2019. Disponível em: <https://portal.uneb.br/ppge-sa/wp-content/uploads/sites/119/2019/04/LUCAS-BELFORT-DE-FRAN%C3%87A.pdf>. Acesso em: 25-jun-2019.</p>	2019	Espaços educativos alternativos.	Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
19	Esboço inicial de um Plano de Gerenciamento de Risco para a Coleção de Obras Raras da Biblioteca Joaquim Cardozo, Recife-PE	SOBRINHO, Hugo de Carvalho; SUESS, Rodrigo Capelle; COSTA, Luis Fernando Celestino da. Uma nova abordagem de natureza na Educação Ambiental: o caso do Projeto Parque Educador - Distrito Federal. Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 10-19, mar. 2019. ISSN 2359-2494. Disponível em: < http://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/artic le/view/605 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Benchmark Collection Care 2.0	Instrumentos de gerenciamento de riscos, quantificando o impacto de cada risco encontrado; pesquisa exploratória, estudo de caso e aprofundamento de análises mais técnicas e específicas que mostrarão de forma mais eficaz os possíveis resultados de restauração.	Não
20	Gestão Haddad em São Paulo e a formulação do Plano Municipal de Cultura e a comparação com mais oito democracias capitalistas.	20. SILVA JÚNIOR, Adalberto Trajano da. Plano de Gerenciamento de Risco: uma análise da coleção de obras raras da Biblioteca Joaquim Cardozo. Trabalho de Conclusão de Curso. Recife, Departamento de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, 2019. Disponível em: < https://attenu.ufpe.br/handle/123456789/30656 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
21	Investigação de como o centro histórico tombado, sofreu e sofre permanências e modificações após o tombamento em Porto Nacional - TO.	FARINA, Amílcar Ferraz. O arbitrário cultural em democracias capitalistas: princípio de visão e divisão no campo das políticas de formação cultural. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais, USP, 2019. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100135/tde-14012019-093108/en.php >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Fenomenologia	Aplicação de questionários, conversas com os moradores do espaço geográfico territorial tombado e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
22	Percepção dos monumentos da cidade de Praia, na ilha de Santiago, Cabo Verde, têm sido objetos de estudo na disciplina de Educação Artística e se detêm saberes que contribuirão para o ensino/aprendizagem, propondo inovação das estratégias e prática pedagógica.	SANTOS, Antonio Miranda dos. Centro histórico de Porto Nacional, TO: um lugar tombado. Dissertação de Mestrado. Porto Nacional, Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFTO, 2019. Disponível em: < http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1115 >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Não	Observação direta em pesquisa de campo, questionários e entrevistas e Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não
23	Proposta didática, para o ensino da disciplina de História a partir de fontes patrimoniais, incorporando o uso do patrimônio histórico local do Centro Histórico de Belém: sendo o Forte do castelo e a Praça Frei Caetano Brandão.	BRITO, Fernanda Lima da Luz. Monumentos da Praia: Um Recurso Pedagógico. Dissertação de Mestrado. Viana do Castelo, Mestrado em Educação Artística, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, 2018. Disponível em: < http://repositorio.ipv.pt/bitstream/20.500.11960/2168/1/Fernanda_Brito.pdf >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Debates com os alunos de Mestrado Profissional de Ensino de História.	Debates com os alunos de Mestrado Profissional de Ensino de História.	Não
24	: Uma coletânea de reflexões no campo da arqueologia no país e no mundo.	FUNARI, Pedro Paulo; CAMARGO, Vera Regina Toledo (orgs.). Divulgando o Patrimônio Arqueológico. Rio de Janeiro, Bonecker Editora, 2018. Disponível em: < https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=lang_pt&id=lsyCDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA58&dq=%22educac%C3%A7%C3%A3o+patrimonial%22+%2B+%22bens+culturais%22+%2B+prote%C3%A7%C3%A3o+de+patrim%C3%B4n%20o+cultural+%2B+legisla%C3%A7%C3%A3o&ots=DJASy1bUHQ&sig=qjzW-VcwXhTbwiEhj9jwd0GU70#v=onepage&q&f=false >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	E-livro	Atividades práticas e estabelecimento de políticas públicas inovadas em parceria com a Academia de la História de Cuba e a Oficina del Historiador de la Habana; Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Não

QUADRO DE ANÁLISE SISTEMÁTICA (continuação)

Nº	Temas de Abordagens	Referências Bibliográficas	Ano	Recurso Tecnológico	Recurso Experimental	Recurso Lúdico
25	Tese analítica de viabilidade para a construção de cenários arqueológicos turísticos, pautado nas especificidades locais em Canindé de São Francisco e São Cristóvão-SE.	ALVES, Laura Almeida de Calasans. Turismo arqueológico em Sergipe: do espaço de contemplação à construção de cenários arqueológicos para práticas turísticas. Tese de Doutorado. Laranjeiras, Programa de PósGraduação em Arqueologia, UFS, 2019. Disponível em: < https://www.repositorio.ufs.br/handle/riufs/10785 >. Acesso em: 26-jun-2019.	2019	Sítios arqueológicos pré-coloniais e históricos e a cenografia.	Hipótese e confirmação que os destinos estudados possuem viabilidade para prática do turismo arqueológico, a implantação de um plano arqueológico interpretativo e roteiros subdivididos em trilhas temáticas, respaldados na conservação, fortalecimento da identidade local, preservação do patrimônio e promoção do destino turístico e geração de renda, ancorado no novo fazer de turismo integrado à arqueologia a serviço da comunidade.	Modelos sustentáveis de cenários dinâmicos.
26	Escolha do samba de roda de Dona Dalva Damiana, em Cachoeira, no Recôncavo da Bahia, como fonte histórica e mecanismo metodológico para criar estratégias de ensino de História.	ALMEIDA, CRISTIANO AMARAL DE. Relatório de produção do documentário "dona dalva: uma compreensão semiótica no ensino de história". Relatório técnico. Cachoeira, Programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, 2018. Disponível em: < https://www.ufrb.edu.br/mp/historia/images/RELAT%C3%93RIO_FINAL_CRISTIANO_ALMEIDA.pdf >. Acesso em: 25-jun-2019.	2019	Debate com alunos das séries finais do Ensino Fundamental.	O debate e coloca a história em diálogo com a Geografia, Sociologia, Filosofia, Artes e Literatura; provocar discussões que apontem para as desigualdades sociais, a desqualificação, a acometida com maior ênfase às populações com origens nas matrizes africana, indígena e afro-brasileiras, como também o racismo e o preconceito; Pesquisa documental/ Bibliográfica.	Samba de Roda

Fonte: Elaboração do Autor

APÊNDICE I – PLANEJAMENTO EDUCACIONAL ANUAL

PLANEJAMENTO ANUAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/PATRIMÔNIO IMATERIAL			
ENSINO FUNDAMENTAL II – 6º ANO			
I – OBJETIVO GERAL: Identificar as características étnico-culturais dos povos americanos, relacionando-as às matrizes europeias, africanas e indígena na efetivação do Patrimônio Imaterial			
II - BIMESTRES	III CONTEÚDOS	IV – OBJETIVOS/METODOLOGIAS	V - AVALIAÇÃO
1º	CULTURA COMO FORMA DE EXPRESSIVIDADE	° Conhecer as características étnico-culturais, suas diversas linguagens como forma de <u>expressividade cultural</u>	° Observar a participação direta e/ou indireta do aluno na
2º	PATRIMONIO IMATERIAL INDÍGENA	° Perceber a contribuição da cultura indígena na construção da cultura brasileira utilizando e/ou produzindo artisticamente misturas cromáticas, pigmentos nas atividades propostas.	
3º	PATRIMONIO IMATERIAL AFRICANO	° Identificar a presença da arte africana e sua importância na vida cultural de nosso país utilizando elementos visuais como: ponto, linha e formas geométricas na produção artística.	
4º	PATRIMONIO IMATERIAL EUROPEU	° Reconhecer a influência da cultura europeia nas artes visuais, na música e dança brasileira, utilizando recursos tecnológicos como internet, vídeo e fotografia como meios de pesquisa e registro das manifestações culturais brasileiras.	

PLANEJAMENTO ANUAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL				
ENSINO FUNDAMENTAL II – 7º ANO				
I – OBJETIVO GERAL: Identificar as manifestações presentes no patrimônio cultural imaterial presente na localidade, suas formas de expressão voltadas para a valorização e a salvaguarda				
II – BIMESTRES		III - CONTEÚDOS	IV – OBJETIVOS/METODOLOGIAS	V- AVALIAÇÃO
1º		MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL	° Realizar uma pesquisa de campo usando o mapeamento das manifestações, utilizando as novas tecnologias nos registros necessários	° Observar a participação direta e indireta do aluno no contato com as diversas manifestações presentes nos territórios.
2º		ESTUDOS TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA	° Pesquisar os territórios de abrangência utilizando gráficos e mapas específicos.	
3º		REGISTRO FOTOGRÁFICO COMO FORMA DE ACERVO	° Registrar através de fotografias as manifestações resultantes na catalogação como forma de acervo	
PLANEJAMENTO ANUAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/PATRIMÔNIO IMATERIAL LOCAL				
ENSINO FUNDAMENTAL II – 8º ANO				
I – OBJETIVO GERAL: Observar os prédios históricos presentes no contexto histórico, arquitetônico, paisagístico e cultural local				
II – BIMESTRES	III - CONTEÚDOS	IV – OBJETIVOS/METODOLOGIAS		
1º	A CULTURA PRESENTE NA ARQUITETURA E PAISAGISMO	° Realizar estudo de espécies da flora e fauna e contar histórias de pesquisa na internet		
2º	PRÉDIOS QUE CONTAM HISTÓRIAS	° Realizar pesquisa de prédios históricos e contar histórias em sites e ou aplicativos		

3º	REPRODUÇÃO HISTÓRICA	° Produzir maquetes reproduzindo prédios históricos utilizando material não convencional.				
4º	RELEITURA HISTÓRICA	° Produzir maquetes de prédios históricos num processo de releitura em papelões e/ou outro material reciclável alternativo				
4º			REGISTRO DE ORALIDADES (GRIÔS) COMO FORMA DE ACERVO	° Entrevistar os Griôs existentes nas manifestações resultando em vídeos alusivos, como forma de valorização e registro		

APÊNDICE J – CARTA DE RETORNO AS UNIDADES DE ENSINO PARTICIPANTES DO PROJETO

Modelo da Carta de solicitação de reunião

Miracema, --, de ---- de 2020.

Prezado Diretor

O Patrimônio Cultural são bens culturais que precisam ser preservados e também perpetuado as futuras gerações, contribuindo para a formação da identidade e memória do povo.

Neste intuito vislumbramos disseminar a prática da Educação Patrimonial através do Projeto de Mestrado, no INFES/UFF, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Paiva, denominado “Iniciativas para Incentivo à Educação Patrimonial em Municípios do Noroeste Fluminense”, em contribuição as tradições latentes no Noroeste

PLANEJAMENTO ANUAL - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL/CONTEXTUALIZAÇÃO			
ENSINO FUNDAMENTAL II – 9º ANO			
I OBJETIVO: Identificar a contextualização da arte patrimonial na contemporaneidade			
II – BIMESTRES	III - CONTEÚDOS	IV – OBJETIVOS/METODOLOGIAS	V- AVALIAÇÃO
1º	ARTE E MUNDO GLOBALIZADO	° Perceber a arte contemporânea como forma interdisciplinar e integrada nas diversas linguagens através do estudo de telas e obras de arte, de artistas contemporâneos	° Observar a participação direta e indireta do aluno mediante pesquisas, relatos e apreciação sobre a arte patrimonial
2º	ARTE PATRIMONIAL COMO VEÍCULO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	° Apreciar os prédios históricos na atualidade, como forma de resistência e mobilização social realizando o resgate histórico do mesmo através da produção de relatos	
3º	INVENTÁRIO, TOMBAMENTO E REGISTRO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	° Realizar pesquisa na comunidade de prédios históricos, como forma de norteamento para a efetivação do processo de inventários e tombamento	
4º	PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA PATRIMONIAL	° Estudar as possibilidades de preservação e salvaguarda de prédios históricos como forma de gerar uma catalogação registrando tais conceitos	

Fluminense e suas expressões artísticas, por meio deste trabalho e pesquisa acadêmica.

Portanto após realização da primeira etapa proposta, efetivado na Palestra em sua unidade Escolar, solicito uma nova oportunidade de retomada deste Projeto, nesta Escola.

Na oportunidade estarei convidando a participação de V. Sra. e demais membros da Direção, Coordenação Pedagógica e possíveis Professores das Disciplinas a afim (Artes, História, Geografia), para que eu possa apresentar e presentear a Escolar com um Kit Cultural digital, contendo: Planejamento Anual, Planos de Aula, Dissertação de Mestrado e publicações, objetivando a contribuição com os métodos de ensino, de valorização da Cultura em suas formas e expressões.

Mediante o exposto aguardo retorno para agendamento da reunião com os profissionais educadores envolvidos, da sua Escola, a iniciar-se no retorno do Ano Letivo, promovendo assim a conclusão do Projeto e a difusão da Educação Patrimonial em nossa região, desejando encontrar êxito nesta proposta.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Fíngolo Tostes

Mestrando

Prof. Dr Daniel Costa de Paiva

Orientador

APÊNDICE K – CARTA DE ENCAMINHAMENTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Modelo da Carta de Encaminhamento aos Conselhos Municipal de Educação e Cultura

Miracema, --, de ---- de 2020.

Prezado Presidente do Conselho

O Patrimônio Cultural são bens culturais que precisam ser preservados e também perpetuado as futuras gerações, contribuindo para a formação da identidade e memória do povo.

Neste intuito vislumbramos disseminar a prática da Educação Patrimonial através do Projeto de Mestrado, no INFES/UFF, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Costa de Paiva, denominado “Iniciativas para Incentivo à Educação Patrimonial em Municípios do Noroeste Fluminense”, em contribuição as tradições latentes no Noroeste Fluminense e suas expressões artísticas, por meio deste trabalho e pesquisa acadêmica.

Portanto após a Conclusão e Aprovação da Dissertação encaminho a mesma, para análise, avaliação e incentivo a implantação da Educação Patrimonial, nas Escolas de seu município, em tratativa com os demais membros deste Conselho para aprovação, como também com o Secretário de Educação e Cultura, no propósito de juntos efetivarem esta atividade, com os Diretores, Professores e Alunos.

Na oportunidade informo, que no material a ser enviado consta de um Kit Cultural digital, contendo: Planejamento Anual, Planos de Aula, Dissertação de Mestrado, publicações e Legislações pertinentes, objetivando a contribuição com os métodos de ensino, de valorização da Cultura em suas formas e expressões.

Mediante o exposto, aguardo retorno para quaisquer necessidades, as quais me coloco à disposição, e o possível agendamento de uma reunião extraordinária com os Conselheiros Municipais, de seu município, quando iniciar o retorno do Ano Letivo, caso seja de Vosso interesse, promovendo assim a conclusão do Projeto e a difusão da Educação Patrimonial em nossa região, desejando encontrar êxito nesta proposta.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Fíngolo Tostes
Mestrando

Prof. Dr Daniel Costa de Paiva
Orientador

ANEXO A - KIT PEDAGÓGICO E CONTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES COOPERADORES DO PROJETO

Aula de arte - 7º ano

Aluno _____

Turma: _____ Data: _____

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

O Patrimônio Cultural pode ser definido como um bem (ou bens) de natureza material e imaterial considerado importante para a identidade da sociedade brasileira.

Segundo artigo 216 da Constituição Federal, configuram patrimônio "as formas de expressão; os modos de criar; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico."

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) é responsável por promover e coordenar o processo de preservação e valorização do Patrimônio Cultural Brasileiro, em suas dimensões material e imaterial.

Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Desta forma podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais.

BENS IMATERIAIS BRASILEIROS

A festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Feira de Caruaru, o Frevo, a capoeira, o modo artesanal de fazer Queijo de Minas, as matrizes do Samba no Rio de Janeiro.



O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis– núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

BENS MATERIAIS BRASILEIROS

Os conjuntos arquitetônicos de cidades como Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE) e São Luís (MA); os paisagísticos, como Lençóis (BA), Serra do Curral (Belo Horizonte), Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Bonito, MS) e o Corcovado (Rio de Janeiro).



Patrimônio Cultural de Miracema

O conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico do centro histórico de Miracema foi tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).



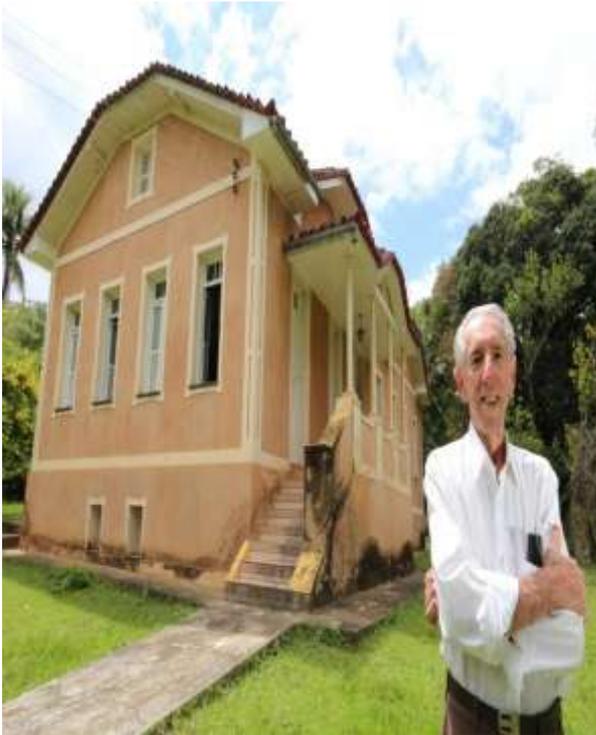
Além de ruas, avenidas e praças, o patrimônio protegido inclui o prédio do Hospital de Miracema, as chaminés da fábrica de ladrilhos Cerâmica Miracema, a chaminé da Usina Santa Rosa, as capelas de Areia, de Nossa Senhora do Paraíso, em Paraíso do Tobias, e de Venda das Flores, em Venda das Flores. As áreas tombadas são: Rua Marechal Floriano (Rua Direita), Praça Dona Ermelinda, Praça Ary Parreiras, Rua João Pessoa, Praça Josephina de Barros Tostes, Rua Paulino Padilha, Rua Dr. Monteiro, Rua Francisco Dias Tostes, Rua Temístocles, Praça Bruno de Martino, Rua Santo Antônio, Praça Getúlio Vargas, Rua Coronel José Carlos Moreira (Rua das Flores), Rua João Rosa Damasceno, Rua Francisco Procópio, Rua Coronel Josino, Rua Barroso de Carvalho e Rua Matoso Maia.

Em mais de um século de existência (fundada em 1898), passaram pelos bancos da Sociedade Musical Sete de Setembro diversas gerações de músicos de Miracema. Querida pelos moradores do município, a Sociedade foi reconhecida em 2008 como Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro.

A sede da Banda Sete, como é chamada em Miracema, fica em um prédio de estilo eclético, de 1929. A fachada foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).

A fazenda Santa Inês é um dos principais legados históricos de Miracema. Em 2011, foi identificado em suas terras um sítio arqueológico dos primeiros habitantes da região, os índios Puris. Trata-se de uma espécie de oficina onde se elaboravam artefatos como machados.





Os sinais de polimento e amolação aparecem nas rochas da cascata que corta o terreno. Primeiro do gênero no interior do estado, o sítio foi descoberto pela arqueóloga Nanci de Oliveira, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O próximo passo é fazer um mapeamento georreferenciado do local. Possivelmente há outros sítios na região, com mais informações sobre os Puris?, aposta Nanci.

A Santa Inês guarda ainda uma aura mística. Em 1996, uma vidente teria recebido ali mensagens de Nossa Senhora. O local da suposta aparição foi transformado em santuário onde é realizada missa semanal e um grupo de miracemenses se reúne para ouvir a Virgem. O proprietário da Santa Inês, Roberto Lopes, nascido na fazenda em 1934, desfia milagres realizados e acredita que a Santa Inês é um lugar especial. Nossa Senhora disse que, dos quatro cantos do céu, este é o mais habitado pelos anjos. Uma ufóloga também já afirmou que uma

nave mãe recebe neste local a visita das



naves filhas em viagem pelo sistema planetário?. Belas paisagens e muitas histórias não faltam na Santa Inês.

Em junho de 2014, a fazenda Santa Inês abre as portas para visitação pela primeira vez. Todo o acervo, uma autêntica lavoura arcaica, está reunido no Centro de Cultura e Memória e inclui também uma variedade de objetos de torturas de escravos. Fazem parte da exposição alguns cômodos do casarão da Santa Inês, de estilo neoclássico; mobiliários do século 19; um antigo engenho de açúcar e a área externa da fazenda de mil hectares.

Atividades sobre Patrimônio e Preservação

PATRIMÔNIO E PRESERVAÇÃO

A criação de uma mentalidade brasileira de preservação dos monumentos e dos sítios históricos remonta aos anos de 1930, sob a inspiração do escritor modernista Mário de Andrade. Sob sua influência, Getúlio Vargas criou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – **IPHAN** – em 1932, responsável pela política de proteção do patrimônio cultural do país. O êxodo rural dos anos 60/70, foi acompanhado de um período de crescimento urbano-industrial nunca visto na história do país, bem como da exacerbação das desigualdades sociais. Neste clima de conflito entre preservação e crescimento urbano, os estados e municípios foram convocados a participar do esforço de preservação patrimonial com a criação do **IEPHA** – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, como o IEPHA/MG. Os conflitos e contradições entre desenvolvimento e preservação de valores culturais/ ecológicos, ameaças aos sítios históricos e arqueológicos era também um problema mundial. Em resposta, a UNESCO - órgão das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura -, criou a Convenção do Patrimônio Mundial. O Brasil tem 17 bens patrimoniais tombados pela UNESCO como Patrimônios da Humanidade. Os municípios e comunidades foram efetivamente convocados a participar do esforço de preservação patrimonial a partir da Constituição Federal de 1988, como indica o Plano Diretor e de gestão da cidade.

PATRIMÔNIOS BRASILEIROS TOMBADOS PELA UNESCO COMO PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE

- 1 - Parque Nacional do Jaú - é o maior parque do mundo em floresta tropical úmida e intacta.
- 2 - A cidade histórica de Ouro Preto, antiga capital das Minas Gerais, tem origem na descoberta do ouro. Cidade está ligada à Inconfidência Mineira, movimento pela Independência do Brasil.
- 3 - O centro histórico de Olinda.
- 4 - As ruínas jesuítico-guaranis de São Miguel das Missões - RS, antiga região espanhola, a Província Jesuítica do Paraguai.
- 5 - O centro histórico de Salvador - Fundada por Thomé de Souza
- 6 - O Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas é a obra-prima de Aleijadinho.
- 7 - Parque Nacional do Iguaçu - água grande, em Guarani.
- 8 - Brasília (Plano Piloto)
- 9 - Parque Nacional Serra da Capivara - no Município de São Raimundo Nonato, PI, foi criado para preservar os vestígios da mais antiga ocupação humana da América do Sul, há cerca de 50 mil anos.
- 10 - Centro Histórico de São Luís
- 11 - Diamantina -
- 12 - Pantanal Matogrossense - é a mais extensa área úmida contínua do planeta.
- 13 - Costa do Descobrimento - Reserva da Mata Atlântica com excepcional valor do ponto de vista da ciência e da preservação de ecossistema de interesse universal.
- 14 - Reserva Mata Atlântica - Depois de mais de 500 anos de ocupação, apenas uma área de 7% da Mata Atlântica ainda permanece de pé.
- 15 - Reservas do Cerrado - O Parque Nacional das Emas e o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizados no Estado de Goiás.
- 16 - Centro Histórico de Goiás -
- 17 - O arquipélago de Fernando de Noronha, em Pernambuco



**ENCONTRE NO DIAGRAMA OS PATRIMONIAIS BRASILEIROS TOMBADOS PELA UNESCO
COMO PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE**

P	A	R	Q	U	E	D	O	J	A	Ú	A	S	R	T	Y	U	I	O	P	Q	W	E	R	O
Q	W	E	R	T	Y	U	I	O	O	P	D	I	A	M	A	N	T	I	N	A	A	S	D	L
S	A	P	S	A	S	A	S	A	S	A	S	D	F	G	H	J	K	L	Ç	Ó	P	P	O	I
À	A	A	E	P	A	R	Q	U	E	D	O	I	G	U	A	Ç	U	A	S	A	S	A	S	N
O	S	N	R	Q	W	E	R	T	Y	U	I	O	P	O	I	U	Y	T	R	E	W	Q	A	D
L	D	T	T	C	O	S	T	A	D	O	D	E	S	C	O	B	R	I	M	E	N	T	O	A
U	A	A	T	Y	U	U	Y	Y	U	I	U	O	P	O	A	S	D	F	G	H	J	K	L	L
Í	C	N	S	À	O	M	I	G	U	E	L	D	A	S	M	I	S	S	Õ	E	S	Q	S	Q
S	I	A	S	A	S	A	S	A	H	N	O	R	O	N	E	D	O	D	N	A	N	R	E	F
Q	T	L	A	A	A	Z	D	F	G	H	J	K	L	Ç	I	\	B	V	B	N	A	S	A	Q
A	N	Q	L	S	S	X	P	L	A	N	O	P	I	L	O	T	O	A	S	D	F	G	H	J
Q	A	W	V	D	A	C	L	K	J	H	G	G	H	J	H	K	I	U	O	P	Q	W	A	S
A	L	Q	A	F	X	V	Z	X	Z	V	B	V	B	N	M	N	M	O	D	A	R	R	E	C
Q	T	W	D	G	C	B	M	A	T	O	S	I	N	H	O	S	Z	X	Z	X	Z	N	M	U
A	A	Q	O	H	V	N	A	S	D	F	G	H	J	K	L	Ç	L	Ç	L	Ç	L	Ç	S	M
D	A	R	R	J	B	M	A	S	D	F	G	H	J	K	L	Ç	Ç	Ç	A	S	D	A	À	F
S	T	A	Q	K	S	E	R	R	A	D	A	C	A	P	I	V	A	R	A	A	S	D	I	A
D	A	S	A	L	B	N	A	S	D	F	G	H	J	K	L	Ç	P	O	I	Q	W	E	O	Q
D	M	A	A	Ç	N	M	Z	X	C	V	O	U	R	O	P	R	E	T	O	Z	X	Z	G	Z

RESPONDA:

1. O que é IPHAN?
2. Que presidente criou o IPHAN? Sob influência de que escritor famoso?
3. O que é IEPHA?
4. O que é UNESCO?



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
1º TRIMESTRE	5ª AULA EF-6º ano	(*) AVALIAÇÃO QUINZENAL	(* _)	(*)	(*)	(*)	(*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7º ano	(*) AVALIAÇÃO QUINZENAL	(* _)	(* _)	(* _)	(*)	(*)	
	EF-8º ano	(*) AVALIAÇÃO QUINZENAL	(* _)	(* _)	(* _)	(*)	(*)	
	EF-9º ano	*FOTOGRAFIA	*Fotografar dentro do contexto municipal o stipos de fotografia: de viagem, documental e retrato.	*Registrar mediante fotografia os tipos de fotografia existentes	*Material Didático -págs- 11 a 13	(*)	(*)	
	EM-1ª série	(*) AVALIAÇÃO QUINZENAL	(* _)	(* _)	(* _)	(*)	(*)	
	EM-2ª série	*Impressionismo na arquitetura	*Estudar e refletir sobre a arte de RODIN	*Assistir a documentário sobre biografia do artista	*Material Didático -págs- 7 e 8	(*)	(*)	
	EM-3ª série	(*) AVALIAÇÃO QUINZENAL	(* _)	(* _)	(* _)	(*)	(*)	

**PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018**

PROFª ANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
1º TRIMESTRE	8ª AULA EF-6º ano	ARTE EGÍPCIA	*Conhecer as características da civilização egípcia e o movimento artístico nela presente	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-15 e 16	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7ºano	PICASSO /BRAQUE	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos pintores	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-14 a 17	(*)	(*)	
	EF-8º ano	PORTINARI/BRUNO GIORGI	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos artistas	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-12 e 13	(*)	(*)	
	EF-9º ano	ARTE/AUTISMO	*Informar sobre o autismo e suas características	*Confecção de mural alusivo PAINEL /PUZZLE	*Cartolinas e fitas coloridas	(*)	(*)	

EM-1ª série						(*)	(*)	
EM-2ª série	ARTE/AUTISMO	*Informar sobre o autismo e suas características	*Confecção de mural alusivo PAINEL /PUZZLE	*Cartolinas e fitas coloridas		(*)	(*)	
EM-3ª série	BARROCO	*Conhecer as características da arte barroca e o movimento artístico nela presente	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs 20 a 25		(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 02/04/2018 a 06/04/2018



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
1º TRIMESTRE	9ª AULA EF-6º ano	ELEMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL	*Conhecer as características dos signos e da linearidade	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-17 e a 19	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7ºano	PICASSO /BRAQUE	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos pintores	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-14 a 17	(*)	(*)	
	EF-8º ano	GRUPO SANTA HELENA	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos artistas	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-14 a 16	(*)	(*)	

EF-9º ano	MPB e GRAUS DA ESCALA MUSICAL	*Conhecer o processo histórico da MPB e aprender sobre ESCALA MUSICAL	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-3 a 6	(*)	(*)	
EM-1ª série	ARTE EGÍPCIA	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos pintores	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 16 a 19	(*)	(*)	
EM-2ª série	CUBISMO	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos artistas	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 17 e 18	(*)	(*)	
EM-3ª série	ALEJADINHO E MESTRE ATAÍDE	*Conhecer as características da arte barroca e o movimento artístico nela presente	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs 26 a 30	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 09/04/2018 a 13/04/2018



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
1º TRIMESTRE	13ª AULA EF-6º ano	REINO E PROPRIEDADE DOS SONS	Reconhecer a diversidade de sons presente no cotidiano	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-1 a 7	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7ºano	ESCRITA MUSICAL (Continuidade)	Reconhecer notas nas linhas e nos espaços	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-1 a 10	(*)	(*)	
	EF-8º ano	BOSSA NOVA	Reconhecer e vivenciar o movimento musical e seus participantes	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-24 a 27	(*)	(*)	

EF-9º ano		Reconhecer as figuras musicais	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -pág- 17	(*)	(*)	
EM-1ª série	Arte Romana(REVISÃO)	Conhecer as obras de arte presentes na civilização romana	* Leitura informativa do material didático	*Material didático págs 30 a 37	(*)	(*)	
EM-2ª série	Arte Abstrata(REVISÃO)	Produzir uma obra de arte dentro da proposta da arte abstrata	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-46 e 47	(*)	(*)	
EM-3ª série	Arte Brasileira no final do século XIX(REVISÃO)	Conhecer as manifestações artísticas presentes no século XIX	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs 40 a 49	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 14/05/18 a 18/05/18



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
	EF-6º ano	O REINO E AS PROPRIEDADES DOS SONS	*Perceber a presença dos sons nos mais variados contextos	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-1 A 6	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio
	EF-7ºano	FONOMÍMICA	*Identificar a produção de sons através dos gestos	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-14 e 15	(*)	(*)	(*) Repetição
	EF-8º ano	GRANDES COMPOSITORES	*Conhecer os grandes compositores de música clássica-	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-15 e 16	(*)	(*)	

EF-9º ano	Movimento Musical- Bossa Nova	*Conhecer o movimento e os artistas que dele fizeram parte	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -pág-20 a 25	(*)	(*)	
EM-1ª série	Arte na Idade Média	*Conhecer o movimento e as obras que dele fizeram parte	* Leitura informativa do material didático	*Material didático págs 44 a 55	(*)	(*)	
EM-2ª série	ARTE NOVEAU	*Conhecer o movimento e as obras que dele fizeram parte	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 49 a 55	(*)	(*)	
EM-3ª série	PORTINARI e VOLPI	*Conhecer os artistas e as obras que dele fizeram parte	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs 65 e 66	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 04/06/18 08/06/18



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
	EF-6º ano	MANDALAS	*Conhecer a origem das mandas e suas produções	* Leitura informativa em sites e revistas	*Sites e revistas	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7ºano	MANDALAS	*Conhecer a origem das mandas e suas produções	* Leitura informativa em sites e revistas	*Sites e revistas	(*)	(*)	
	EF-8º ano	Artes cênicas-Produção teatral -ALICE	*Conhecer a origem das mandas e suas produções	* Leitura informativa em sites e revistas	*Sites e materiais específicos	(*)	(*)	

EF-9º ano	MANDALAS	*Conhecer a origem das mandas e suas produções	* Leitura informativa do material didático	*Sites e revistas	(*)	(*)	
EM-1ª série	Estudo sobre atualidades	*Estudar e discutir assuntos da atualidade-Coreia do Norte e EUA uma relação de poder	* Leitura informativa em jornais e revistas específicas	Jornais e revistas	(*)	(*)	
EM-2ª série	Estudo sobre atualidades	*Estudar e discutir assuntos da atualidade-Coreia do Norte e EUA uma relação de poder	* Leitura informativa em jornais e revistas específicas	Jornais e revistas	(*)	(*)	
EM-3ª série	Estudo sobre atualidades	*Estudar e discutir assuntos da atualidade-Coreia do Norte e EUA uma relação de poder	*Leitura informativa em jornais e revistas específicas	Jornais e revistas	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 18/06/18 a 22/06/18



TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
EF-6º ano	ARTE JUNINA	*Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
EF-7º ano	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	
EF-8º ano	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	
EF-9º ano	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	

EM-1ª série	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	
EM-2ª série	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	
EM-3ª série	ARTE JUNINA	Conhecer a história dos festejos juninos e produzir peças de decoração alusivas.	* Leitura informativa e produção de peças de decoração junina	*Sites e revistas com moldes específicos	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 25/06/18 a 29/06/18



	TURMAS	CONTEÚDOS	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Procedimento Didático (atividade)	Recurso Didático	Nº de aulas (tempo estimado)	Forma de avaliação	OBSERVAÇÕES
1º TRIMESTRE	9ª AULA EF-6º ano	ELEMENTOS DA LINGUAGEM VISUAL	*Conhecer as características dos signos e da linearidade	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 17 e a 19	50 min. (*)	*Observação direta da participação do aluno nas atividades propostas (*)	LEGENDA: EF-Ensino Fundamental EM-Ensino Médio (*) Repetição
	EF-7ºano	PICASSO /BRAQUE	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos pintores	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 14 a 17	(*)	(*)	
	EF-8º ano	GRUPO SANTA HELENA	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos artistas	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 14 a 16	(*)	(*)	
	EF-9º ano	MPB e GRAUS DA ESCALA MUSICAL	*Conhecer o processo histórico da MPB e aprender sobre ESCALA MUSICAL	* Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs-3 a 6	(*)	(*)	

	EM-1ª série	ARTE EGÍPCIA	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos pintores	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 16 a 19	(*)	(*)	
	EM-2ª série	CUBISMO	*Conhecer as manifestações artísticas presentes nas obras dos artistas	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs- 17 e 18	(*)	(*)	
	EM-3ª série	ALEJADINHO E MESTRE ATAÍDE	*Conhecer as características da arte barroca e o movimento artístico nela presente	*Leitura informativa do material didático	*Material didático -págs 26 a 30	(*)	(*)	

PLANEJAMENTO SEMANAL
ARTE/2018
PROFªANA ELVIRA UTRINI VIEIRA CONSTANCIO
Período 09/04/2018 a 13/04/2018

Plano de Aula

Nome do cursista:

Título do plano de aula:

Campo de aplicação do plano de aula:

- Nome da escola onde será aplicado:
- Área do conhecimento:
- Tema
- Segmento de ensino/série(s) envolvida(s)

Descrição

- Objetivos de aprendizagem (Vide orientações complementares 2 abaixo)
- Metodologia de aplicação: (Vide orientações complementares 2 abaixo)
- Referências Bibliográficas

Orientações complementares 1

- O plano de aula deverá ser ORIGINAL.
- Consulte na pasta Textos de apoio da etapa 2 os temas e exemplos de planos de aula Google. Para ajudar consulte também os endereços <https://novaescola.org.br/plano-de-aula> <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/buscarAulas.html>
- Utilizar até três ferramentas Google: (exemplos: Canal no Youtube, Gmail, Drive, Pesquisa, Youtube, Agenda, Gmail, Earth, Sala de Aula, Hangouts, Tradutor, Arts & Culture, etc).
- Evite o “Copiar + Colar” de textos obtidos na internet. O(a) cursista será penalizado (a) se utilizar trabalho onde seja constatado QUALQUER tipo de plágio.

IMPORTANTE: Consulte na etapa 1:

- O fórum “Explorando Ferramentas Google” onde foram citadas várias ferramentas Google e como funcionam.
- Os vídeos da Biblioteca Virtual e os materiais da pasta Artigos e tutoriais de

Ferramentas Google que poderão auxiliá-lo durante a elaboração de seu plano de aula.

Orientações complementares 2

- **Objetivos de aprendizagem** - Para um plano de aula é fundamental a elaboração dos objetivos da aula relacionados ao tema e que visa a aprendizagem do aluno. Para facilitar a compreensão da elaboração dos objetivos, sugere-se adotar a relação entre os conteúdos e os objetivos que o educador tem para cada conteúdo e seus alunos.
Fonte: Os Objetivos do Plano de Aula. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/os-objetivos-do-plano-de-aula/41587>
- **Metodologia** - é a descrição de como o professor irá trabalhar o conteúdo escolhido por ele, quais são os recursos didáticos, entre outros. Por exemplo, é na metodologia que deverá ser descrito:
 - ✓ Como será utilizada cada ferramenta Google (até 3) pelo aluno
 - ✓ Critérios de avaliação - o que será avaliado com a aula e como será avaliado, se serão através de atividades, prova escrita, oral, trabalho, tarefas de casa participação do aluno, comprometimento, entre outros.
 - ✓ Carga horária
 - ✓ Cronograma
 - ✓ Como será a apresentação do plano de aula pelos alunos.Fonte: Metodologias do plano de aula. Disponível em <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/idiomas/metodologias-do-plano-de-aula/51566>
- **Referências Bibliográficas:** que deverá conter todo material que foi utilizado pelo professor na elaboração daquela aula.

PLANO DE AULA

Professor: Lucas Campos Crisostomo

Disciplina: História

Tema da aula: Fontes históricas.

Público alvo: 6º ano Ensino Fundamental II

Duração da aula: 1 hora/aula

Local: Miracema - RJ

O que são fontes históricas: Para saber o que são fontes históricas, precisamos primeiramente entender que, ao desempenhar seu trabalho, o historiador faz um trabalho minucioso de pesquisa, esperando encontrar vestígios do passado que possam ajudá-lo a decifrar e entender a história. Esses vestígios são o que chamamos de fontes históricas. Em outras palavras, as fontes históricas são documentos que, através de seus sinais e interpretação, permitem que o historiador possa reconstruir e recontar a história. Podemos classificar as fontes históricas em quatro grupos: escritas, materiais, iconográficas e orais.

Objetivos:

- Conceituar fontes históricas;
- Apresentar os tipos de fontes históricas;
- Destacar exemplos de fontes históricas encontradas no cotidiano;
- Demonstrar a relação existente entre fontes históricas e identidade local/nacional;

Ambientes propostos:

- **AMBIENTE I (Sala teórica):** Em sala de aula, através de exibição de vídeos, imagens e atividade de leitura e interpretação textual, será apresentado aos alunos o conceito de fonte histórica, os seus quatro grupos e alguns exemplos.
- **AMBIENTE II (Laboratório temático):** Considerando um museu ou centro cultural como laboratório temático de História, os alunos irão selecionar obras presentes nestes ambientes, com o intuito de descrevê-las e associá-las ao grupo correto de fonte histórica que ela pertence.

- **AMBIENTE III (Laboratório de informática):** Os alunos irão pesquisar famosas fontes históricas e fazer uma breve apresentação para a turma, descrevendo a fonte histórica analisada, destacando o grupo pertencente e a importância dela para a história da humanidade.
- **AMBIENTE IV (Ar livre):** Durante um passeio pelo centro antigo da cidade, os alunos irão fotografar os prédios e casarões, com o objetivo de construir um acervo de imagens, que apresentará, em ordem cronológica, as construções mais antigas da cidade.
- **AMBIENTE V ('LIFE'):** Serão apresentados aos alunos elementos do cotidiano, como celulares, tablets, notebooks, etc. A proposta funcionará da seguinte forma: divididos em grupo, eles serão 'historiadores do futuro' e terão a tarefa de construir um documento que descreverá o objeto analisado para as gerações futuras. Após a confecção, o objeto será apresentado para a turma.

APÊNDICE L – CARTA DE ENCAMINHAMENTO AOS CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Modelo da Carta de Encaminhamento aos Conselhos Municipal de Educação e Cultura
Miracema, --, de ---- de 2020.

Prezado Presidente do Conselho

O Patrimônio Cultural são bens culturais que precisam ser preservados e também perpetuados as futuras gerações, contribuindo para a formação da identidade e memória do povo.

Neste intuito vislumbramos disseminar a prática da Educação Patrimonial através do Projeto de Mestrado, no INFES/UFF, sob a orientação do Professor Dr. Daniel Costa de Paiva, denominado “Iniciativas para Incentivo à Educação Patrimonial em Municípios do Noroeste Fluminense”, em contribuição as tradições latentes no Noroeste Fluminense e suas expressões artísticas, por meio deste trabalho e pesquisa acadêmica.

Portanto após a Conclusão e Aprovação da Dissertação encaminho a mesma, para análise, avaliação e incentivo a implantação da Educação Patrimonial, nas Escolas de seu município, em tratativa com os demais membros deste Conselho para aprovação, como também com o Secretário de Educação e Cultura, no propósito de juntos efetivarem esta atividade, com os Diretores, Professores e Alunos.

Na oportunidade informo, que no material a ser enviado consta de um Kit Cultural digital, contendo: Planejamento Anual, Planos de Aula, Dissertação de Mestrado, publicações e Legislações pertinentes, objetivando a contribuição com os métodos de ensino, de valorização da Cultura em suas formas e expressões.

Mediante o exposto, aguardo retorno para quaisquer necessidades, às quais me coloco à disposição, e o possível agendamento de uma reunião extraordinária com os Conselheiros Municipais, de seu município, quando iniciar o retorno do Ano Letivo, caso seja de Vosso interesse, promovendo assim a conclusão do Projeto e a difusão da Educação Patrimonial em nossa região, desejando encontrar êxito nesta proposta.

Atenciosamente,

Carlos Eduardo Fíngolo Tostes
Paiva
Mestrando

Prof. Dr. Daniel Costa de
Orientador